

152

ARQUITECTOS

eleições

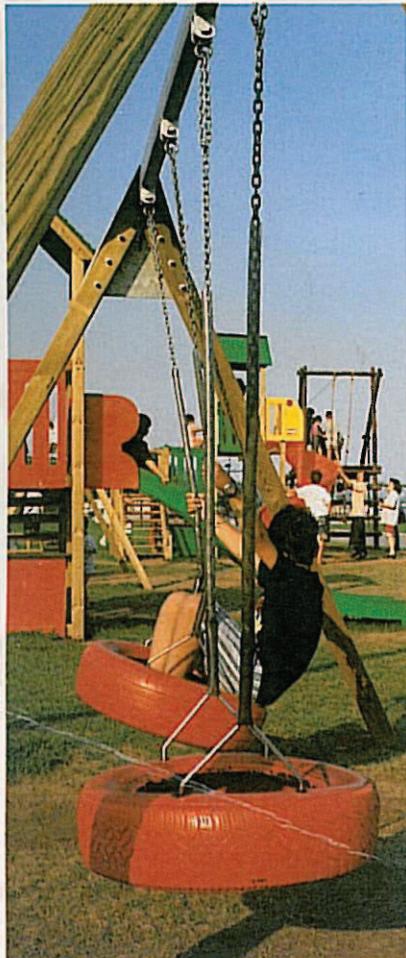
152



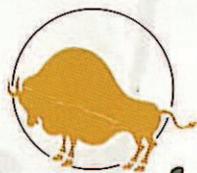
PC. CONS. SILVA TORRES • CAMINHA
Banco Nu • Floreira Tram



LARGO CENTRAL DE OURIQUE
Banco Tram R • Luminária Farol Universal • Papeleira Dénia



MARINA DE VIANA DO CASTELO



altamira
INOVAÇÃO E DESIGN

DIVISÃO DE EQUIPAMENTO CULTURAL E URBANO

Rua Viriato, 23 - D 1050 Lisboa Telef.: 01 - 315 27 59 • Fax: 01- 352 66 68
Rua Monte Cativo, 324 4050 Porto Telef.: 02 - 830 08 85/7 • Fax: 02- 830 08 91



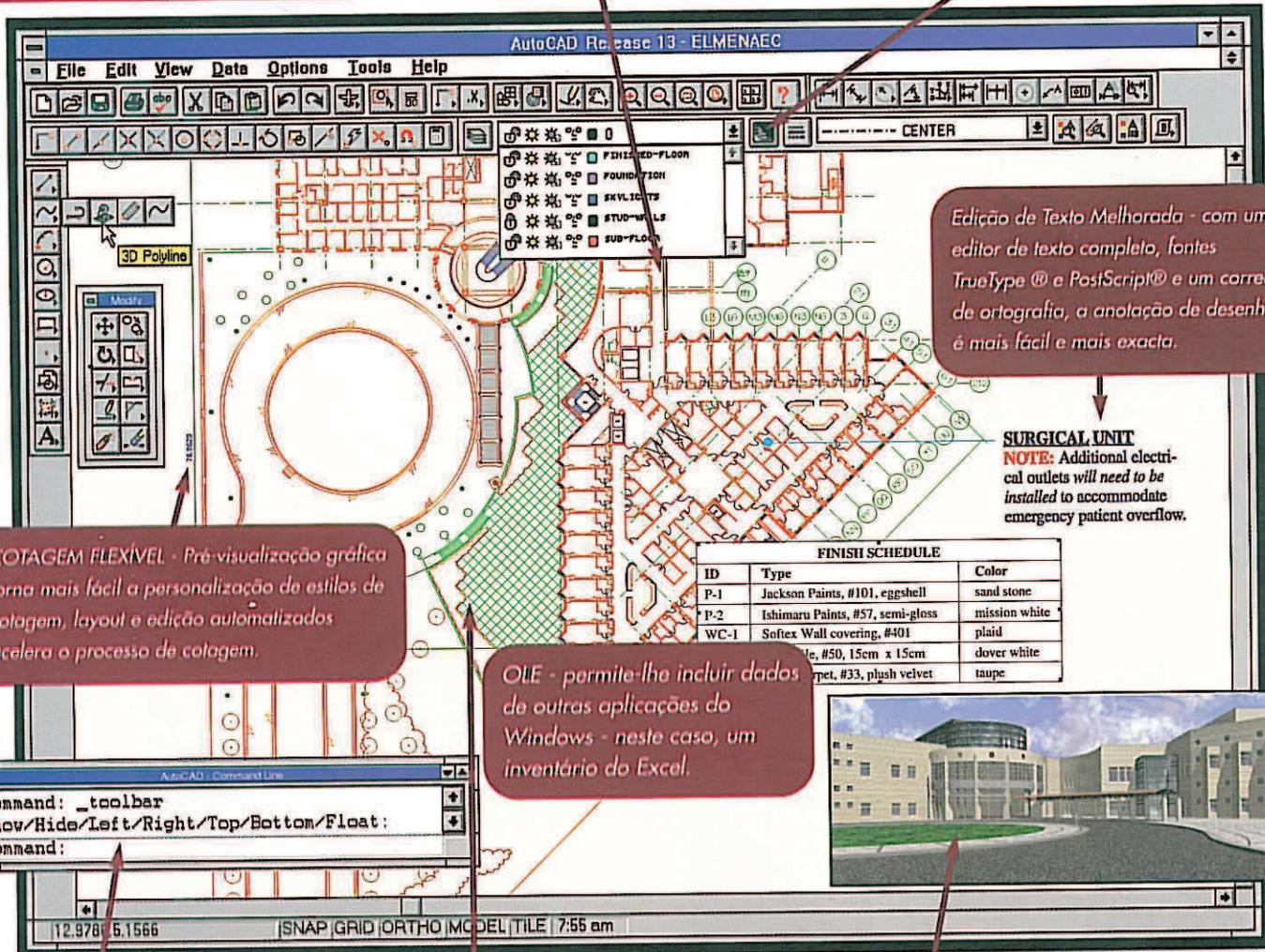
2

Apresentação do AutoCAD Versão 13. O AutoCAD mais poderoso de sempre.

INTERFACE INTUITIVO - aumenta a sua pericia em Windows, dando-lhe acesso imediato (através de barras de ferramentas e ajudas) às características que geralmente mais utiliza.

MULTILINHAS & LINHAS-TIPO - utilize a característica de linha paralela múltipla para desenhar paredes e limpar intersecções automaticamente. Melhora a qualidade de desenho com linhas-tipo que podem incorporar formas e texto.

BARRA DE FERRAMENTAS COM PROPRIEDADES DE OBJECTOS - acesso rápido a propriedades de objectos tais como layers e linhas-tipo. Permite-lhe alterar parâmetros directamente a partir da barra de ferramentas.



Edição de Texto Melhorada - com um editor de texto completo, fontes TrueType® e PostScript® e um corrector de ortografia, a anotação de desenhos é mais fácil e mais exacta.

COTAGEM FLEXÍVEL - Pré-visualização gráfica torna mais fácil a personalização de estilos de cotação, layout e edição automatizados acelera o processo de cotação.

OLE - permite-lhe incluir dados de outras aplicações do Windows - neste caso, um inventário do Excel.

JANELA DE COMANDOS - continuará a ter acesso directo à linha de comando, agora uma janela flutuante ou fixa que suporta as características de "apagar" e "inserir" do Windows (Cut e Paste).

TRAMA ASSOCIATIVA - sempre que as fronteiras são alteradas é actualizada automaticamente; terminou o processo fastidioso de redesenho de tramas.

RENDERINGS MAIS RÁPIDOS - torna mais fácil criar e apresentar pré-visualização de protótipos. O AutoVision v. 2 trabalha juntamente com a Versão 13 do AutoCAD para construir renderings fotorealistas tais como este.

O novo AutoCAD® Versão 13 tem mais capacidades, novas características e melhoramentos do que aquelas que lhe podemos apresentar aqui. E está disponível através de uma licença multiplataforma para Windows™, Windows NT® e MD-DOS®. Que mais poderia Desejar? Que tal um demonstrativo gratuito? Para o obter contacte o "Dealer Autorizado Autodesk" mais próximo de si ou a Micrograf através do telefone (02) 937 91 77 ou do fax (02) 937 91 76



Autodesk

MICROGRAF
Distribuidor único
AutoCAD + 3DStudio

© Copyright 1994 Autodesk, Inc. All rights reserved. Autodesk, the Autodesk logo, and AutoCAD are registered trademarks, and AutoVision is a trademark, of Autodesk, Inc. MS-DOS and Windows NT are registered trademarks, and Windows is a trademark, of Microsoft Corporation. All other brand names, product names, or trademarks belong to their respective holders. Elmendorf Air Force Base Medical Facility 2D architectural, engineering, and construction drawings created by Anderson DeBartolo Pan (ADP). Site plan and landscape design created by Dowl Engineers for Anderson DeBartolo Pan (ADP). 3D extrusions and AutoVision rendering created by Autodesk Marketing Support.

Roca

O Escantilhão de Símbolos Gráficos Roca de Artigos Sanitários



Agora em Diskette

Instalação automática para
Autocad, Dos, Windows
e Macintosh

OFERTA GRATUITA

Pedidos:

Roca

Rua José Duarte Lexim, Lt. 6
2675 ODIVELAS
Telef. 01-937 76 67/937 55 39 Fax 937 54 05

Rua Óscar da Silva, 2243

Leça da Palmeira

Apartado 3107

4456 Matosinhos Codex

Portugal

Telefone (02) 9999040

Fax (02) 995322

D I S T R I B U I D O R E S D E :



ARESLINE cadeiras de escritório



IREN UFFICI mobiliário de escritório



CITTERIO armários e divisórias



MECO mobiliário de escritório



VITRA cadeiras e mobiliário de escritório

e q m o • equipamentos mobiliários, lda.

estamos
em
Lisboa

LISBOA :

Rua São Domingos à Lapa, 8-1

1200 Lisboa

Portugal

Telefone (01) 3951186

Fax (01) 3951193

Segurança de acordo com as suas exigências

Sistema de fechaduras com mestragem e hierarquização de sistemas, criando diferentes níveis de segurança e possibilitando assim acesso a determinadas zonas apenas por pessoal autorizado, utilizando uma só chave.

Canhão patenteado e impossibilidade legal de duplicação de chaves



ASSA

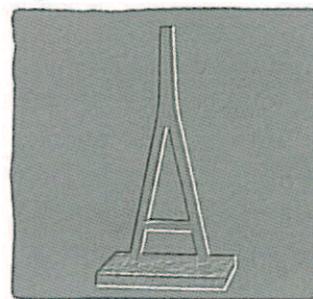
ASSA PORTUGUESA, LDA.
Rua Rodrigues Lobo, n.º 4
2795 LINDA-A-VELHA
Tel. 416 61 91 - Fax 416 61 11



Prémio Secil de Engenharia Civil 95

**Engenheiro
José Luís
Câncio Martins**

O Engenheiro José Luís Câncio Martins, com a sua obra executada em Macau, Nova Ponte Macau-Taipa, conquistou o Prémio Secil de Engenharia Civil de 1995. Endereçamos as nossas felicitações ao vencedor e aos demais participantes neste concurso, cujas obras são testemunho da qualidade da Engenharia Portuguesa.



Troféu Secil de Engenharia Civil



CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

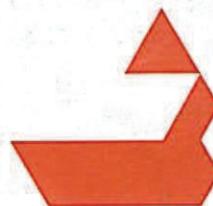


Cimento de Qualidade
Produtos de Prestígio

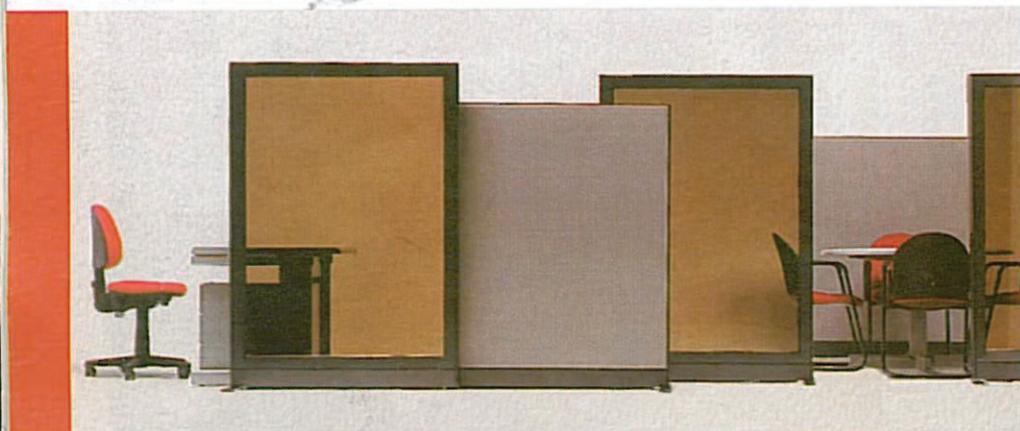
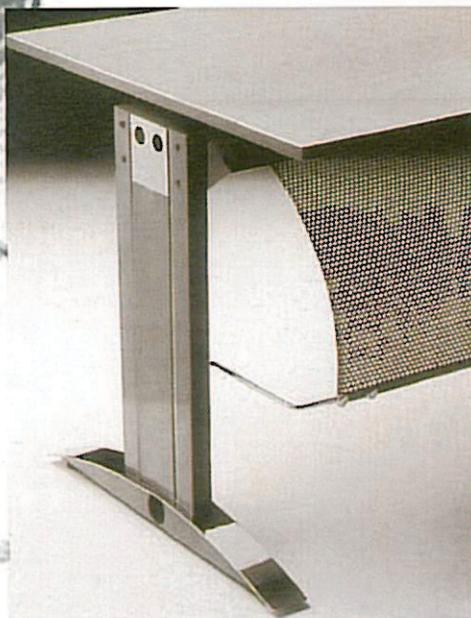


Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares.

LONGRA



A CULTURA DO ESPAÇO

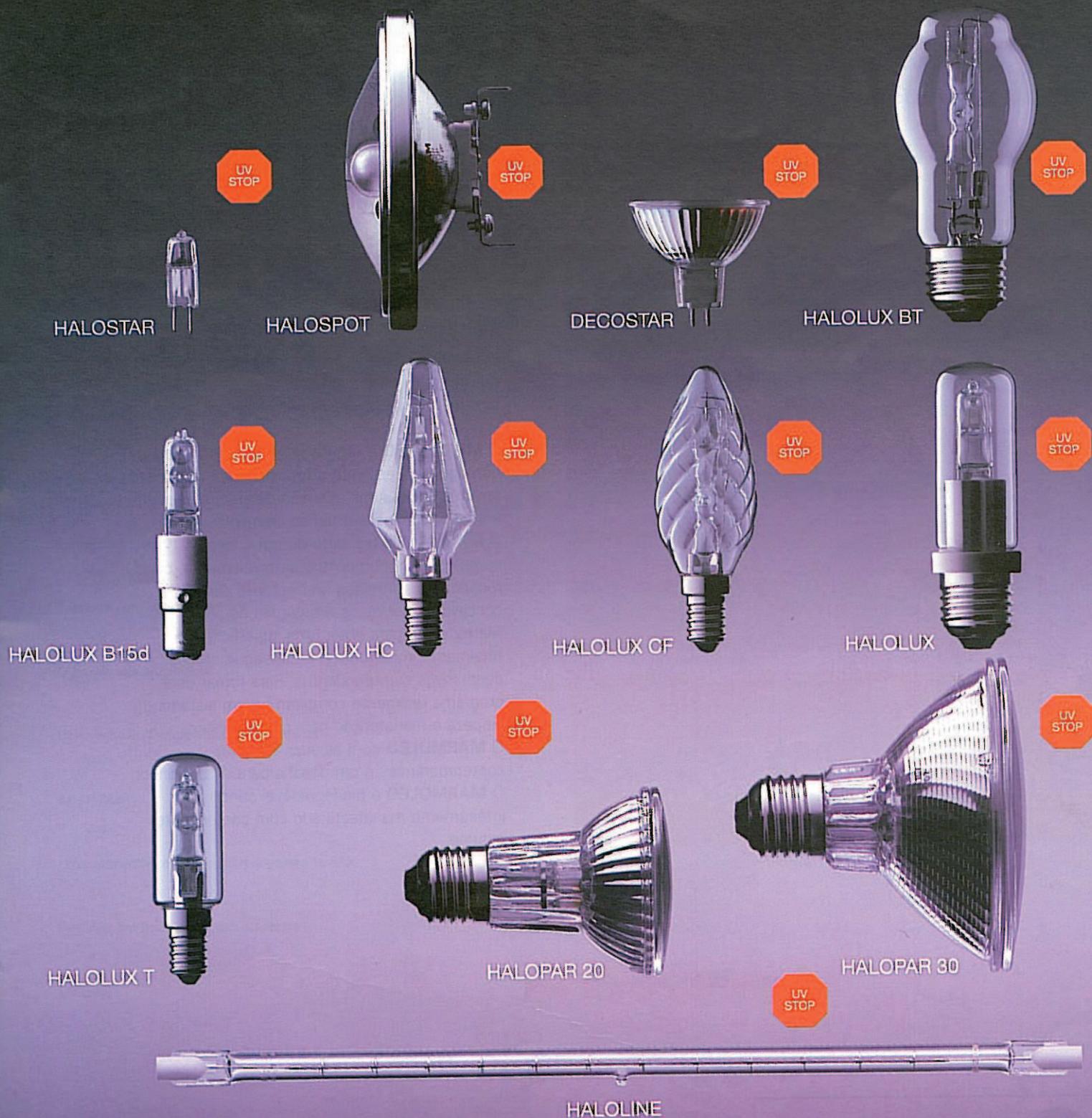


LISBOA - Praceta Coelho Seabra, 6 - Damaia - 2720 Amadora
Tel. 497 22 42 / 490 12 85 / 497 48 88 Fax. 490 06 34

PORTO - Rua do Bonjardim, 689 - 4000 Porto
Tel. 208 79 83 Fax. 208 64 72

Procure lá onde quiser: UV-Stop em série.

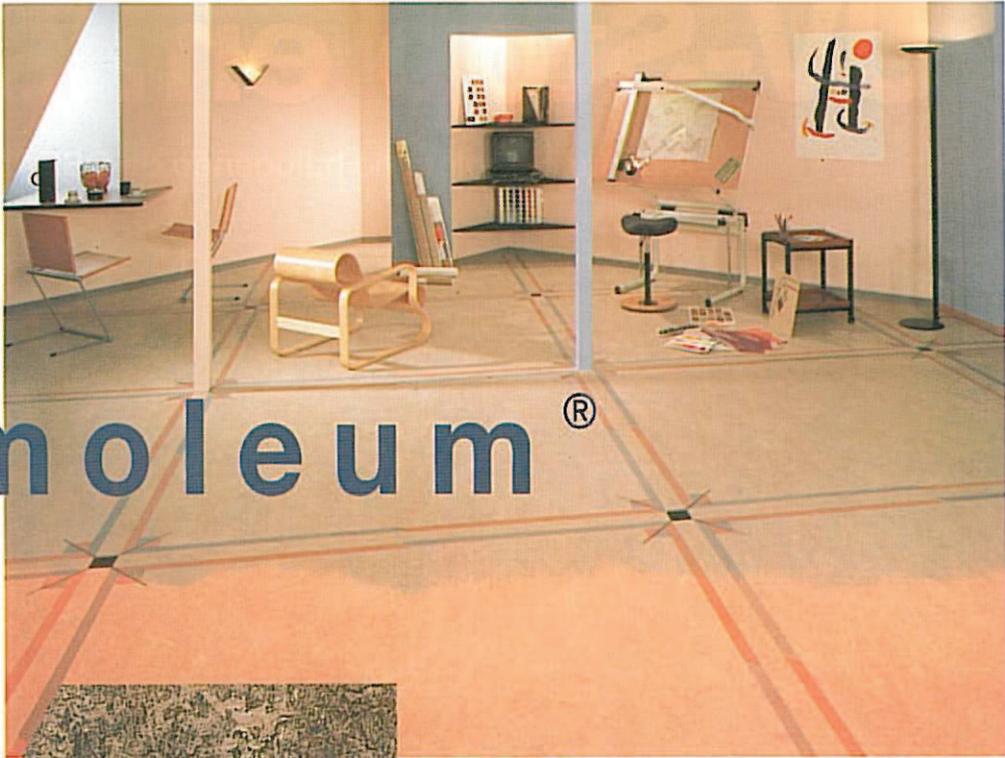
A gama completa de halogéneo da OSRAM.



3.038 P OSRAM: Empresa de Aparelhagem Eléctrica, Lda., Rua das Quintinhas, Lote 12, CARNAXIDE, P-2795 Linda-a-Velha

Somos o primeiro fabricante a produzir lâmpadas de halogéneo com filtro UV em série. Isto significa não só uma redução até 80% no empaldecimento das cores, mas também a garantia de que as nossas lâmpadas ultrapassam todos os níveis de protecção UV. Este facto será certamente muito apreciado pelos seus clientes. **QUALIDADE QUE ILUMINA**

OSRAM



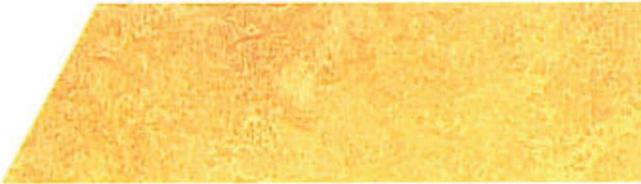
marmoleum®



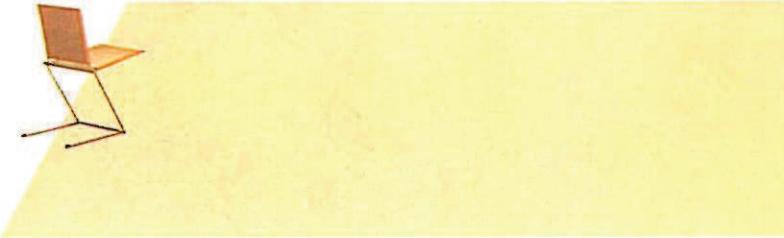
O **MARMÓLEO** é a primeira opção para locais de muito trânsito, onde resistência, durabilidade, higiene e um ambiente agradável são as prioridades.



O **MARMÓLEO** é um revestimento para chão homogêneo, resiliente e robusto. Está disponível em três espessuras (que vão desde a espessura normal à destinada a tráfico intenso).



O **MARMÓLEO** faz parte de um sistema completo com compostos de nivelamento, colas, rodapés pré-formados Marmoform, cantos côncavos e convexos e o cordão de soldar Marmoweld, para obter uma superfície totalmente impermeável e conseguir efeitos decorativos surpreendentes. Para tornar este programa realmente completo há um sistema de limpeza e manutenção para cada situação.



O **MARMÓLEO** com as suas 68 cores contemporâneas é um desafio para os designers.

O **MARMÓLEO** é biodegradável sendo inteiramente manufacturado com componentes naturais.



forbo
PERGOL

Rua Sá da Bandeira, 342 - 4000 PORTO
Telef.: 32 43 02 / 32 44 50 Fax: 56 54 53

Rua D. Estefânia, 163-C - 1000 LISBOA
Tel.: 54 60 10 / 353 34 50 Fax: 353 32 96

EDITORIAL Eleições à porta - é o momento que se vive na AAP e que o JA

ARQUITECTOS

pretendeu abordar de modo a acrescentar algo mais ao que foi enviado aos sócios, e que os ajudem a votar em situação mais esclarecida no dia 14 de Dezembro próximo.

Outros temas - alguns dos muitos que a Arquitectura contém e que preenchem as páginas do JA, propõem a actualidade da produção e da reflexão dos arquitectos.

10

Competências dos Órgãos da AAP

12

Listas candidatas às eleições

13

Entrevista à Lista A

18

Entrevista à Lista B

20

Entrevista à Lista C

22

Entrevista à Lista D

24

Conversa com Manuel Tainha

33

O azulejo dos Arquitectos

37

Renovação do Parque Municipal da Guarda

42

Arte Pública

44

Uma perspectiva diferente sobre a gestão da AAP

46

Revistas, em Portugal, de fora pa dentro

48

Leituras

Michel Toussaint

OUTUBRO DE 1995

152

4-12-95



Sendo as eleições para os Órgãos Sociais da AAP um acto de maior importância para a vida da instituição e, consequentemente, para a presença e a acção da associação de classe junto aos arquitectos e junto à sociedade na qual legalmente os representa, o JA não podia deixar de dedicar algumas das suas páginas ao próximo acto eleitoral que se realizará no dia 14 de Dezembro deste ano.

Para tal, já que o Boletim publicou integralmente no seu número 33 os manifestos das várias listas candidatas, resolveu o JA solicitar aos proponentes a resposta a algumas perguntas que se dividem por dois aspectos:

1. Reflexão geral sobre a profissão, AAP e razões de candidatura:

2. Actuação mais pormenorizada de acordo com os órgãos sociais a que cada lista concorre, visto que apenas uma se candidata a todos eles e as outras três apenas ao Conselho de Delegados.

Com o fim de esclarecer melhor os leitores sobre estas respostas, incluímos excertos dos Estatutos da AAP sobre a acção de cada um desses órgãos e, evidentemente, o teor das referidas perguntas.

Competências

dos órgãos AAP

Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral da A.A.P. é constituída por todos os arquitectos com a inscrição em vigor.
2. À Assembleia Geral compete deliberar sobre todos os assuntos que não estejam compreendidos nas competências específicas dos restantes órgãos da A.A.P.
3. Em especial compete-lhe:
 - a) Eleger e destituir o Conselho de Delegados, o Conselho Directivo Nacional, o Conselho Fiscal Nacional e a mesa;
 - b) Discutir e votar o relatório e contas do Conselho Directivo Nacional, apresentado a todos os sócios com a antecedência legal;
 - c) Pronunciar-se sobre problemas de carácter profissional;
 - d) Apreciar a actividade dos órgãos sociais nacionais e aprovar moções e recomendações de carácter associativo e profissional;
 - e) Discutir e aprovar propostas de alteração dos estatutos, ouvidas as Assembleias Regionais, mediante quórum de 10% dos associados em efectividade de direitos e votação favorável de três quartos dos presentes;
 - f) Deliberar sobre a criação de Secções Regionais para além das existentes, ouvidas as Assembleias Regionais;
 - g) Fixar o valor da quota a pagar pelos associados;
 - h) Fixar a percentagem do valor da quotização a atribuir ao Conselho Directivo Nacional.

Conselho de Delegados

Compete ao Conselho de Delegados:

- a) Julgar os recursos das deliberações dos Conselhos Directivos;
- b) Conhecer e decidir sobre os vícios das deliberações da Assembleia Geral e das Assembleias Regionais;
- c) Resolver conflitos de competência entre órgãos sociais;
- d) Julgar os recursos de decisões dos órgãos sociais;
- e) Elaborar e aprovar o seu próprio regulamento;
- f) Julgar os recursos das deliberações, em matéria disciplinar, dos Conselhos Directivos Regionais;
- g) Discutir e votar o orçamento anual do Conselho Directivo Nacional, bem como os pareceres do Conselho Fiscal Nacional;
- h) Exercer funções consultivas a solicitação dos órgãos sociais e pronunciar-se sobre a sua acção em geral e, em especial, sobre as propostas de alteração dos estatutos, sobre os regulamentos e sobre os temas do congresso;
- i) Aprovar as propostas elaboradas pelo Conselho Directivo Nacional sobre a alienação ou oneração de bens próprios;
- j) Emitir parecer vinculativo, a solicitação do Conselho Directivo Nacional, sobre a filiação em organismos nacionais ou estrangeiros com objectivos afins.

Conselho Directivo Nacional

Compete ao Conselho Directivo Nacional:

- a) Representar a A.A.P. em juízo e fora dele, designadamente perante os órgãos de soberania;
- b) Definir a posição da A.A.P. perante os órgãos de soberania e da Administração Pública no que se

- relacione com a prossecução dos fins institucionais da A.A.P.;
- c) Emitir parecer sobre projectos de diplomas legislativos que interessem ao exercício da profissão de arquitecto e propôr as alterações legislativas que se entendam por convenientes, ouvidos os Conselhos Directivos Regionais;
 - d) Dirigir os serviços da A.A.P. de âmbito nacional;
 - e) Zelar pelo respeito e cumprimento do estatuto e elaborar e aprovar os regulamentos necessários à sua execução e à prossecução dos fins institucionais da A.A.P., ouvido o Conselho de Delegados e os Conselhos Directivos Regionais;
 - f) Fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Delegados;
 - g) Submeter à aprovação do Conselho de Delegados e da Assembleia Geral, respectivamente, o orçamento para o ano civil seguinte e o relatório de actividades e as contas respeitantes ao ano civil anterior;
 - h) Arrecadar e distribuir receitas, satisfazer despesas, aceitar doações e legados feitos à A.A.P. e administrá-los, bem como alienar ou onerar bens próprios, mediante aprovação do Conselho de Delegados;
 - i) Cobrar as receitas gerais da A.A.P., quando a cobrança não pertença aos Conselhos Directivos Regionais, e autorizar despesas de conta do orçamento geral da A.A.P.;
 - j) Constituir comissões para a execução de tarefas ou estudos sobre assuntos de interesse para a A.A.P.;
 - l) Deliberar sobre a filiação em organizações nacionais ou estrangeiras e internacionais com objectivos afins, mediante parecer favorável do Conselho de Delegados;
 - m) Organizar o congresso e fixar os seus temas, nos termos do nº 2 do Artº 16º, ouvido o Conselho de Delegados e as Assembleias Regionais.

Conselho Fiscal Nacional

Compete ao Conselho Fiscal Nacional:

- a) Examinar pelo menos trimestralmente a gestão financeira do Conselho Directivo Nacional;
- b) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento anuais apresentados pelo Conselho Directivo Nacional;
- c) Assistir às reuniões do Conselho Directivo Nacional, sempre que o julgue conveniente, sem, contudo, ter voto deliberativo.

Assembleias Regionais

2 - Compete às Assembleias Regionais:

- a) Eleger e destituir o Conselho Directivo Regional, o Conselho Fiscal Regional e a mesa;
- b) Discutir e votar o orçamento, o relatório e as contas do Conselho Directivo Regional e os pareceres do Conselho Fiscal Regional, que serão obrigatoriamente submetidos à aprovação da Assembleia Geral Nacional;
- c) Pronunciar-se sobre problemas de carácter profissional e associativo;
- d) Apreciar a actividade dos órgãos sociais regionais e aprovar moções e recomendações de carácter profissional e associativo;
- e) Pronunciar-se sobre a criação de Secções Regionais para além das existentes;
- f) Pronunciar-se sobre propostas de alteração aos estatutos;
- g) Pronunciar-se sobre os temas do congresso;

Conselho Directivo Regional

Compete ao Conselho Directivo Regional:

- a) Representar a A.A.P. no âmbito das suas atribuições e na sua área geográfica, designadamente perante os organismos oficiais regionais e locais;
- b) Definir a posição do Conselho Directivo Regional naquilo que se relacione com a prossecução dos fins institucionais da A.A.P.;
- c) Promover a filiação da respectiva secção em organizações de âmbito regional, nacionais ou estrangeiras, com objectivos afins, ouvido o Conselho Directivo Nacional;
- d) Cooperar com os demais órgãos da A.A.P. na prossecução das suas atribuições;
- e) Administrar e dirigir os serviços regionais;
- f) Zelar pelo respeito e cumprimento do estatuto e respectivos regulamentos;
- g) Submeter à aprovação da Assembleia Regional o orçamento para o ano civil seguinte, as contas do anterior e o relatório da actividade exercida durante esse período;
- h) Cobrar as quotas dos associados inscritos na respectiva secção, bem como outras receitas próprias dos serviços a seu cargo, e autorizar despesas, nos termos do orçamento;
- i) Admitir a inscrição de associados residentes na área da respectiva região;
- j) Enviar ao Conselho Directivo Nacional a lista de todos os associados inscritos;
- l) Exercer o poder disciplinar sobre os arquitectos com domicílio profissional na área da respectiva região;
- m) Promover a criação de delegações e/ou núcleos e regulamentar a sua acção;
- n) Enviar ao Conselho Directivo Nacional a parte das receitas das quotizações dos sócios nela inscritos, fixada em Assembleia Geral;
- o) Constituir comissões de trabalho de âmbito regional e nomear os seus membros;
- p) Pronunciar-se, a solicitação do Conselho Directivo Nacional, sobre projectos de diplomas legislativos e regulamentos.

Conselho Fiscal Regional

Compete ao Conselho Fiscal Regional:

- a) Examinar trimestralmente a gestão financeira da competência do respectivo Conselho Directivo Regional;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas e orçamento apresentados pelo respectivo Conselho Directivo Regional;
- c) Assistir às reuniões do respectivo Conselho Directivo Regional sempre que o julgue conveniente sem, contudo, ter voto deliberativo.

Lista A
CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Presidente:
Olga Quintanilha

Vasco Massapina
Jorge Silva
Waldemar Sá
Leonor Figueira
Michel Toussaint
Ricardo Gaspar
Manuel Queiroz
Vitor Mestre



CONSELHO FISCAL NACIONAL

Presidente:
João Santos Jorge

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:
Vasco Morais Soares

António Reis Cabrita
Diogo Lino Pimentel

Delegado da Lista:
Pedro Brandão

CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL SUL

Presidente: Jorge Farelo Pinto

Hugo Hugon
Fernando Santana Rego
Luís Bissau
Maria de Fátima Conceição Silva
Nuno Rodrigues Leonidas
Cândido Chuva Gomes
Maria Manuela Clara
Rosa de Oliveira de Melo e Silva



CONSELHO FISCAL REGIONAL DO SUL

Presidente: Manuel Martins Garrido

Sérgio de Sousa
José Conceição Silva

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL DO SUL

Presidente: José Silva Carvalho

Filipe Jorge O. Silva
Daniel Luzia
Gonçalo Cornélio da Silva

Delegado da Lista:
Pedro Brandão

CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL NORTE

Presidente: João Paulo Rapagão

Dulce Marques de Almeida
Helder Tércio Guimarães
Isabel Matias
João Pedro Guimarães
Jorge da Costa
Jorge Coutinho
Rafael Gonçalves Pereira
Raquel Soares



CONSELHO FISCAL REGIONAL DO NORTE

Presidente: José Carlos Loureiro
Isabel Zenha
João Paulo Carolino

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL DO NORTE

Presidente: António Corte Real

Adelaide Abreu
Maria Celina Sousa Ribeiro
Matilde Pessanha - Suplente

Delegado da Lista:
Maria da Paz Pinho Moura

Lista A
CONSELHO DE DELEGADOS

Presidente: Manuel Moreira

Manuel Correia Fernandes
Vasco Cunha
Duarte Nuno Simões
José Norberto
Fernando Bagulho
José Miguel Fonseca
Maria José Abrunhosa



Fernando Gonçalves
Manuel Maria Diogo
Pedro Fialho de Sousa
João Ramires Fernandes
Miguel Lima
Pedro Santos Costa
Carlos Prata
Ana Benitez
José Aguiar
Manuel Lacerda
Ana Roxo
Maria dos Anjos Stromp
José Daniel Santa Rita

Delegado da Lista:
Pedro Brandão

Lista B
CONSELHO DE DELEGADOS

Presidente: Paulo Prazeres Pais

João Carlos da Silva Afonso
Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiros
António Esteves Folgado
Alexandre Marques Pereira
João Paulo do Rosário Martins
Rui Pedro Mexia Lobo
Luis Martins Sena Esteves
Maria Clara Peyroteo Couceiro
Célia Amado Palma Martins
Jorge Manuel da Costa Miranda
Paulo Jorge Filipe da Fonseca
Pedro Miguel Almeida Partidário
Nuno Miguel de Sousa Pereira
Maria Clara Amaral da Silva
Clara Moutinho Gonçalves
Henrique Gonçalves Vaz Pató
João Gabriel Gouveia Veiga Gomes
António Matos Ricardo da Costa
Maria Helena Marques Ribeiro
Maria Manuela Fernandes

Delegado da Lista:
João Luís Eleutério Jacinto

Lista C
CONSELHO DE DELEGADOS

Presidente: Celestino Castro

Filipe Blanch Diniz
Rogério Gonçalves
Pedro Milharadas
José Possidónio
Fernando Martins
Francisco Keil Amaral
Manuel Bastos
António Madureira
João Santa Rita
Madalena Menezes
Miguel Dias
Paulo Palma
Orlando Silva
João Simões
Mário Moreira
Isabel Amaro
António Carvalho
José Manuel Espada
José Cid
David Blanch Diniz

Delegado da Lista:
Carlos Azevedo de Oliveira Ramos

Lista D
CONSELHO DE DELEGADOS

Presidente: António Poças

Dulce Loução
José Bernardo Távora
Marco Buinhas
Ana Silva Dias
Victor Neves
Paula Peliz
João Álvaro Rocha
Fernando Hipólito
Maria Manuel Von Hafe
João Belo Rodeia
César Fernandes
João Santa-Rita
Ricardo Bak Gordon
Pedro Mendes
Maria João Soares
Duarte Caldeira
Mário Chaves
Elsa Matias
Jorge Nuno Monteiro
Akis Konstantinidis

Delegado da Lista:
Luis Manuel Pereira

A lista A
responde a 3 perguntas

1 A situação actual da profissão em Portugal

Estamos actualmente, em Portugal, perante uma profissão maioritariamente constituída por arquitectos de menos de 40 anos.

O perfil médio do exercício da profissão de arquitecto reflecte as dificuldades de adaptação à complexidade do meio profissional e evidencia a ausência de preparação adequada no início de actividade.

A profissão de arquitecto é ainda muito pouco interveniente em diversos domínios. Há dez anos a percentagem dos projectos de licenciamento de iniciativa particular, da responsabilidade dos arquitectos, era menos de 5%, agora é cerca de 10%. E se nos projectos de loteamento e planos urbanísticos o panorama é melhor, é também insuficiente.

A dificuldade maioritariamente identificada pelos arquitectos é a relativa à concorrência das outras profissões e os preços aviltantes que praticam.

O problema cultural do reconhecimento do nosso papel pela sociedade encontra paralelo nos problemas de funcionamento do mercado.

Ao arquitecto, concorrentemente, não é reconhecido o direito à independência de juízo, qualquer que seja o modo de exercício da profissão, por conta própria ou de outrem, na actividade pública ou privada.

A instabilidade do mercado e a incoerência da maioria da regulamentação convergem na concorrência e nos procedimentos, sem referências ao código ético profissional.

A profissão sofre cada vez mais da inoperância da gestão pública e da arbitrariedade contratual do Estado.

Os financiamentos de apoio ao início de actividade ou ao desenvolvimento de dinâmicas de relacionamento com comunidades exteriores (europeias e palop) não existem ou não são devidamente divulgados.

A formação de quadros médios de apoio à actividade do arquitecto não é objecto de uma política concertada entre a educação e o mercado de trabalho.

Os pequenos e médios gabinetes têm dificuldade de sobrevivência, favorecendo que os seus elementos optem pelo duplo ou multi-emprego (1/3 dos arquitectos).

A entrada no mercado de trabalho não é garantida pela via da qualidade.

Apesar das condições objectivamente constrangedoras do exercício qualificado no domínio da arquitectura, a profissão mantém-se enraizada numa forte tradição de cariz cultural. No entanto, um mercado individualismo tem contribuído para a debilidade da sua actualização de conhecimentos e para a marginalização do seu papel na sociedade.

A afirmação da profissão como interventora determinante na melhoria da qualidade do ambiente construído e da satisfação de necessidades fundamentais do quadro de vida, passa pela coesão dos arquitectos em torno de objectivos comuns, no PROJECTO ASSOCIATIVO.

2 As razões da candidatura

Candidatamo-nos obviamente porque queremos corresponder às expectativas depositadas na continuidade do trabalho visível já produzido.

Porque temos experiência, somos idealistas e tornamos reais as utopias: as sedes de Lisboa e Porto, a revisão estatutária, os acordos com outras organizações profissionais (engenheiros, paisagistas, arqueólogos, construtores...), as normas de encomenda propostas aos promotores.

Porque queremos desenvolver o trabalho iniciado com os cursos de formação (informática, segurança nos edifícios, RGEU, caderno de encargos, térmica, gestão de atelier, riscos, encomenda), melhorar a informação no boletim, discutir os parâmetros da formação e os estágios com as Escolas, aumentar os serviços de apoio à prática profissional com as bases de dados, os seguros e as consultorias.

Assumimos a CONTINUIDADE, porque nada se começa do zero, a DINÂMICA, porque queremos responder a novas situações e desafios e o REJUVENESCIMENTO, porque são necessárias críticas pertinentes e vontade de participar.

Na composição da Lista A mantêm-se nos mesmos órgãos 1/3 dos membros, mudam 1/3 e entram, sem currículo associativo, 1/3 de novos dirigentes.

Temos uma equipa completa e em cada órgão social cada um de nós tem consciência da sua missão concreta.

3 Os objectivos da AAP para o futuro.

Os objectivos da AAP são, no presente e no futuro, aqueles que lhe estão consignados no âmbito das suas atribuições – artigo 3º dos actuais Estatutos e artigo 3º da Revisão Estatutária, respectivamente.

As alterações para o futuro, introduzidas com a Revisão Estatutária visam reforçar as nossas atribuições enquanto Ordem dos Arquitectos, nomeadamente conferindo-nos importantes poderes de regulação:

- atribuição do título profissional e credenciação para o exercício da profissão;
- elaboração e aprovação dos Regulamentos Profissionais;
- definição dos actos próprios da profissão;
- capacidade de intervir na definição dos padrões de formação em Arquitectura;
- participação obrigatória na regulamentação dos Concursos de Arquitectura de promoção pública e nos seus júris;
- regulamentação dos estágios de profissionalização e participação na sua avaliação e
- registo da autoria dos trabalhos profissionais.

Função da realidade que nos envolve, a linha central de actuação da AAP/OA, entendida como o conjunto de todos os associados, deve ser a da explicitação, junto dos vários tipos de entidades, das enormes vantagens para o país que resultam duma intervenção activa do arquitecto nos domínios da Construção e do Urbanismo.

De facto, independentemente do modo de exercício da profissão e do domínio onde ele se exerce, a nossa formação e aptidões técnicas e culturais são o garante de que o "produto" final da nossa actividade seja ARQUITECTURA.

A política desta Lista será a de incrementar fortemente a participação dos associados na concretização dos objectivos da AAP/OA.

A Lista responde conjuntamente, por acordo entre todas as candidaturas entre os vários órgãos, às perguntas 1, 2 e 3 do JA, publicando respostas separadas apenas em relação à pergunta 4.

4 Acções específicas dos diferentes órgãos

Conselho Directivo Nacional

Serão objectivos centrais do CDN o acolhimento da Revisão Estatutária pelo Governo e a garantia de autorização legislativa pela Assembleia da República.

Estamos cientes do esforço de negociação que este objectivo implica, pelo conhecimento de procedimentos semelhantes em outras organizações profissionais, que nem sempre obtiveram resultados rápidos ou mesmo concludentes.

A ratificação da Revisão Estatutária e a consequente consagração da Ordem dos Arquitectos não é um fim em si mesmo mas será antes um instrumento de operacionalidade da Organização Profissional.

O reconhecimento para além da classe profissional, pelos poderes instituídos, a nível central e local, das competências da organização profissional para regular o exercício da profissão, constituirá efectivamente um passo significativo na afirmação social do arquitecto e permitirá equacionar, de um modo coerente, o adequado enquadramento da actividade profissional.

O Poder Central e Local terão de estar alertados e conscientes das vantagens que a delegação de poderes proporciona, no interface que a organização profissional estabelecerá com os arquitectos.

Para fundamentar este processo, a AAP é já detentora de um quadro de referência, fruto do trabalho acumulado em debate interno da classe, participado por entidades próximas e apoiado em inquéritos de opinião.

Por outro lado, o Livro Branco da Arquitectura em Portugal (em articulação com o equivalente europeu) será o suporte da reflexão conjunta com o poder e a opinião pública interessada nas questões da Arquitectura.

As 48 acções preconizadas no programa estratégico das conclusões do "Livro Branco", como contributo para uma política pública da Arquitectura, ajudam a discernir sobre o âmbito da actuação repartida da tetralogia: Administração, Ensino, Profissão e Cidadãos.

A revista "Jornal Arquitectos" deverá ser readaptada por forma a traduzir as preocupações de divulgação da Arquitectura, na perspectiva da identificação com o interesse público, do confronto de experiências e tendências no âmbito nacional e comunitário e de ligações privilegiadas com a actividade profissional e a Arquitectura dos Palop.

O boletim "Arquitectos informação" terá de cumprir, cada vez mais, com a sua função de retratar a dinâmica interna da organização profissional, mas também deverá ser o meio de fornecer em tempo útil informação sistematizada que apoie a prática profissional.

Só a Lista A se candidata a todos os Órgãos Sociais da AAP.

A articulação e a cooperação entre os diversos órgãos devem ser balizadas por objectivos comuns, no quadro de funções repartidas estatutariamente mas partilhando do mesmo espírito de equipa, para Construir a Ordem, no Apoio à Profissão.

Conselho Directivo Regional do SUL

A actuação do Conselho Directivo Regional do Sul decorre do Plano Geral de Actividades da Lista A.

Queremos actuar claro, desenvolvendo PLANOS DE ACTIVIDADES sectoriais, definindo calendários, e respectivos responsáveis. Contamos "envolver" o maior número possível dos "outros" porque é impossível darmos "nós" conta de tantos recados.

Para tal, promover-se-ão amplos debates sobre "estudos prévios" de acções de modo a transformá-los em "projectos", garantindo que o acompanhamento das "obras" será tarefa de "todos".

Agora que temos as "fundações" do edifício, nomeadamente a Revisão Estatutária, o Livro Branco da Arquitectura e Ambiente Urbano em Portugal, no qual estão identificadas acções estratégicas, a sua construção depende da "mão de obra" efectiva.

Existem acções prioritárias.

Na área da CULTURA, montar os Grupos Temáticos que produzam trabalho continuado, de modo a que o Congresso não seja a única ocasião onde se estabelece o debate entre associados.

Outros momentos da animação serão as exposições, a promoção de prémios e publicações mais vivas, reflectindo aquilo que se passa no nosso "meio" e no que nos rodeia.

Na área da FORMAÇÃO contínua, a actualização técnica, as responsabilidades legais e outras

áreas do saber têm de ser incrementadas qualitativamente, tendo como enquadramento uma deontologia profissional orientada pelas regras de conduta, direitos e deveres definidos no nosso actual estatuto.

A área da PRÁTICA, capítulo central de quem exerce uma profissão, abarca um mundo de problemas desde a encomenda, concursos, nomeação de júris, regras deontológicas, etc, etc.

Com os documentos que existem, desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho sobre a Encomenda, a AAP está em condições de propôr uma política clara sobre estas matérias.

Os NÚCLEOS, enquanto organizações descentralizadas, podem e devem ter um papel insubstituível na informação do Poder Local.

É na área dos SERVIÇOS aos ASSOCIADOS, que se exerce o grosso da responsabilidade dos Conselhos Regionais. A cooperação com quem exerce a profissão, independentemente da sua forma ou conteúdo, encontrará reflexo em múltiplas acções de apoio.

Conselho Directivo Regional do NORTE

A nossa candidatura é, antes, uma recandidatura, uma vez que os percursores da lista de candidatos ao Conselho Directivo Regional do Norte da Associações dos Arquitectos Portugueses - Dulce Marques de Almeida, João Paulo Rapagão e João Pedro Guimarães - integram o CDRN que cessa, agora, o mandato para o triénio 1993-1995.

Os Arquitectos atentos à vida associativa testemunharam a mudança efectuada nos últimos três anos, nomeadamente, na prestação de serviços da SRN da AAP. Afirmamos, por isso, no nosso programa, que estão criadas as condições favoráveis a uma actuação mais activa. Dependemos, no entanto, da colaboração e da participação de todos os associados nas iniciativas destinadas aos Arquitectos, aos estudantes de Arquitectura e ao público em geral.

A melhoria dos procedimentos administrativos produzida no interior da SRN da AAP com a informatização dos serviços e, por isso, desconhecida dos associados, dará, no próximo mandato, frutos visíveis. Pretendemos, por este motivo, o aumento quantitativo e qualitativo da prestação de serviços, quer no desenvolvimento de acções em curso - associadas à divulgação e à formação - quer na identificação de novas áreas de actuação.

O sucesso da nossa actuação retratará o nosso empenho junto do poder regional e local, através de um contacto directo eficaz que permita intervir e assistir, junto da administração regional e local, das instituições e dos Arquitectos, nas medidas que tenham como objectivo melhorar as normas de concepção, de gestão e de direcção do exercício da profissão. A SRN da AAP disponibilizará os meios necessários a uma intervenção de avaliação, numa perspectiva crítica e estratégica, coimutando necessidades, diagnosticando e formulando alternativas de intervenções e debates interdisciplinares. Esta acção passará, ainda, pela sensibilização dos promotores públicos e privados para a organização de programas e para a promoção de concursos públicos, através de uma aproximação dos nossos serviços às ideias e às soluções dos problemas dos promotores, garantindo uma avaliação competente e independente e demonstrando e tornando transparentes as opções e as decisões.

A nossa acção nos próximos três anos dará continuidade à gestão financeira eficaz dos 60% das receitas das quotas dos associados inscritos na SRN da AAP. Qualquer actividade promovida pelo CDRN tem custos idênticos aos de uma actividade promovida na SRS. No entanto, porque representamos cerca de 1/4 dos Arquitectos nacionais, vivemos com o inconveniente que resulta da nossa proporcionalidade regional. O equilíbrio financeiro alcançado no último triénio exigiu, à partida, que todas as acções propostas e promovidas fossem autofinanciáveis de modo a equilibrar o plano e o orçamento da SRN da AAP e a conseguir as receitas necessárias à realização das actividades com dificuldades em cumprir aquele princípio.

As novas instalações da SRN da AAP constituem o espaço privilegiado e qualificado que deverá ser valorizado, por todos os associados, com o encontro entre os profissionais, os formadores e os estudantes de Arquitectura e com a abertura das instalações ao público em geral, promovendo a Arquitectura dos Arquitectos e exercendo o Apoio à Profissão.

A síntese dos nossos objectivos corresponde ao desejo de superação das dificuldades e das contrariedades que resultam da falta de coesão da classe profissional em torno de

objectivos comuns, através da geração de dinâmicas locais que intensifiquem e (re)animem a participação individual dos Arquitectos no seu meio.

Conselho de Delegados.

O Conselho de Delegados é o órgão jurisdicional supremo da AAP e, para além dessa competência, cabe-lhe, essencialmente, no actual Estatuto, o papel de consultor dos Órgãos Executivos. É também sua atribuição, a aprovação do orçamento anual do Conselho Directivo Nacional e a apreciação global da acção dos Órgãos Sociais.

É necessário desfazer o equívoco de que o Conselho de Delegados possa ser um órgão com funcionamento permanente, acção executiva e com relações directas com o poder político.

As competências que lhe cabem são de análise, crítica e reflexão, além de jurisdicionais. São competências importantes, determinantes na vida da AAP, mas não definem o Conselho de Delegados como Órgão com autonomia programática, com funcionamento independente dos outros Órgãos Sociais.

A postura dos membros da Lista A, candidatos ao Conselho de Delegados, está claramente expressa no seu programa de candidatura publicado, e que está na linha directa do que tem vindo a ser a acção desse Conselho nos últimos mandatos.

Com as diferenças de sensibilidades existentes nesta Lista A, decorrentes das várias origens geracionais, regionais e de modos de exercício da profissão, pretendemos ser, com independência de juízo, o garante do cumprimento do programa dos Órgãos Sociais executivos, com o qual estamos inteiramente solidários, o garante da transcrição desse programa para acções concretas expressas nos planos de actividades e orçamentos, o garante do cumprimento da Moção de Orientação aprovada no 7º Congresso.

Pretendemos contribuir, com uma rectaguarda de reflexão e ponderação, para o estabelecimento das estratégias de actuação da AAP perante os poderes públicos, reforçando, enquanto órgão consultivo, as posições que o Conselho Directivo Nacional necessite tomar.

Pretendemos apoiar os Órgãos Executivos na análise crítica sobre a acção do Estado, a todos os níveis de decisão política.

Falando claramente, a classe não pode correr o risco de ter um Conselho de Delegados que resulte de uma votação baseada em equívocos. Não se podem confundir competências como resultado dos programas empolados das Listas B, C e D, que apenas se candidatam ao Conselho de Delegados. Não se pode correr o risco de, como resultado de um equívoco, quem não se candidata a assumir a responsabilidade pelos órgãos executivos, possa vir a bloquear, quando membro do Conselho de Delegados, uma acção executiva coerente com objectivos programáticos que não são os seus.

O novo Estatuto e o Conselho de Delegados. Antes de mais, esclareça-se: as eleições em curso não são para preencher cargos decorrentes do novo Estatuto. As eleições são para os órgãos, tal como descritos no Estatuto da AAP em vigor, e para o exercício das suas respectivas competências.

No Estatuto aprovado pela classe para a futura Ordem dos Arquitectos, e que carece ainda de ser ratificado pelo Governo, o Conselho de Delegados terá acrescidas as suas competências, com novas funções fiscalizadoras sobre a actividade dos Órgãos Sociais executivos e com funções de aprovação dos Regulamentos básicos para o funcionamento da Ordem (Disciplina, Deontologia, Admissão, Especialidades).

A aceitação do Estatuto da Ordem pelo Governo, durante o próximo mandato, implica a necessidade de criação de disposições transitórias que definirão o processo de transição dos Órgãos que agora vamos eleger. Não é líquido que os membros eleitos para o actual Conselho de Delegados transitem para o futuro Conselho, até pela diferente composição qualitativa e quantitativa que este irá ter.

Resulta desta premissa que a discussão e aprovação das disposições transitórias e de eventuais alterações impostas pelo Governo reveste grande importância neste mandato. A experiência que temos da preparação do Estatuto votado no mandato que termina, dá aos candidatos da Lista A uma capacidade extra para esta tarefa.

As respostas da
Lista B

1 *Como entendem a situação actual da profissão em Portugal?*

A situação profissional tem-se pautado por uma profunda mutação, cujas causas têm origem no ensino de massas, na alteração do quadro social e político do País. No passado os arquitectos eram "meia dúzia" que encontravam no associativismo profissional um campo de resistência e um local de encontro de velhos colegas. Hoje já somos mais de seis mil, e o arquitecto dono, ou sócio, do romântico "Atelier vão de escadas" já não corresponde ao perfil actual da classe.

Hoje encontramos arquitectos que estão exclusivamente a fazer investigação, uma área onde infelizmente não temos uma tradição firmada. Mas este facto positivo, trazido pela generalização de Pós-graduações e Mestrados, arrasta consigo uma face oculta que no resto da Europa já é conhecida há muito tempo: o prolongamento da formação académica para fugir ao desemprego!

O trabalho nos ateliers, fundado na relação entre mestre-aprendiz, subsiste num quadro de relacionamento diferente: o mestre cedeu o lugar ao patrão e o aprendiz ao empregado. Este relacionamento, que antes baseava a sua estabilidade na relação afectiva entre os dois agentes, encontra-se numa situação desequilibrada e instável, sem paralelo em outras profissões. A "mulher-a-dias" paga-se a segurança social, as férias, o subsídio de Natal, e por vezes mais à hora..

Virtualmente a classe parece estar a ganhar peso na sociedade portuguesa. No entanto, quando pensamos que por Decreto ainda é possível a curiosos assinar projectos de arquitectura, quando assistimos ao processo Expo 98, e quando constatamos que organismos do Estado fazem adjudicações directas sem critérios transparentes, promovem concursos cujo critério de avaliação é o preço, apercebemo-nos do longo caminho que ainda é necessário percorrer.

2 *Quais as razões da vossa candidatura?*

A nossa candidatura foi-se desenhando através da confluência de diversas vontades individuais de participação. Não partimos como um grupo organizado. Nem é nossa preocupação gerir uma lista de nomes que artificialmente espelhe um equilíbrio entre norte e sul, homens e mulheres, ou devidamente temperada por este ou aquele notável (mesmo que este não tivesse disponibilidade para cumprir o mandato). Preferimos partir de uma plataforma de debate em torno de ideias e projectos; sedimentar opções, sem cair em demagogias ou extravasar o âmbito do Conselho de Delegados a que nos candidatamos.

Se a lista partiu desta agregação de vontades, surgiu também como resposta natural a uma crescente insatisfação em relação à *praxis* da nossa Organização Profissional. Temos observado o desvirtuar progressivo dos órgãos de representação por excelência, como a Assembleia Geral e o Congresso Nacional, do qual não vimos actas editadas!

Queremos com esta candidatura suscitar o debate, e fazer reanimar a prática da democracia em torno das questões que nos preocupam; sem medos de afrontar aquilo que nos divide. Não se pode continuar a reflectir sobre os "grandes temas", reincidindo na banalidade, na abordagem olímpica e consensual. É preciso romper com a flacidez dos falsos consensos! O que só se consegue, ajudando a construir a Ordem dos Arquitectos liberta das insuficiências que a AAP tem demonstrado em se adaptar às mutações das condições de exercício da arquitectura.

3 O que consideram ser os objectivos da AAP para o futuro?

Em primeiro lugar, simultaneamente à homologação do novo estatuto - passagem a Ordem - exigir a revogação do Decreto 73/73, vedando o exercício da Arquitectura a não arquitectos. É ridículo que o Estado reconheça na nossa Organização Profissional o direito público de regular o exercício da Arquitectura, velando pelo cumprimento de normas deontológicas, para depois permitir a curiosos a prática desta profissão, sem qualquer habilitação e tutela!

Depois, há que ajustar a futura Ordem à nossa realidade profissional, antecipando-se aos desafios de responsabilidade e de concorrência que o novo quadro comunitário aos poucos nos vai impondo. Um destes aspectos, passa por estarmos atentos à regulação dos seguros de projecto. Não podemos deixar que sejam as companhias seguradoras a definir o nosso quadro de responsabilidades. Temos de nos antecipar, e definir com cuidado esta matéria, caminhando para que os projectos sujeitos a obrigatoriedade de seguro tenham enquadramentos de responsabilidade diferenciados, consoante o grau de pormenorização encomendada pelo cliente. Ou seja, o cliente no momento da encomenda pode optar pelo grau de responsabilidade do arquitecto que contrata, encomendando-lhe, ou não, o projecto de execução.

O ponto seguinte será consolidar o papel do arquitecto em matéria de Planeamento Territorial. Área multidisciplinar na qual tem sido supervalorizada a intervenção de outras disciplinas em detrimento da Arquitectura, sendo o desenho subestimado, usurpado, ou mesmo inconsequente.

Mas a questão primordial será o desafio de valorizar a formação generalista do arquitecto, numa altura em que as escolas de arquitectura compartimentam a formação e saídas profissionais, demonstrando uma tendência fora de época, por vezes com falta de rigor semântico, apelidando arquitectura aquilo que o não é.

4 Como acham que pode ser a actuação da lista para ajudar a cumprir tais objectivos no quadro das acções específicas do órgão da AAP a que se candidata, nomeadamente: Conselho de Delegados - Revisão Estatutária (procedimento e entendimento do novo papel do Conselho de Delegados), aprovação do orçamento do CDN, articulação com o CDN e outros Órgãos Sociais.

O Conselho de Delegados é o órgão representativo máximo entre Congressos, eleito por método proporcional, com atribuições tão diversas como, fiscalizar os actos do CDN, julgar os recursos das decisões dos demais Órgãos Sociais, concluir o processo de revisão estatutária (criação dos Colégios de Especialidades e do Quadro Deontológico e respectivo Órgão Disciplinar). A nossa responsabilidade é acrescida, quando pensamos que a prática democrática anda tão desvirtuada na AAP, seja por ineficácia na actuação dos Órgãos Sociais, ou por falta de participação dos associados. As matérias estatutárias decisivas a definir no próximo mandato são, naturalmente, a criação dos Colégios de Especialidades e o Quadro Deontológico da profissão.

Quanto aos Colégios de Especialidades, não estaremos neste processo para o tratar de forma administrativa, ou para aceitar imposições de outrém, que não seja a vontade da classe. Sabemos que as pressões para fragmentar a nossa esfera de actuação são muitas. No entanto, seremos fiéis à formação universalista do arquitecto; entendemos as especialidades como possível instrumento agregador de domínios que outros profissionais ambicionam exercer, como seja o Planeamento Territorial. Este debate poderá servir para estabelecer ligações com outras profissões, designadamente a Arquitectura Paisagista. Dada a importância da matéria todos devemos ser chamados a participar.

O Quadro Deontológico, é outra das matérias essenciais e urgentes. Todos temos de perceber que a valorização do arquitecto, e da Arquitectura como serviço público, passa por este aspecto. O Arquitecto deve ser visto como alguém investido de um conjunto de conhecimentos, que presta um serviço, e tem por isso regras a cumprir. Recusamos a imagem desfocada do profissional que esquisita umas ideias, depois concretizadas pelo "Senhor engenheiro", como ingenuamente, alguém, cheio de boas intenções, ajudou a sedimentar no Largo de São Paulo.

Quanto à aprovação do orçamento, seremos rigorosos na sua avaliação e consequente votação. Colocaremos ainda à consideração do CDN a possibilidade de desagregar o preço de determinados serviços cobrados aos sócios (ou até tornar gratuitos), nomeadamente das declarações a entregar às Câmaras Municipais.

A articulação com os Órgãos Sociais, passa pela exigência de uma postura mais actuante da AAP na defesa da classe. Não pactuaremos com os silêncios que se têm sucedido no acompanhamento de processos tipo Expo 98, concursos por preços e curricula lançados por diversos Organismos da Administração Pública, nem com a política clientelar da encomenda por ajuste directo sem critérios transparentes. Por outro lado, pretendemos descentralizar o debate, transferindo e acompanhando-o nas Assembleias Gerais Regionais, ou mesmo nos núcleos espalhados pelo País. É preciso que as Assembleias Gerais Regionais não sirvam apenas para cumprir formalismos de calendário impostos pelos estatutos!

A valorização que defendemos para o Congresso Nacional passa pelo trabalho preparatório dos temas, pelas Assembleias Gerais, e criação de grupos de trabalho. As temáticas deverão incidir sobre todos os aspectos da nossa prática profissional, e não apenas, continuamente, naqueles mais genéricos, onde o consenso é mais fácil de obter.

O debate que queremos edificar, fundamenta-se no respeito pela liberdade individual de participação que pretendemos estender a todos!

A lista C
responde ao Jornal Arquitectos

1 Como entendem a situação actual da profissão em Portugal?

É para todos claro que a situação da classe profissional dos arquitectos se encontra, não de agora, num acelerado processo de transformação que se manifesta no crescimento numérico (em cada uma das últimas décadas duplicou o número de arquitectos), no conseqüente rejuvenescimento, em mudanças no processo e nas condições de formação, na diferenciação interna e especialização, no papel (e na imagem pública e mediática) da arquitectura na sociedade em mudança.

Somos particularmente sensíveis às mudanças que se verificam nas condições de exercício da profissão e sobretudo ao crescente número de arquitectos exercendo em regime de assalariamento, prestando serviços em condições muitas vezes de grande desprotecção tanto no plano social como no plano profissional, por exemplo no que diz respeito às questões da propriedade intelectual, da autoria e da co-autoria.

Creemos que estes traços de evolução devem ser observados pela AAP com grande atenção, no sentido de trabalhar para que o crescimento numérico e o reforço do enfoque sobre a arquitectura, nas suas várias vertentes, seja acompanhado da consolidação de condições profissionais, deontológicas, éticas e culturais que garantam um exercício profissional estimulante, criativo e gratificante.

2 Quais as razões da vossa candidatura?

São simples as razões:

- Porque entendemos que só poderá ser útil aos arquitectos portugueses que outras vozes mais plurais se exprimam nos órgãos da sua Associação;
- Porque pretendemos que a vida associativa não viva de uma relativamente indiferente "coesão", mas de um saudável e democrático confronto de diferentes perspectivas.
- Porque pensamos que a defesa da "ética" e dos "princípios" profissionais não é um monopólio de uns mas sim a prática quotidiana de todos.
- Porque, e principalmente, entendemos que existe um alarmante déficite de participação dos arquitectos na vida da sua associação e que, para mudar tal situação que não é de estrutura mas sim de atitude, queremos que os cerca de 6000 associados da AAP se revejam e tenham lugar na

sua Associação e que esta seja capaz de abrir espaço e adquirir significado efectivo para todos os arquitectos. Uma coisa é ser-se arquitecto, outra é fazer arquitectura. À AAP compete a defesa da arquitectura, sem ignorar que esta depende dos circunstancialismos que rodeiam a profissão.

3 *Quais consideram ser os objectivos da AAP para o futuro?*

É necessário que a Associação dos Arquitectos Portugueses tenha em conta nos seus objectivos que:

- Os arquitectos exercem a sua profissão num mundo real, sobre o qual têm o imenso privilégio de poder intervir de forma material;

- Os arquitectos, todos eles (veteranos ou recém-formados, patrões ou assalariados) devem esperar da AAP o eco às questões - todas as questões - que o seu exercício profissional coloca.

O lema que adoptamos - **"Mais profissão na Associação, Mais Associação na Profissão"** - reflecte a atitude capaz de aproximar a AAP destas duas condições.

A AAP deverá bater-se de forma séria e empenhada pelos interesses colectivos da classe, invertendo a sua actual postura de indiferença perante os problemas da maioria dos seus associados.

Haverá que ter em conta os anseios e os problemas específicos dos arquitectos que exercem a sua profissão no âmbito da Administração Pública Central e Local.

Haverá que ampliar a actuação cultural e social da AAP, promovendo iniciativas mais amplas, passando por uma maior participação nos "media", de modo a explicitar as peculiaridades da nossa profissão.

O universo cultural da arquitectura é ilimitado. A AAP deve desenvolver uma linha de estratégia que vise a abertura no plano cultural, o diálogo interdisciplinar com toda a actividade criadora, independentemente da sua relação de proximidade com a arquitectura.

Como acham que pode ser a actuação da lista nos órgãos sociais da AAP?

Pela sua composição o Conselho Nacional de Delegados é o órgão estatutário mais capaz de observar com independência, reflectir e confrontar diferentes opiniões e perspectivas.

Atribuímos assim ao CND um papel muito importante na estrutura dos órgãos da AAP: um papel interveniente, fiscalizador, arbitral e crítico.

No âmbito das competências e responsabilidades que cabem ao CND, orientam-nos cinco preocupações essenciais:

- Reforço do papel da AAP na defesa dos interesses profissionais dos arquitectos, tendo em conta as diferentes condições de exercício da profissão;

- Maior atenção por parte da AAP ao crescente número de arquitectos exercendo a profissão em regime de assalariamento e na Administração Pública e Local;

- Defesa do carácter aberto e participado da AAP, da descentralização de estruturas e iniciativas, do diálogo entre os órgãos da AAP e os associados;

- Desenvolvimento de acções com a finalidade de influenciar efectivamente os centros de decisão que tutelam e promovem políticas e iniciativas no âmbito da Construção e do Ordenamento do Território;

- Desenvolvimento de iniciativas capazes de dinamizar o mercado de emprego e a encomenda do projecto, incluindo a criação de bolsas de emprego particularmente destinadas aos arquitectos recém-formados.

Estamos convictos de propôr uma linha de orientação genérica que, trazendo "Mais Profissão na Associação, Mais Associação na Profissão" contribuirá para o reforço, a influência e o prestígio da AAP.

Celestino de Castro, arq

Dar voz às diferenças
Texto da Lista D

No passado dia 8 de Novembro, a Lista D - concorrente ao Conselho de Delegados da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) - recebeu um fax do Jornal Arquitectos (JA), que continha 4 perguntas destinadas a todas as listas candidatas às eleições para os órgãos sociais da AAP. Desde logo, a solicitação não deixa de parecer algo insólita, na medida em que julgamos não deverem ser feitas iguais perguntas a listas que concorrem a órgãos diversos, pois cada um deles tem diferentes competências e especificidades de actuação, de acordo com os Estatutos da AAP. Neste sentido, pelo seu carácter e conteúdo, consideramos que as perguntas são quase todas claramente dirigidas às listas candidatas a órgãos executivos - Conselho Directivo Nacional (CDN) / Conselhos Directivos Regionais (CDR's) - , o que também não abona a favor do pretendido.

Porém e sobretudo, como é do conhecimento de todos, o JA é a publicação oficial da AAP, está estatutariamente dependente do CDN, perante o qual, em última instância, responde a respectiva orientação editorial. Ora o actual presidente do CDN da AAP, Arq^º Pedro Brandão, é delegado de uma das listas concorrentes às eleições, liderada pela Arq^º Olga Quintanilha, da qual também faz parte o Arq^º Michel Toussaint, director do JA. Quer isto dizer que, sem qualquer desprimor para com as pessoas enunciadas - que nos merecem respeito e maior consideração - e numa perspectiva deontológica e ética, a Lista D discorda frontalmente que o espaço destinado à apresentação das listas no JA se circunscreva a quaisquer perguntas previamente estabelecidas. Por isso, para além do Manifesto Eleitoral da Lista D que será oportunamente tornado público, consideramos o seguinte:

1. A existir esse espaço no JA e de acordo com os princípios e valores que levaram ao aparecimento da Lista D, ele deveria garantir inequívoca liberdade de informação sem quaisquer condições ou restrições àquela, ou seja, cada lista apresentar-se-ia perante os associados da forma e do modo que melhor entendesse. Para nós, essa apresentação deve sempre revestir-se como acto de cultura e de criatividade próprias de quem pretende, como nós, dignificar a profissão de arquitecto. Neste sentido e de forma clara, não abdicamos da nossa liberdade e recusamos qualquer formatação prévia para o nosso discurso, pois formatar é próprio de quem ainda acredita em velhos modelos de comportamento uniforme e linear. A Lista D não acredita nesses modelos.

Renovação: desde logo, a primeira diferença que marca a nossa voz.

2. Assim sendo, respeitando o número de páginas disponibilizadas pelo JA, a Lista D encara-as como um espaço de liberdade, de melhor comunicação e um espelho de si mesma. Por isso se compreende que não apresente "fotografia de autor do texto" conforme solicitado pelo JA, pela simples razão que não falamos no singular, mas antes, fazemos da singularidade um dos nossos princípios fundamentais.

Imaginação: eis outra diferença que marca a nossa voz.

3. Na perspectiva da Lista D, a liderança de qualquer projecto na AAP não existe sem reflexão, sem o brilho das ideias e sem relevância cultural. Não basta o fortalecimento institucional, uma nova sede,

a necessária profissionalização burocrática, e uma maior e melhor prestação de serviços. A liderança de qualquer projecto, se pretende prestigiar a profissão de arquitecto, deve fazer do seu trabalho um acto de permanente participação de e com todos, deve demonstrá-lo em atitudes e ideias - nomeadamente, deve estar presente e activa nos actos de cultura que protagoniza¹ - para que consiga reaproximar os associados aos órgãos sociais da AAP, e reconquistar a sua confiança. A liderança de qualquer projecto na AAP deve reconhecer que vivemos num tempo que procura novos modelos, regras e instrumentos que incentivem a participação dos cidadãos, cada vez mais exigentes para com quem os representa.

Cultura e Participação: eis a quarta diferença que marca a nossa voz.

Ao invés, a simples continuidade nos nossos dias favorece o obscurecimento autista e potencia vícios indesejáveis. Disto tem a Lista D perfeita consciência e, por isso, constituiu-se como possível alternativa ao actual estado das coisas e às outras que acreditamos poderem vir a acontecer, sobretudo numa época que se adivinha de transição para a AAP e que julgamos constituir o fim de um ciclo da sua vida. Daí a necessidade de um novo projecto de futuro. Um projecto que é um lugar de encontro de pessoas diferentes, de mulheres e homens com origens distintas e sem qualquer conotação de grupo organizado, excepto no que diz respeito à crença no valor dos princípios, da transparência, da reflexão e da cultura. Um projecto sem lideranças porque cada um procura dar o melhor que tem para dar, porque todos têm exactamente os mesmos direitos e porque todos são diferentes entre si. Ou seja, considera-se a diversidade como uma experiência dinâmica, enriquecedora e esclarecedora. E, neste final do milénio, é nela que reside a verdadeira liderança de qualquer projecto prestigiante para a sociedade civil e, em particular, para a profissão de arquitecto.

Diversidade: a quinta diferença que marca a nossa voz.

Assim, a Lista D pretende-se como ponto de partida para o futuro e um lugar de diálogo para o presente. Pela sua natureza, o Conselho de Delegados é o órgão social da AAP que melhor pode servir a concretização dos nossos objectivos e que mais condições reúne para se tornar fórum dessas vontades, ou melhor, reflexão e diálogo transformadores entre todos nós e com os eleitos das outras listas. Não somos, nem seremos oposição a ninguém, como não apoiamos seja quem for. Consideramos também que a independência face aos poderes políticos é fundamental e, nesse sentido, a Lista D estará atenta a quaisquer compromissos que retirem integridade institucional à AAP, exigirá transparência ética e deontológica aos vogais dos respectivos órgãos sociais, tal como reassumirá a virtude da denúncia pública de quaisquer situações em que estejam em causa os direitos, os valores e a dignidade dos arquitectos, da Arquitectura Portuguesa e do seu Património construído.

A cada momento, respeitando a liberdade de cada um de nós e os princípios e valores que defendemos, actuaremos consoante os deveres que nos assistem e conforme as solicitações que forem surgindo, na certeza de um único compromisso: nunca abdicar do prestígio criativo da profissão de arquitecto e, por isso, assumir o Conselho de Delegados como lugar de consciência ética.

Ética: eis a sexta diferença que marca a nossa voz.

6. A Lista D considera a AAP como a instituição aberta que, aliás, nunca deveria ter deixado de ser. Isto significa que a Lista D, com a devida humildade mas sem quaisquer transigências, assumir-se-á como veículo de participação exigente, irreverente e activo para consigo mesma e para com os associados, tal como estes deverão fazer-lhe chegar as suas inquietudes e reflexões críticas, dentro e fora do Conselho de Delegados. Isto também significa que a Lista D será exigente, dialogante e activa para com os diferentes órgãos sociais da AAP, sobretudo com os executivos, dentro das competências jurisdicionais e também fiscalizadoras atribuídas pelos Estatutos da AAP, nomeadamente no que diz respeito à aprovação dos orçamentos anuais do CDN, a pareceres sobre as suas actividades, exercendo funções consultivas e pronunciando-se criticamente sobre os planos de actividades. É nosso propósito que, no futuro e dentro do espírito da nova revisão estatutária, o Conselho de Delegados cada vez mais reforce o sentido fiscalizador da sua actuação, na medida em que ao reunir diferentes sensibilidades dos associados é, enquanto tal, garante de democracia da AAP.

Rigor: a sétima diferença que marca a nossa voz.

Parafraseando o poeta, não há caminho para o caminhante, pois constrói-se-lo a andar.

Mas as ideias, as boas ideias, sempre permanecem nos actos de quem as tem. Julgamos que, com a participação de todos, é possível acontecerem. Por isso, não só damos voz às diferenças como, sobretudo, acreditamos ser a Diferença para todos vós e para a Associação dos Arquitectos Portugueses.

E, caros amigos, acreditar é sempre um bom princípio para fazer futuro.

¹ Por exemplo, lamentamos que nenhum vogal do actual CDN estivesse presente na conferência do Arq^o Alberto Campos Baeza do passado dia 10 de Novembro, talvez o acontecimento cultural mais relevante do ano de 1995 protagonizado pela AAP, que muito dignificou os "Banhos de S. Paulo". Porquê?

Manuel Tainha (Lisboa, 1923), é hoje uma das grandes referências da Arquitectura Moderna Portuguesa. Com inúmeros trabalhos projectados e construídos, fez parte de diversas direcções do Sindicato dos Arquitectos Portugueses (ainda hoje é membro do Conselho de Delegados da Associação dos Arquitectos Portugueses). Durante muitos anos esteve ligado ao ensino da Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, hoje Faculdade de Arquitectura. Apesar de reformado do ensino oficial, ainda mantém actividade pedagógica no Departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada de Lisboa. Tem inúmeros artigos e livros publicados e foi durante muito tempo colaborador da revista *Arquitectura*, para a qual traduziu em 1953 o artigo de Alvar Aalto "Ovo de Peixe e o Salmão". Foi fundador da revista *Binário*, onde Alvar Aalto foi amplamente divulgado.

Manuel Tainha em directo: sobre Alvar Aalto e outros assuntos

Entrevista realizada por João Belo Rodeia a 17 de Maio de 1995, no atelier de mestre Manuel Tainha, em Lisboa

João Rodeia - A primeira pergunta é um lugar-comum mas, enfim, é uma forma de iniciar. Quando e onde começou o seu interesse por Alvar Aalto? ¶ Manuel Tainha - Eu diria que pela leitura do texto "O ovo de peixe e o salmão", que eu li com alguma dificuldade pois estava escrito em alemão, mas que me interessou muito. Mero acaso? Mais tarde traduzi-o para a revista *Arquitectura*. ¶ JR - Três anos antes, em 1950, a revista *Arquitectura* publicava parcialmente um primeiro texto de Aalto - "A Humanização da Arquitectura" - e, sobretudo, saía um número monográfico da *L'Architecture d'Aujourd'Hui* sobre Alvar Aalto... ¶ Sim, eu tenho esse número. Foi por ele que me inteirei do conjunto da obra de Aalto. ¶ JR - E eu sempre pensei que, se calhar, tinha sido um pouco motivado por esse número monográfico, porque a AA era, de algum modo, a revista estrangeira mais lida em Portugal na época... ¶ Para mim o texto foi anterior ao número da AA. ¶ JR - Sabe que encontrei um número de uma *Arquitectura* de 1947², com mobiliário de Aalto e com o seu Plano de Rovaniemi, ainda antes do mítico Congresso do Sindicato Nacional dos Arquitectos Portugueses de 1948³. Julgo que é a primeira referência de Aalto publicada em Portugal. ¶ Sim, sim. O famoso mobiliário de madeira laminada e curvado em estufa...isso é de quando? ¶ JR - De 1947. É um apontamento curioso porque surgiu antes da "entrada oficial" de Aalto por cá, com os dois artigos publicados em 1950 e em 1953. Como já se disse, um apenas parcialmente, "A Humanização da Arquitectura", e o outro completo, o que referiu - "O Ovo do Peixe e o Salmão", que voltou a ser publicado em 1983, na Exposição de Aalto na Gulbenkian⁴... ¶ ... e até com outro título. ¶ JR - Exacto. ¶ Mas o original que eu traduzi tinha exactamente o título "O ovo de peixe e o salmão". Li-o numa revista da época chamada *Werk*, muita bem feita, que havia no atelier do Mestre Carlos Ramos⁵. Este atelier foi para mim o grande manancial de informação acerca dos movimentos vanguardistas dos anos 20 e do Movimento Moderno, os ortodoxos e os heréticos. Mais tarde completei essa informação na biblioteca do arq.

¹ *Revista Arquitectura*, Ano XXIV, 2ª Série, Nº 46, 1953, pg. 15 a 16, Lisboa. Original de 1947.

² *Arquitectura, Revista de Arte e Decoração*, Ano XX, 2ª Série, nº 17/18, 1947, pg. 36 a 38, Lisboa.

³ 1º Congresso do Sindicatos dos Arquitectos Portugueses, hoje quase mítico, cujas teses afrontaram o regime salazarista, defendendo a *Arquitectura Moderna*.

⁴ *Revista Arquitectura*, Ano XXII, 2ª Série, Nº 35, 1950, pg. 7 a 8, Lisboa. Original de 1940.

⁵ ALVAR AALTO, 1898-1976, Exposição na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

⁶ Carlos Ramos (Lisboa, 1897-1969), homem cosmopolita e informado, pedagogo por opção, (apesar oriundo de Lisboa, seria posteriormente nomeado director da Escola do Porto, dividindo a sua actividade entre as duas cidades), amante da leitura, das viagens e do cinema, e grande pioneiro da *Arquitectura Moderna* em Portugal. Destaque para o Pavilhão do Rádio do Instituto de Oncologia (Lisboa, 1927/35), algo influenciado pelos racionalistas alemães (Bruno Taut ou Walter Gropius servem como exemplo).

Pardal Monteiro onde trabalhei durante 3 ou 4 meses. O suficiente para... ¶ JR - Bem, na altura suponho que também o próprio Keil do Amaral⁷ tinha muita informação, nomeadamente de Aalto, embora seja sobretudo conhecida a sua ligação à arquitectura holandesa e a Dudok⁸... ¶ **Sim, sim, mais holandês, a mais germânica, como também o grande Januário Godinho.** ¶ JR - O mestre Keil falava muito na humanização da Arquitectura no seu livro *A Arquitectura e a Vida* de 1942, contra a maquinização e defendendo outro enquadramento para a Arquitectura. Não sei se sabia ou se intuitivamente estava próximo de algumas das ideias de Aalto (embora Aalto escrevesse pouco, fazia mais do que escrevia...) ¶ **Era natural que o Keil soubesse de tudo isso. Era segundo julgo um homem muito viajado e muito lido, creio.** ¶ JR - Uma coisa que me parece curiosa, ao contrário do que sempre entre nós foi sugerido e assumido, é que não havia assim tão grande isolamento dessa geração em relação ao que se passava na Europa, mesmo durante os repressivos anos 40 da ditadura em Portugal. Apesar de tudo, havia alguns que furavam e conseguiam ter acesso à informação, mesmo quando controlada. Bem sei que tudo quanto chegava era visado pela Comissão de Censura do regime, recordo-me do "visto" na revista *Binário*⁹... ¶ **Tudo, tudo era visado. Nada escapava. Como já disse eu tive a sorte de trabalhar no atelier de Carlos Ramos, onde havia uma biblioteca soberba para a altura, em livros e revistas. E eu devorei aquilo tudo, levava-os para casa, clandestinamente. Tive essa oportunidade única. Não sei de alguém da minha geração que tivesse a mesma sorte que eu tive, nesse particular.** ¶ JR - ... provavelmente havia algum espírito de camaradagem entre os arquitectos mais jovens... ¶ ... não. Não havia não. De maneira nenhuma. Só algumas pessoas tinham a Informação, por acaso. Eu não podia emprestar porque não eram coisas minhas. Diria até que, enfim, e isso prolongou-se durante muitos anos, tudo guardavam para si. Se eu li o "Quando as Catedrais eram Brancas"¹⁰, devo-o ao atelier do Ramos. Se eu tinha, guardava para mim. Era a moral vigente. ¶ JR - Tinha a ideia que houvesse mais solidariedade entre... ¶ ... não, não, nem os problemas levantados pelos conteúdos desses livros eram debatidos. ¶ JR - Sabe que uma das coisas mais curiosas que descobri foi que Aalto tinha estado em Portugal. ¶ **Olha... eu não sabia...** ¶ JR - Sabe, sabe! Lembra-se que num dos números da sua revista *Binário* foi publicado um discurso de Aalto feito em Londres¹¹, onde ele fala de que quando alguém lhe pergunta se é moderno ou antigo, e ele vai desmontando a pergunta, a certa altura diz que esteve... ¶ **...Ah! Exactamente. No Estoril.** ¶ JR - Pois é. Aliás parece ser como outros arquitectos que estiveram por cá, de passagem, como é o caso de Richard Neutra. Neutra era grande viajante e tinha uns blocos de *croquis* muito interessantes e descritivos. Recordo-me duns esquisos dele que vi expostos no Colégio dos Arquitectos em Barcelona¹², com imagens de Óbidos e do Mosteiro dos Jerónimos. Aliás, o Neutra também esteve em Moçambique. Tenho um amigo cujo pai era piloto e que o passou de avião na altura... ¶ ... **fala do Neutra já americano, não o austríaco?** ¶ JR - Sim, o Neutra dos anos 30, já em Los Angeles e assustado com a ascensão do nazismo. Bem, como já percebeu, a conversa que venho ter consigo é informal. Não sei como vê a presença de Alvar Aalto na altura em que o descobriu e como o vê hoje. Como é, passados 50 anos? ¶ **Olhe, eu estive em Helsínquia há 2 meses por razões profissionais. É claro que aproveitei para ver as obras de Aalto em Helsínquia, Otaniemi, Tapiola, também obras do Sarinem, de Lindgren, Siren e outros. Ainda não fiz bem o ponto da situação, quer dizer ainda não interiorizei suficientemente a experiência. E não sei se a farei alguma vez...** ¶ JR - Foi a primeira vez? ¶ **Sim, foi a primeira. Há porém para já um sentimento geral, sei lá, uma reacção perante as coisas do Aalto que eu interpreto como uma espécie de exorcismo, de libertação. As coisas vistas no real perdem o feitiço que adquirem quando só vistas por outros meios, indirectos onde a gente põe um sobrevalor que não existe. Aalto ficou ao mesmo tempo mais próximo e mais distante. Esvai-se aí um não sei quê de imaginário. Não sei explicar melhor. Enfim eu só conhecia as suas obras por fotografias, e as fotografias são sempre falaciosas.** ¶ JR - ... será que o desmistificou? ¶ **Não direi desmistificar, mas antes desmitificar.** ¶ JR - ... ainda para mais eram quase todas a preto e branco na época em que foram publicadas... ¶ **Por exemplo eu estive uma tarde inteira na Casa da Cultura e dei-me nota de que a escala era diferente, quanto a mim para melhor. Mais pequena. Não sei se foi do enquadramento urbano, a visão próxima e a visão distante, a surpresa do encontro. Foi muito emocionante. Mas mesmo por dentro senti a diferença de escala. As fotografias iludem a realidade da Arquitectura. Nunca dão verdadeiramente aquilo que é, aquilo que lá está. Não acha? São outra coisa...** ¶ JR - ... eu senti o mesmo quando a vi, achei-a mais "doméstica"... ¶ ... **Sim, sim. Estive lá o tempo que quis; meti o nariz em todo o lado, e tudo isso teve o condão de me libertar. De quê? Não sei. Pois eu nem sequer tenho ou tive alguma vez uma grande familiaridade figurativa, linguística**

⁷ Francisco Keil do Amaral (Lisboa, 1910-1975), outro dos grandes pioneiros da Arquitectura Moderna Portuguesa, inicialmente principal colaborador de Carlos Ramos, muito viajado, com muita produção escrita, entre a qual se destacam os livros "Arquitectura e a Vida" (1942) e "Moderna Arquitectura Holandesa" (1943).

⁸ Willem Dudok (1887-1974), arquitecto holandês ligado ao "racionalismo sem dureza" (como R. Mallet-Stevens) que Keil do Amaral defendia, autor da Câmara Municipal de Hiversum (1924/28).

⁹ *Binário*, Revista de Arquitectura, Construção e Equipamento, fundada em 1958 por Manuel Tainha e Jovito Tainha, com o propósito da divulgação actualizada da Arquitectura Moderna.

¹⁰ de Le Corbusier, 1937.

¹¹ Discurso proferido em Londres por Alvar Aalto na ocasião da Exposição de Arquitectura Finlandesa, in *Binário* nº 3, pg. 1 a 2, 1958, Lisboa. Assinala-se que este texto, algo inédito, não se encontra na recente compilação dos escritos de Aalto compilados pelo Centro Georges Pompidou em 1988.

¹² Exposição realizada em 1992. Curiosamente, as legendas estavam trocadas ou erradas, mas as imagens eram bem explícitas dos sítios que representavam: a vila muralhada medieval de Óbidos (em Portugal e não no Brasil, como estava indicado), e o altar-mor maneirista da igreja de St. Maria de Belém do Mosteiro dos Jerónimos de Lisboa (cuja legenda indicava local desconhecido, "talvez na América do Sul?").

com Aalto! Ao vê-lo, revi-me... ¶ JR - Há alturas em que, de alguma forma, eu sinto algo de Aalto na sua obra, como na Herdade da Mitra¹³. ¶ Ah sim. Eu digo-lhe, revi-me numa coisa que é bem forte: é sobre a predominância da formação sobre a composição. Julgo termos isso em comum. ¶ JR - ... ou, por exemplo, em certas atitudes na Pousada de St. Bárbara¹⁴. Mas isso fica para depois porque tenho umas perguntas malandras para lhe fazer. ¶ Está bem, está bem (risos). Estou à espera. ¶ JR - Pronto, interrompi-o outra vez... de qualquer modo, penso que do ponto de vista da postura perante a vida e as coisas, acho-o muito próximo do humanismo de Aalto. ¶ Será esse o nó da questão. Fraternalmente. Por ironia o Aalto nunca foi o meu mestre do traço, do desenho. Já uma vez o disse - e levei na cabeça por isso - em certas obras de Aalto há um excesso quase opressivo do desenho. Em Imatra por exemplo. ¶ JR - ... excesso? ¶ Às vezes sinto-me oprimido pelo excesso de desenho, pelo excesso de visualidade de uma arquitectura. É quase ornamental, expressionista. ¶ JR - Talvez excesso no sentido do hiperdesenho, talvez por ele ter começado muito ligado ao design de mobiliário e ter transposto toda a carga da pormenorização... ¶ ... porque não! Seja. ¶ JR - Talvez um pouco como acontece, para mim, no Hotel do Mar de Conceição Silva¹⁵, em que tudo, mas tudo, era demiurgicamente desenhado. ¶ O que no fundo eu assimilei de Aalto não foram os seus desenhos, os seus padrões figurativos, a maneira de desenhar um tecto, um pilar, etc. mas outra coisa que está já contida no artigo que eu traduzi, ou seja: um método, um modo de trabalhar, de atacar o desenho e perder o medo ao papel branco. ¶ JR - ... aliás, o artigo que vem antes ao do Aalto é seu¹⁶... ¶ Artigo um tanto confuso ainda, pedante e imaturo. ¶ JR - O mestre era novo, era mais novo do que eu quando o escreveu, tinha 30 anos... ¶ Talvez, não me recordo. ¶ JR - Mas é um artigo em defesa da Arquitectura Moderna, embora a segunda parte tenha um enfoque muito especial de tentar ultrapassar o reducionismo dos anos 20, do maquinismo puro e duro, para um sentido mais humanista. ¶ Sim. Como "herético" que era, o Aalto influenciou-me muito especialmente nesse ponto, deu-me a dimensão mais exacta daquilo que passo a entender como Arquitectura. Noutro plano, porém, a influência mais dura foi mesmo a do Corbusier, sobretudo no campo intelectual, das ideias. ¶ JR - Mas também Le Corbusier era um dos arquitectos mais divulgados, ou mesmo o mais divulgado em Portugal. ¶ Era o mais conhecido, o mais polémico... um verdadeiro terrorista para todos nós. ¶ JR - E a influência dele era dupla, através dele próprio e do Brasil moderno (muito divulgado entre nós¹⁷). ¶ Exactamente. Os artigos dele empolgavam. Os livros, os desenhos, os projectos, as propostas e tal... foi assim. ¶ JR - E ainda hoje empolga? ¶ De tudo isso o que me empolga hoje é La Tourette, veja só. Mas simplesmente também já circulo mais à vontade no universo dele, como aliás no do Aalto também. Já vê, na medida em que em relação a qualquer deles ganhei a distância para os criticar, ganhei por isso mais liberdade para os apreciar. ¶ JR - Olhe que o Corbu também tem uma dupla face, senão mais... ¶ Corbusier é um poço de contradições. Diz que "uma casa é uma máquina de habitar" e ao mesmo tempo que "a Arquitectura é o jogo correcto e magnífico sob a luz"¹⁸. A primeira é uma afirmação ética do moralista, a segunda é a do escultor. Que ele sempre foi. Os seus esboços são-no de um escultor. Mas como escultor foi um bom arquitecto. E é preciso ter muita coragem para um homem assumir as contradições próprias e as do seu tempo. Coragem e carácter. ¶ JR - O Corbu tem a grande vantagem ou desvantagem de ter escrito muito. ¶ Bem, eu li quase tudo, como quem lê um romance do Thomaz Mann. E fiquei arrasado. Por cada obra que ele fazia escrevia um livro. Mas este não é o assunto da nossa conversa. ¶ JR - ... mas não faz mal nenhum! ¶ Portanto para mim a leitura do Aalto foi uma salutar recondução a uma dimensão mais conforme ao ofício de que eu conhecia muito pouco, mesmo cá dentro do País. Para o Corbusier a Arquitectura e o desenho eram uma arma numa batalha que a gente não percebia muito bem qual era. Isto passa-se nos meus primeiros tempos de estudante. E à entrada no convento S. Francisco eu era um ignorante do mundo das Artes, com excepção da Música. Por essa altura os livros e revistas chegaram-me às mãos como por acaso. Encontro o Aalto no meu segundo ou terceiro ano da Escola.¹⁹ ¶ JR - ... na minha perspectiva, os antecedentes da educação de Le Corbusier explicam em grande parte essa ambiguidade, perplexidade ou contradição. O seu gosto por Nietzsche²⁰ contribuía para essa sua grande vontade de lutar contra tudo e todos. ¶ Exactamente. Corbusier é um guerrilheiro de formação calvinista, dos pés à cabeça. ¶ JR - No discurso de Londres, Aalto dizia que a pergunta que lhe faziam de ser "moderno ou antigo" não tinha razão de ser. Ele dizia-se humanista, transportava a questão para outro horizonte... Enfim, ainda hoje me pergunto porque a Vila Mairea, um autêntico ex-libris de Aalto, nunca foi publicada em Portugal. Publicavam-se, entre outros, Le Corbusier, Wright e Neutra, mas... ¶ Não, de facto não foi. Das coisas aqui conhecidas do Aalto a mais divulgada e comentada foi talvez o seu Pavilhão de Nova Iorque de 1939. ¶ JR -

¹³ Escola de Regentes Agrícolas, Évora, 1960/71.

¹⁴ Pousada de St. Bárbara, Oliveira do Hospital, 1957/66.

¹⁵ Francisco Conceição Silva (Lisboa, 1922-1982), um dos maiores dinamizadores da Arquitectura Moderna Portuguesa nos anos 60, homem muito informado e grande viajante, considerado fundador do Design moderno e dos ateliers pluridisciplinares em Portugal, evoluindo da proximidade ao Brasil moderno (Niemeyer, irmãos Reidy), para princípios orgânicos próximos de Aalto e de Coderch, como no Hotel do Mar (Sesimbra, 1956/65).

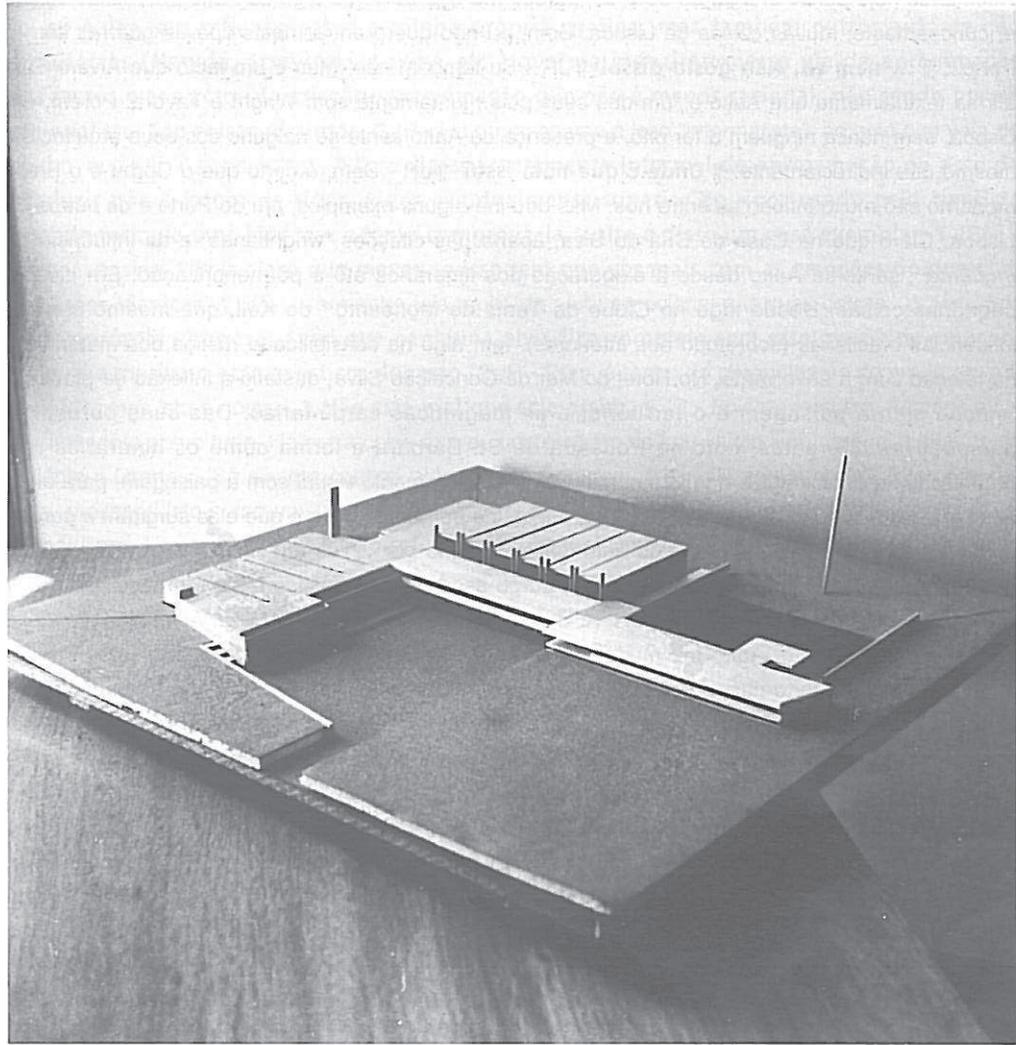
¹⁶ "Estilo e Espaço na Arquitectura", in *Arquitectura*, Ano XXIV, 2ª Série, Nº46, 1953, pg. 9 a 10, Lisboa.

¹⁷ Exposição em Lisboa (1949), depois da Exposição no Museum of Modern Art em Nova Iorque (1943). Em 1952, a revista *L'Architecture d'Aujourd'hui* dedica dois números especiais sobre a Arquitectura Moderna Brasileira (Nºs 42 e 43).

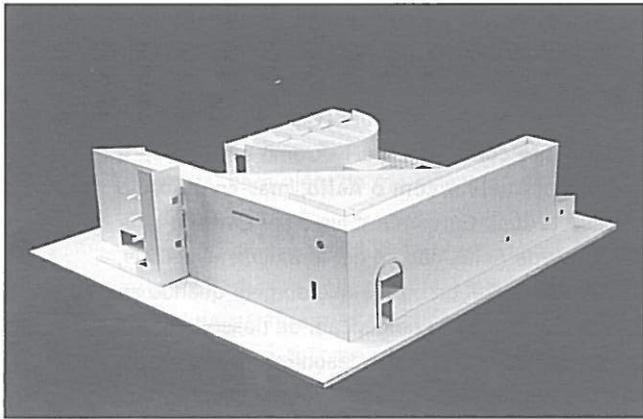
¹⁸ in *Vers une Architecture*, 1923.

¹⁹ Escola de Belas Artes de Lisboa, onde se cursava Pintura, Escultura e Arquitectura.

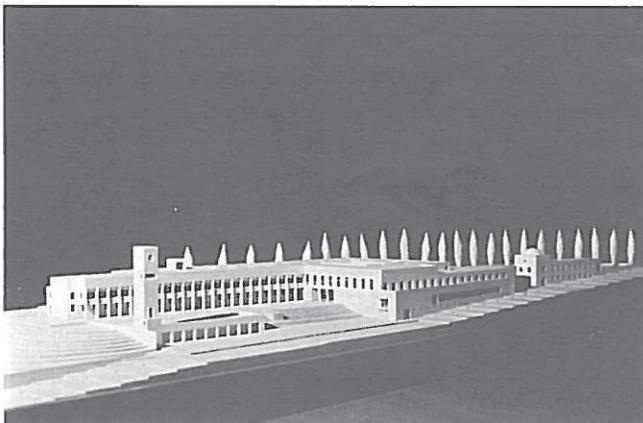
²⁰ O "livro de cabeceira" de Le Corbusier era Assim falava Zaratustra, relido e reanotado várias vezes. Ver *La Formation de Le Corbusier*, de Paul Turen.



LNEC, Pavilhão Gimno-Desportivo



Concurso para Sevilha



Câmara Municipal do Seixal

Reolhando hoje para Portugal de 50 e 60, parece-me que se sente algo de Aalto em muitas coisas e, curiosamente, muitas coisas de Lisboa. Bom, eu não quero entrar neste tipo de guerras com o Porto... ¶ ... **nem eu. Não gosto disso!** ¶ JR - Eu também não. Mas é um facto que Álvaro Siza afirma textualmente que Aalto é "um dos seus pais", juntamente com Wright e Távora. Porém, em Lisboa, sem nunca ninguém o ter dito, a presença de Aalto sente-se nalguns dos seus arquitectos, mesmo que indirectamente. ¶ **Onde é que nota isso?** ¶ JR - Bem, é certo que o Corbu e o Brasil moderno são muito influentes entre nós. Mas dou-lhe alguns exemplos, um do Porto e os outros de Lisboa. Claro que na Casa de Chá do Siza, à parte das citações "wrightianas" e da influência do *inquérito*²¹, sente-se Aalto desde a elaboração dos itinerários até à pormenorização. Em Lisboa, pequenas coisas. Desde logo no Clube de Ténis de Monsanto²² do Keil, que mesmo com as influências brasileiras (sobretudo nos interiores), tem algo na sensibilidade rústica dos materiais e na relação com a envolvente. No Hotel do Mar de Conceição Silva, destaco a inflexão da planta, a relação com a paisagem e o território, e as magníficas carpintarias. Das suas obras, em perspectivas diferentes, noto na Pousada de St. Bárbara a forma como os itinerários são organizados e os acidentes que vão surgindo, o enquadramento visual com a paisagem, para além dos famosos pilares rusticados²³... já agora, nunca lhe perguntei como é que eles surgiram e porquê daquela maneira. Será que têm algo "informalista", como por vezes em Aalto, no sentido do acto que aparece, algo que vem de dentro e que surge assim, que é preciso fazer e parece não haver razão para isso? ¶ **Acho que sim.** ¶ JR - E depois, há a sua Herdade da Mitra. Aí sinto muito mais. Há um movimento que Aalto faz muito, diria que de flexão, em que as coisas/objectos se vão repetindo com um certo ritmo... ¶ **Essa analogia escapa-me.** ¶ JR - ... lembro-me da primeira vez que fui à Mitra, ainda era estudante e, sem saber quase nada de Aalto, senti essa ideia de flexão, tal como a intenção de desenhar o contorno da elevação com o edifício, que também pode ser o Alentejo²⁴... ¶ **E sentiu bem. Não foi tanto a ideia de criar uma formação de acrópole, mas a intenção de negar o vernáculo de crista.** ¶ JR - ... bem, estas coisas são sempre relativas. ¶ **São encontros, que não são tanto de acaso como se julga.** ¶ JR - Sim, encontros. Mas, continuando, desculpe-me o francesismo, sente-se uma *mise-en-scène* que responde, passo a passo, à ordem latente da adição dos vários fragmentos, coisas que vão aparecendo, que vão abrindo a paisagem e que vão surgindo com um determinado ritmo. Nisto, parece-me sentir Aalto. ¶ **Aceito, embora repita que a analogia do procedimento me escape. Não sei se isto interessa à conversa...** ¶ JR - ... para esta conversa informal... ¶ ... **mas a referência mais forte terá sido numa coisa a que já me referi e que já então me era muito cara: em vez de partir da composição, o Aalto parte de um princípio, uma regra ou uma lei de formação dos seus objectos. Na Mitra isso aconteceu-me claramente: partir da lógica de um princípio de formação e depois reforçá-lo com a acentuação dos cunhais a sublinhar a curvatura do edifício com eles. A luz e a sombra alentejanas fazem o resto.** ¶ JR - Sim, Sim, e repare que mesmo em situações mais "ordenadas/estruturadas", como em Otaniemi, para além do Auditório que é o grande ponto focal, lá está o pequeno auditório lateral em leque... ¶ **O leque é o paradigma predilecto nas formações altianas.** ¶ JR - Mas olhe que Aalto também partia da composição, pelo menos às vezes. Afinal, ele utilizava traçados reguladores para os seus objectos. ¶ **Não digo que não. Mas a composição vinha depois como um acto estético. Foi sempre assim que eu interpretei o seu modo de trabalhar.** ¶ JR - No seu último livro²⁵, fala da unidade e fragmentação como os dois grandes mundos contrastantes de toda a composição arquitectónica. Será que tem algo a ver com o que me acaba de dizer? ¶ **Tem sim senhor. Tem alguma coisa a ver com isso.** ¶ JR - Cito: "sem ordem de precedência fixa de uma sobre a outra"... ¶ **É exactamente como diz.** ¶ JR - Como em Sartre: "a imagem é um acto e não uma coisa". ¶ **Isso já nada tem que ver com o Aalto, mas comigo e o meu percurso.** ¶ JR - Eu não queria dizer que fosse textual. Eu queria mais dizer que era uma maneira de actuar que me parece semelhante a algumas de Aalto, não só em termos sentimentais, de emoção - porque isso acho-o claramente - mas mais ao nível de coisas que surgem quando se desenha, que às vezes não se sabe porquê: é o mestre que fala "da percepção, da descoberta, de coisas que aparecem". É engraçado que Aalto, nos seus últimos tempos, desenhava e projectava muitas vezes sobre esquisso contínuo, desenrolando-o a grande velocidade. Para qualquer um de nós, mais novo e inexperiente, olhar para aquilo deveria ser uma coisa extraordinária, mal se compreendendo como conseguia com aquela velocidade vertiginosa ver tudo o que estava a ver e a fazer. ¶ **Por amigos que visitaram o atelier do Aalto eu soube disso. Cada um é inimitável no seu modo de fazer.** ¶ JR - Tenho aqui uma frase curiosa do seu livro. Diz que "à partida, a ideia nasce imprecisa e por vezes difusa, uma emoção, uma imagem furtiva, um fragmento, uma linha, uma ténue inflexão, um pensamento nebuloso, por vezes periférico e sem qualquer forma ou substância definida". E depois afirma: "é no acto de representação que as ideias se clarificam... ou perdem". ¶ **Já durante a nossa conversa me lembrei da referência que o Aalto faz no texto "O ovo do peixe e o salmão" a propósito das ideias para a Biblioteca de Viipari, e de como nasceram os famosos "olhos" da iluminação zenital da sala de leitura. E isso tem alguma**

²¹ Proposto por Keil do Amaral em 1947, o *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* foi determinante para a afirmação da classe profissional dos arquitectos e, também, para o emergir dum sentido orgânico na *Arquitectura Moderna Portuguesa*. O *Inquérito* foi publicado em 1961.

²² Em Lisboa, 1949/52, com Hemâni Gandra (1914) e Alberto José Pessoa (1920-1985).

²³ Alguma relação com a rusticização das Usonian Houses de Wright?

²⁴ Região do Sul de Portugal, quase plana e relativamente árida, em que são características os "Montes", construções rústicas muitas vezes em pátio, algo orgânicos e brancos de cal, que se destacam sob a luz crua do Sol e, normalmente, sobre pequenas elevações topográficas no confronto directo com a paisagem.

²⁵ *Arquitectura em Questão*, Lisboa, Ed. AEFA-UTL, 1994.

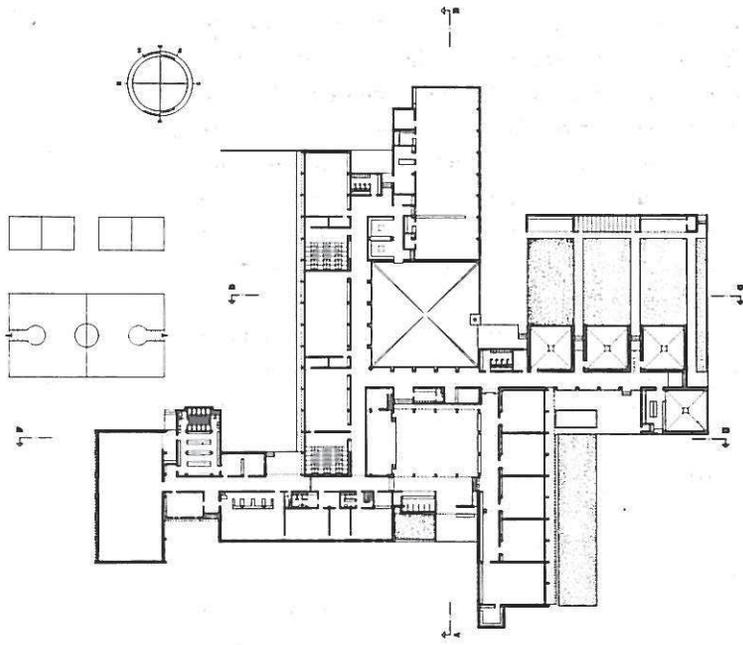
coisa - não toda - que ver com o texto que referiu. ¶ JR - ... lembro-me perfeitamente... ¶ Não foi só Aalto, e a reflexão sobre a minha própria prática, mas também outros autores não arquitectos (Neruda, Stravinski, Lowry, etc.) que me induziram nessa via de aproximação aos factos e aos actos da criação. Aproximação que não é menos racional, não sendo porém racionalista. São coisas distintas. ¶ JR - Há quem chame a isso "informalista", ao acto que vem de dentro, que não é consciente... ¶ Esta via aparentemente informal de aproximação ou acto de produzir não é isento de rigor. Rigor eventualmente superior ao rigor usado pelo cientista quando formula uma hipótese e tenta comprová-la. Aalto é disso um caso exemplar. ¶ JR - ... mexeu consigo. ¶ Pois claro que mexeu, e isso tem que ver mais com as emoções do que com as razões técnicas. ¶ JR - ... o mestre fala muito da parte emocional nas suas coisas... ¶ Sim. Por minha própria natureza. Acho que nenhuma obra fica completa sem esse grama de emoção. É ela que motiva o acto artístico, de resto. ¶ JR - E eu já tenho as perguntas ao contrário do que pensava, mas isto é normal. ¶ Não está mal que seja assim. ¶ JR - Pois eu também, falamos mais naturalmente sobre tudo. Há outra coisa que eu gostei muito do seu último livro, que foi a citação de Polónio e Laertes: "Sê sincero contigo próprio (...) segue como a noite segue o dia". E lembrei-me logo, pressenti isto como uma relação sua com os ciclos naturais das coisas, da vida, da verdade, da natureza. Um comentário? ¶ Não sei. Isso são daquelas coisas que se eu soubesse fazer não tinha escrito. É como Shakespeare: usa, abusa e contamina com as metáforas. ¶ JR - Era exactamente aí que eu queria chegar. ¶ Uso a metáfora quando quero comunicar uma coisa que não sei dizer de outra maneira, ou para lhe acrescentar o sentido que de outro modo não teria. ¶ JR - O mestre metaforiza muito, como Aalto. E, para além disso, fala também muito da problemática do enigma. Estarão ligadas uma à outra? ¶ Bem, não sei. Você é que o diz. Julgo que sim. ¶ JR - Porque a metáfora tem algum enigma dentro. ¶ O enigma contido na metáfora reside naquela parcela de verdade que é comum a dois mundos de experiência muito diferentes, muito distantes um do outro e que se associam luminosamente numa metáfora, na altura própria. Dir-se-ia até que nessa operação poética nós reproduzimos a lógica do universo. ¶ JR - Como é que algo da poética, pressupõe o enigma no sentido da abertura da interpretação. ¶ "A juventude é a flor da idade". É uma metáfora "forte", é uma imagem poética. A força de atracção destas duas imagens é irresistivelmente lógica e poética, e por isso ela é verdadeira. ¶ JR - Mas que contém algum enigma, na medida em que não sabe rigorosamente o que o poeta pretende dizer. ¶ Pelo contrário, a proposição é mais rigorosa do que qualquer descrição científica, e de apreensão imediata pelo senso comum. ¶ JR - Outra coisa. O mestre sempre teve o cuidado de escrever periodicamente... ¶ Não. Não tanto assim como diz. ¶ JR - Pelo menos, em relação ao que é corrente entre os arquitectos portugueses... tem muitos mais escritos que quase toda a gente! ¶ Ah, sim Talvez. ¶ JR - E vê-se-lhe o gosto por escrever... ¶ Embora não seja essa a minha veia congenial, eu gosto de escrever. Escrever é meter o nariz onde não sou chamado é pisar o risco do incerto. Até as memórias descritivas que são tão chatas... o que acontece é que há sempre tantas ideias, grandes ou pequenas não importa, por detrás de um simples projecto que se faz. Não damos o valor devido às ideias. Só os factos é que contam. A nossa é bem uma profissão finalística: resolver o problema e está tudo dito. E no entanto... ¶ JR - ... desculpe interromper, mas é um complemento da sua actividade como arquitecto? É algo que lhe surge naturalmente? Alvar Aalto quase não escrevia. ¶ Como arquitecto e como professor. E é no meio desta confusão toda que é fazer e ensinar que nascem os escritos, a vontade de escrever. E depois de escrever fica tudo mais claro e mais pacífico, como numa convalescença. ¶ JR - Agora falo por mim. Escrever, para além de me estimular, concede-me um tempo só meu, quase vazio, onde consigo meditar acerca do que questiono ou do que me surge momentaneamente. Já me aconteceu escrever primeiro um título e vir o texto a seguir, e vice-versa... ¶ Entendo isso muito bem. Acho que eu também sou completamente desordenado. Isto é: a ordem no escrever não é um ponto de partida mas de chegada, embora só na aparência, creio. ¶ JR - Então sou um pouco como o mestre. ¶ Tomo notas e mais notas. Até a ler tomo notas. Não sou do tipo Flaubert que tinha a "Madame Bovary" toda na cabeça, o que só lhe faltava era escrevê-la. ¶ JR - Dizem que a Agustina²⁶ faz o mesmo. Pega na sua solidão e na caneta de tinta permanente e zás, aqui vai disto! ¶ Eu sou o contrário disso, então. Escrever para mim não é jogo limpo. Não me interprete mal. ¶ JR - Desde o princípio, sempre falou muito de qualidade, do valor da qualidade oposto à tecnocracia. O que significa isso? ¶ Não sei muito bem explicar. ¶ JR - Alvar Aalto diz o mesmo que lhe disse na pergunta. ¶ Penso que a qualidade é assim como a liberdade ou como a saúde. Só se sabe o que elas são quando nos faltam. ¶ JR - ... como os "valores humanos de essência"? ¶ Exacto. Uma coisa tem qualidade quando nela se reproduz a humanidade do humano contra o inumano. ¶ JR - Quando era director da Binário, como já disse, o tema do discurso de Aalto em Londres era exactamente esse: o discurso da qualidade humana versus a tecnocracia. ¶ Já não me lembro desse artigo. Mas se a qualidade não é isso, meu caro João, anda lá próximo. De qualquer maneira a qualidade de um objecto arquitectónico não se avalia apenas pelo bom desempenho (performance) que ele regista relativamente às alíneas do já clássico ábaco de avaliação, um por uma separadamente. A qualidade é superior à

²⁶ Personalidade enigmática e acutilante, envolta em algum misticismo ascético, Agustina Bessa-Luis é provavelmente a melhor escritora portuguesa do século XX. Muito prolifera editorialmente, foi a alma ocasional de alguns filmes do cineasta português Manuel de Oliveira.

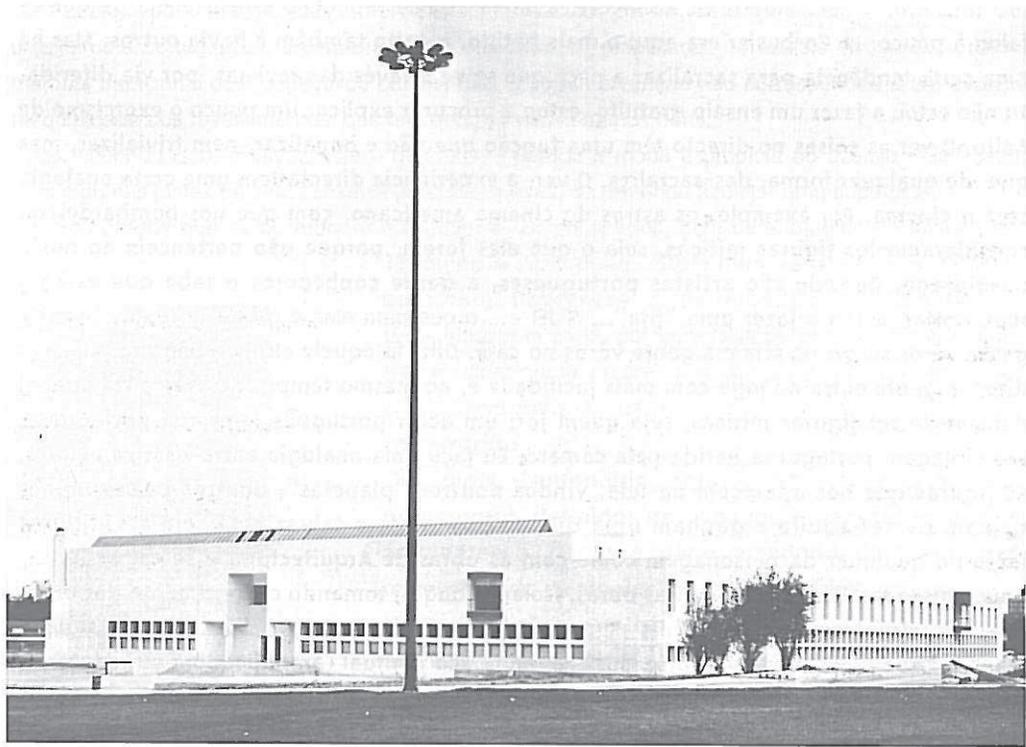
soma dos pontos, não tem só vitudes. ¶ JR - ... aliás, o mestre diz que "a função pura é coisa que não existe". ¶ **Digo e repito. A função é um bicho contaminado que é difícil isolá-lo como se fosse um vírus, uma bactéria.** ¶ JR - Mudando de assunto, uma das coisas que eu acho bem diferente entre a sua obra e a de Aalto - não sei se é verdade ou não - é algo que sinto como uma certa apologia da escassez nas coisas que faz, que Aalto não tem. Não falo de pobreza, no sentido... ¶ ... **isso deve ser o síndrome lusitano a que não escapo.** ¶ JR - Aalto chega a um extremo, em termos de quantidade de coisas, por exemplo, na pormenorização. ¶ **No caso da Finlândia o Aalto expõe lá todo o "catálogo", todo o seu léxico, reunido como num testamento ou num acto catártico.** ¶ JR - Na Vila Mairea já tinha muito de tudo. ¶ **Pois, mas entre Mairea e a Casa da Finlândia vai um mundo de experiências e de refinamento. A Casa da Finlândia fechou o ciclo iniciado em Mairea.** ¶ JR - Aliás, diga-se de passagem, uma das grandes surpresas da minha vida de arquitecto foi ver o mármore de Carrara do revestimento exterior empenado pelas diferenças térmicas, coisa que nunca tinha visto. ¶ **Eu dei por isso também. Comecei a ver o paramento de pedra de longe e ocorreu-me a ideia de que a ondulação ou modulação da pedra era um propósito deliberado do Aalto. E pensei...** ¶ JR - Também eu! ¶ **E pensei: livra, este tipo vai ao ponto de fazer isto que é como dar uma mãozinha à Providência. Todas as liberdades lhe são hoje consentidas. À medida que me aproximava ia ficando intrigado. E alguém que estava por ali perto, não sei se arquitecto ou não disse-me: "não senhor, aquilo foi a pedra que empenou por causa do alto nível da poluição. E daí a explicação para as tenazes metálicas que sustentavam a pedra, e que eu julguei ser ornamento. Um bom ornamento, aliás, pensava eu. Agora em relação ao que me disse atrás estou a pensar que há de facto em mim uma certa contenção... não sendo eu puritano.** ¶ JR - ... eu diria num sentido positivo, como valor: olhe, veja aí a sua Escola de Tomar²⁷. ¶ **Se é assim como diz, tanto melhor.** ¶ JR - Como disse, será a "costela portuguesa"? ¶ **É capaz de ser, sim senhor.** ¶ JR - Já agora que o diz. Há uma certa contradição, que talvez não o seja, entre a tradição clássica de que o mestre fala, e que Aalto também tem, na respectiva relação com o classicismo nórdico e admiração pelo classicismo original (sobretudo o grego), com um pouco de Adolf Loos, que em si é fulcral... ¶ ? ¶ JR - Sim. ¶ **Admito.** ¶ JR - Também basta olhar para a Escola de Tomar ou para a Faculdade de Psicologia²⁸... (risos). Enfim, retomando o fio à meada, há a tradição clássica "como regularidade da regularidade, como ordem, mas também como humanismo, com o sentido do valor da história que lhe está intrínseco" - as palavras são suas. Mas, depois, fala mais do que uma vez das coisas que são "extensamente contaminadas". E lembrei-me logo dos pilares da Pousada de St. Bárbara, que dão uma força especial ao conjunto. Bem, isto é uma imagem e estamos a falar de coisas de que já tínhamos falado. Mas vi ali um lado "formalista" e pergunto: como, porquê, porque sim, porque quis, surgiu naturalmente? ¶ **Fala dos pilares de xisto? Sim, vivem muito de dentro para fora.** ¶ JR - ... e de fora para dentro, se me permite! ¶ **Bem, foi um risco assumido interpor aqueles pilares, entre o espaço interior e a paisagem. A finalidade foi precisamente o de tornar mais potente a leitura da paisagem com os pilares pelo meio. Um tanto cinematograficamente. A Lição de Eisenstein. E resultou, creio.** ¶ JR - Sabe que há quem diga que essa fachada parece uma das da Villa Savoye rusticada, transmutada? ¶ **Ah sim? Não daria por isso.** ¶ JR - Falo do recorte da fachada e da relação dos pilares com a elevação do *plano nobile*. Porém, há outro valor acrescido que me parece mais ambíguo. Essa rusticação dos pilares levada até à última consequência... ¶ ... **eu não desconhecia os pilares dos "espigueiros", e não só.** ¶ JR - O *Inquérito* já andava no ar, mas a obra começou antes da sua publicação. ¶ **Aí está uma obra que deu que pensar, a mim e a alguns outros da minha geração.** ¶ JR - Mas o mestre Fernando Távora não tem nada assim! Sabe, onde eu queria chegar, o que eu também vejo, para além dos efeitos do inquérito que foram muito importantes para as gerações próximas de si, é ao carácter transgressivo e transgressor, o pilar quase desfeito pelas massas de pedra que se acumulam, que quase parece um objecto escultórico que podia viver dentro de uma galeria de arte, passe a expressão. ¶ **Talvez (risos). Você é um bom crítico, lúcido... gostei dessa transfiguração dos pilares.** ¶ JR - E impressiona o seu sentido "informalista", anti-clássico, quer dizer, o tal acto e não a coisa, como nalguma pintura do final dos anos 50 em que o artista está à frente da superfície nua do quadro, começa a pintar sem saber o fim que vai atingir, até ao *click* que lhe diz: agora acabei! Vejo semelhanças de atitude... ¶ **A isso não sei responder com sinceridade, embora a pintura dos 50 não me fosse estranha.** ¶ JR - ... por outro lado, afirma que "só se pode improvisar aquilo que se sabe fazer". A frase também é sua. ¶ **A frase não é minha. A frase é do Bergman...** ¶ JR - ... o que também é significativo... ¶ ... **a frase é do Bergman. Era acusado, às tantas, de improvisar demasiado sobre o *plateau* e isso perturbava muito, não só os actores, como os próprios companheiros de realização e produção. E ele diz isso. Diz precisamente isso e eu achei soberbo. Senti a frase como minha, a tal ponto que sou capaz de o ter dito sem referenciar o Bergman - mas sem traficância nenhuma, não sinto problema nenhum em usar as coisas dos outros e reproduzi-las.** ¶ JR - Mas não acha que, com o tempo, estas coisas nascem naturalmente no processo mental de elaboração da escrita ou do desenho, muitas vezes sem consciência de que estamos a reproduzir seja o que for... ¶ **Sim, sem dúvida.** ¶ JR - Isto parece

²⁷ Escola Superior de Tecnologia, Tomar, 1987/94.

²⁸ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa, 1983/90 (Prémio Valmor).



Escola Agro-Industrial de Grândola



Faculdade de Psicologia



Escola Superior de Tomar

aquilo mas não foi de propósito, calhou; não é mal nenhum, antes pelo contrário. Ou seja, é informação acumulada que surge espontaneamente. ¶ Por isso eu vejo com uma certa inquietação o facto de se estarem a discutir os problemas de autoria e dos direitos de autor. Não sei se, levados ao extremo, não poderão trazer maior perturbação a todos nós... porque essa situação que falámos não tem importância nenhuma, é natural em nós. Como no próprio falar, então como é? ¶ JR - Kundera fala da relação do gesto e da pessoa num dos seus últimos livros, *A Imortalidade*. Diz que houve e há milhões de pessoas, e que cada pessoa faz milhões de gestos. Mas não é menos verdade que todos nós já reconhecemos gestos numa pessoa que eram semelhantes aos de outra e, se calhar, nesse sentido, haverá muito menos gestos que pessoas, porque os gestos repetem-se... ¶ Pois. Reproduzem-se sempre em edição original, passe o paradoxo. ¶ JR - Exactamente. Especulando, e na medida em que são menos, porventura até é o gesto que "comanda" a pessoa e não o contrário... ¶ ... já agora deixe-me repetir-lhe uma coisa que lhe disse ao princípio. Eu ainda não reflecti muito bem sobre tudo isto, mas também aproveito agora para completar esta coisa do exorcismo de Aalto. Como é que eu hei-de dizer? Eu fui alimentado, e naturalmente os da minha geração, com a proximidade de Aalto através dos artigos e das imagens dos livros e das revistas. Era uma questão de geração. E era difícil sair do País, enfim, não tínhamos dinheiro. Apesar de tudo eu lá fui saindo. ¶ JR - Desculpe interromper, mas reafirmo uma coisa. Apesar de tudo e do pouco que sei, tinha uma ideia inicial de que se saía menos do que na realidade se saía. Apesar de tudo, da ditadura, da repressão política, enfim, do estado das coisas e da situação periférica portuguesa, havia pessoas que iam saindo e, sobretudo, muitos tinham uma ideia clara do que se passava lá fora. ¶ Eu julgo também que sim. Iam-se sabendo dessas coisas. Havia o alimento mediatizado, a necessidade de conhecer, e havia aquela repetição e insistência de que se falou à pouco: Le Corbusier era aqui o mais batido, o Aalto também e havia outros. Mas há uma certa tendência para sacralizar a peça que se vê através das revistas, por via diferida. Eu não estou a fazer um ensaio gratuito, estou a procurar explicar um pouco o exorcismo de Aalto. O ver as coisas no directo tem uma função que não é banalizar, nem trivializar, mas que, de qualquer forma, des-sacraliza. O ver, a experiência directa tem uma certa analogia com o cinema. Por exemplo, os astros do cinema americano, com que nos bombardeiam, consideramo-los figuras míticas, seja o que eles forem, porque não pertencem ao nosso quotidiano. Quando são artistas portugueses, a gente conhece-os e sabe que estão a representar, estão a fazer uma "fita"... ¶ JR - ... o que para eles é mais difícil... ¶ ... sim. A gente vê-os surgir na tela e a gente vê-os no café. Olha lá aquele ali, naquela rua tal; quer dizer, a gente entra no jogo com mais facilidade e, ao mesmo tempo, des-sacraliza aquilo, deixam de ser figuras míticas, seja quem for; um actor português, uma rua portuguesa, uma imagem portuguesa batida pela câmara. Eu faço uma analogia entre isso: os actores, as figuras que nos aparecem na tela, vindos doutros "planetas", doutros países, nunca deixam de ser aquilo e ganham uma dimensão mítica, e talvez essa seja a via duma idolatria qualquer da personagem como com as obras de Arquitectura, e se calhar há um pouco disso também com as outras obras. Isoladas daqui, tomando conhecimento das obras apenas por via das imagens... ¶ JR - ... no fundo é como um filtro... ¶ ... é um filtro de alguma maneira, que pode conduzir a uma posição um pouco pontual (amplificadora ou redutora). ¶ JR - Houve algo que não lhe perguntei e tenho vontade de fazê-lo. O mestre, para além da pormenorização que lhe conheço, chegou a desenhar mobiliário? ¶ Raras vezes. E uma delas foi na Pousada de Oliveira do Hospital. Desenhei todo o mobiliário, equipamento fixo, seleccionei baixelas, colchas de cama, etc. etc. tudo. Mais tarde muitas dessas peças de mobiliário foram subtraídas e substituídas pela gente do SNI, por conferir ao interior uma atmosfera demasiado rude, demasiado espartana, no dizer deles os decoradores do SNI. ¶ JR - Mas não com a ideia de ser produzido em série... ¶ Não, não. Mas sendo desenhadas como "pièces uniques" podiam ter sido reproduzidas em grandes séries. Mas efectivamente eram peças de ambiente, daquele ambiente e não de outro. ¶ JR - Julgo que dos poucos arquitectos portugueses do seu tempo que tentou a standartização foi o mestre Conceição Silva. ¶ Foi na verdade. Que eu o saiba. Corajosamente e por vezes mal interpretado. ¶ JR - Agora vou ser provocador. Acha que com o tempo é agora mais escasso na sua atitude do que era na altura, nos anos 50? Não estou a falar da poética - ou se calhar até estou - mas mais no sentido ou na capacidade de cada vez querer dizer mais com menos coisas. Parece-me que estabilizou numa certa austeridade "loosiana", e agora é mais difícil encontrar os elementos escultóricos que dantes povoavam os seus espaços. Embora se sintam espaços de grande rigor e amadurecimento, em que subsistem alguns "actos aaltianos". Veja a sua Escola de Tomar. ¶ Olhe que não sei responder-lhe. Não estou muito certo disso. Mas se o João o diz... Depois de feita, a obra sai das nossas mãos e passa para lá do écran donde não há regresso. Aí o nosso juízo acerca dela tolda-se um pouco embora persista o sentimento de a ter feito. Será isso próprio da paternidade?

²⁹ Conceição Silva encontrou em João Alcobia, proprietário da loja de mobiliário Jalco em Lisboa, o grande protector para o seu trabalho inicial. Para além da exposição de mobiliário moderno no princípio dos anos 50, que causou grande furor na época, Alcobia foi também o patrono do Hotel do Mar.

³⁰ Secretariado Nacional de Informação (e Turismo).

O azulejo dos arquitectos

Durante séculos os revestimentos azulejados foram efectuados quase sempre com concepção e com *azulejo dos ceramistas*. Há cerca de meio século, porém, os arquitectos, nomeadamente brasileiros e portugueses, arvoraram-se em paladinos da reabilitação do azulejo invocando-o como material tradicional dos respectivos países, mas a sua intervenção não correspondeu a um avanço na qualidade dos revestimentos, que tem atingido níveis menos bons.

Reconhecendo isso, é talvez este o momento - porque a moda é propícia ao azulejo - de alertar para algumas pistas de indispensável percurso quando se pretenda azulejar uma superfície.

Em três artigos que neste número começam a ser publicados, com os subtítulos de Integração,

Tradição e Aplicação, sublinham-se exemplos daquele percurso, flagrantes e extremados, de observação aconselhável quando, por sensibilidade própria ou por cultura histórico/tradicional, se pretenda compreender o que é revestir com *azulejo dos arquitectos*.

Integração

O azulejo - entendido, aqui, como elemento erudito, ornamental, definidor de espaços e caracterizador de ambientes - , tem andado arredado das correntes representativas da arquitectura contemporânea.

Uma das razões que tem conduzido ao desinteresse dos arquitectos pelas grandes superfícies azulejadas, pelo menos no panorama português, prende-se com o relacionamento que uma solução global impõe entre as diversas disciplinas envolvidas num determinado estudo. O autor do projecto tem de conciliar, desde o início da concepção, o desenho, a modulação, a escala do azulejo com as mais díspares soluções construtivas e variados revestimentos. Um espaço concebido como azulejado obriga a colaboração estreita entre os diversos projectistas, nomeadamente os artistas plásticos. E as dificuldades específicas levantadas a eventuais rectificações, o risco estético, o custo acrescido, a conquista da compreensão do Dono da Obra empurram os arquitectos, à partida, para uma situação intelectual prudente e menos activa.

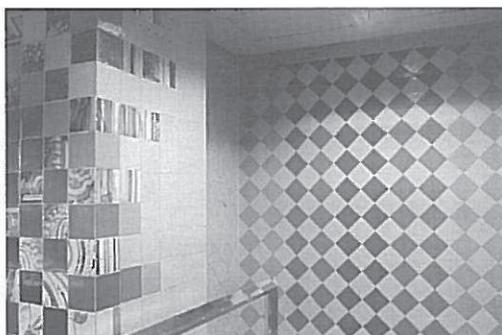
Uma outra razão daquele desinteresse, talvez a mais importante entre todas que poderíamos descortinar, é a recusa

instintiva dos arquitectos em se identificarem com os recobrimentos medíocres que forram as paredes deste país.

Uma onda de soluções primárias resultante do fácil acesso ao azulejo industrial e do seu uso excessivo, por parte de grande camada de população, provoca imagens que por vezes conotam o azulejo com o insólito.

Essas imagens, principalmente de exteriores, as mais evidentes e agressivas perante a opinião pública, são correntemente atribuídas ao "mau gosto do emigrante"; mas, afinal, talvez representem apenas um reflexo da actual sensibilidade artística nacional quando possui meios materiais para se expressar.

É conhecida a dificuldade em contrariar tal estado de coisas, e é natural que os arquitectos pretendam afastar-se de tais comprometimentos. Mas a eles cabe uma quota parte da sua



BANCO NACIONAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
Pormenor de uma solução de continuidade dos ritmos
do azulejo.



BANCO NACIONAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
Interior da primeira fase, gavelo
Rua Augusta/Rua do Comércio

correção, tanto na qualidade de detentores de cargos públicos como na de influentes na estética urbana, pelas múltiplas intervenções para que são solicitados a pronunciar-se - e que cada vez mais procuram como direito próprio.

Para que o revestimento de um paramento seja mais do que uma simples *aplicação*, ultrapasse a mera *adaptação* e atinja a plena *integração* é condição indispensável que a construção e o revestimento sejam concebidos como uma unidade. São numerosas as variáveis que condicionam uma integração, dependentes, naturalmente, do fim visado. Eis algumas das principais: revestimento interior ou exterior; cêrcea ou pé direito; qualidade e preparação do suporte; dimensão da superfície a azulejar; padrão e esquema cromático.

É relativamente escasso o número de revestimentos contemporâneos concebidos em simultâneo com os edifícios que embelezam e protegem. No entanto, nestas três ou quatro últimas décadas surgiram exemplos excepcionais em que aquelas e outras variáveis foram atendidas, em maior ou menor grau. Nesses exemplos, a coordenação reclamada pelos arquitectos e a profícua colaboração com pintores/ceramistas, proporcionaram obras de inegável mérito, em que o azulejo tomou o papel fulcral da composição desde os primórdios da concepção arquitectónica.

Analiseemos alguns casos concretos, escolhidos como exemplos-tipo de obras integradas, e salientemos o que cada um nos oferece de bom.

Banco Nacional de Crédito Imobiliário

de Manuel Alzina de Menezes,

Erich Corsépius e Gastão da Cunha Ferreira

O B.N.C. Banco Nacional de Crédito Imobiliário instalou a sua sede na rua do Comércio tornejando para a rua Augusta, em Lisboa, segundo projecto elaborado em 1991 e executado em duas fases, a primeira terminada naquele mesmo ano e a segunda no decorrer de 1994.

O extraordinário interesse que aquele Banco tem demonstrado pelo azulejo (o seu próprio logotipo baseia-se em quatro azulejos colocados obliquamente) permitiu que se atingisse uma interpretação exemplar da vocação deste tipo de revestimento.

O projecto geral é da autoria de M.C. Arquitectos Lda., gabinete dos arquitectos Manuel Alzina de Menezes, Erich Corsépius e Gastão da Cunha Ferreira. O projecto do revestimento é de Eduardo Nery.

Há nesta obra diálogo permanente entre os acidentes da arquitectura e a mancha dos azulejos, a organização dos núcleos de trabalho, a distribuição do mobiliário. Diversos esquemas geométricos são adequados aos variados espaços funcionais. Diz Eduardo Nery, na Memória que acompanhou o seu projecto:

"As composições geométricas vivem essencialmente de ritmos abstractos de claro-escuro, e caracterizam-se por uma dupla leitura, com diferentes efeitos visuais, quando são vistos de longe ou de perto.

"O interior da agência foi organizado plasticamente em três núcleos distintos, embora complementares, formando como que uma "cinta" cromática, que delimita este espaço interior através do azulejo.

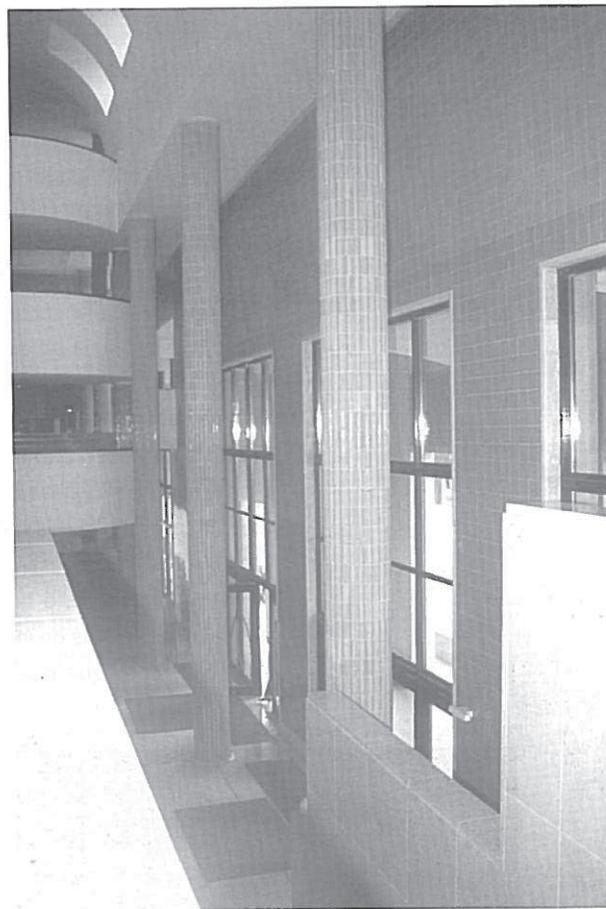
"Na parede contínua, mais extensa e com uma escala muito mais larga, as "linhas" verticais têm uma cadência mais lenta, como convém numa superfície tão grande, dominando toda a agência. Pelo contrário, nas duas paredes mais pequenas e em ângulo recto, as diagonais criam um ritmo mais agitado e mais rápido, sucedendo-se os diferentes efeitos visuais em intervalos e em espaços mais curtos."

Gastão da Cunha Ferreira, o arquitecto responsável, e Eduardo Nery, trabalhando em estreita colaboração, mesmo quando foi necessário improvisar adaptações à realidade da obra com "rectificações de um sobre rectificações do outro", atingiram o nível de genuína integração interdisciplinar.

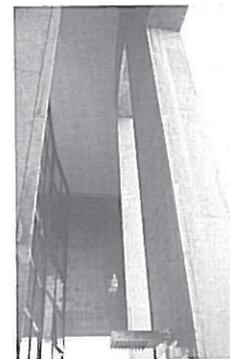
Câmara Municipal de Matosinhos

de Alcino Soutinho

O edifício da Câmara Municipal de Matosinhos foi projectado em 1981-1982 na sequência de um concurso público nacional. O arquitecto autor do projecto primeiro classificado foi Alcino Soutinho, com a colaboração de José Miranda e Luis Casal. A construção desenvolveu-se em duas fases, entre 1983 e 1987.



Câmara Municipal de Matosinhos
Vista geral do átrio. Note-se o revestimento dos pilares



CM de Matosinhos
Revestimentos exteriores apenas nas superfícies protegidas das intempéries



Faculdade de Psicologia
As linhas horizontais do desenho do revestimento acentuam o percurso da circulação e opõem-se à verticalidade da arcaria

O edifício está implantado no topo de uma praça, isolado, com cuidada zona fronteira que se integra na composição de uma extensa fachada toda revestida a cantaria. O azulejo foi remetido para o interior, mas adjectiva a concepção arquitectónica de tal modo que é ele que hoje caracteriza o edifício.

Inicialmente não havia a intenção de tal predominância. O azulejo era referido entre os materiais tradicionais a empregar, sem relevo especial, numa nota escrita pelo autor: "Construtivamente preconizam-se materiais tradicionais: madeira nos caixilhos; azulejo, mármore, madeira e estuque nos interiores; revestimento completo das superfícies exteriores com mármore de cor ocre."

A evolução dos estudos, no entanto, foi seleccionando o azulejo como o material apropriado à protecção das paredes de um imóvel projectado para utilização intensa. Esse pretexto funcional encorajou uma distribuição abundante: todas as zonas de circulação e áreas públicas são forradas a azulejo. A sua aplicação é sempre criteriosa e adequada, com soluções próprias. Dois exemplos: os pilares são revestidos com peças em relevo, em meia-cana, para diluir eventuais deficiências de assentamento; o forro tem continuidade para o exterior, mas apenas nas faces internas das lajes e dos pilares, para a sua eficaz protecção contra as intempéries.

O revestimento é monocromático. A afinação da cor é também da responsabilidade do arquitecto. O fabricante, a "Monogrés", não regateou numerosos ensaios para atingir o resultado final.

A localização de um painel de Júlio Resende deixa transparecer a decisão tardia da sua inserção e o conseqüente desfazamento em relação à concepção geral.

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Lisboa

de Manuel Tainha

A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Cidade Universitária de Lisboa, sita na Alameda da Universidade, foi construída entre 1988 e 1991. Manuel Mendes Tainha foi o arquitecto autor do projecto com colaboração do arquitecto Alexandre Marques Pereira.

O revestimento a azulejo que está aplicado numa área resguardada, numa passagem abobadada, protege uma parede de uma zona de intenso trânsito e concentração de peões. O forro cobre a

parede na sua totalidade, de alto a baixo e a todo o seu comprimento, na melhor tradição nacional. A sua composição opõe-se intencionalmente aos vãos da parede oposta da galeria, pela sua horizontalidade acentuada. O seu desenho concentra-se na área inferior do revestimento, com grafismo de pequena escala, de leitura pontual, sugerindo um lambrim de composição abstracta.

O painel deve-se a Menez que, em íntima colaboração com os arquitectos, propôs soluções que exemplificam uma correcta integração. Presidiram à concepção e à colocação princípios e intenções que ultrapassam a mera funcionalidade e estão bem expressos no texto que Manuel Tainha escreveu: "Sem querer armar ao dogmático, acho que o azulejo vidrado com ou sem figuras é material de sombra de interior. Melhor: o lugar dele é a meia sombra. E em Psicologia o lugar privilegiado da meia sombra é o Claustro do pátio. Capturando a luz do dia o Claustro contrói no seu côncavo um jogo matizado de mil tons de luz e de sombra que é o ideal para leitura de um painel de azulejo.

Esta, a primeira condição. A segunda condição é a de que o pano de azulejo tenha um certo tamanho e distância de leitura (próxima e distante). Assim aconteceu em Psicologia. Já repararam na riqueza de luz que a sombra tem?"

A localização do painel, por estar aplicado em áreas resguardadas, não apresenta problemas de assentamento; o suporte apresenta-se estável embora o revestimento cubra indistintamente a estrutura e os panos de enchimento.



Instituído Franco-Portugais de Lisbonne
Pormenor da Fachada sobre a Av. Luis Bivar

Instituído Franco-Portugais de Lisbonne

de Jean-Pierre Buffi e Gonçalo Byrne

O edifício do Instituído Franco-Portugais de Lisbonne, com frentes para a Av. Luis Bivar e a rua António Cândido, em Lisboa, é da autoria do arquitecto Jean-Pierre Buffi com a colaboração do arquitecto Gonçalo Byrne. O projecto foi premiado num concurso público promovido pelo Ministère des Affaires Étrangères em 1979; a obra foi terminada em 1984.

É interessante notar que um edifício concretizado em território nacional por uma entidade estrangeira sob projecto original de um arquitecto também estrangeiro, evoluiu de modo a ser hoje reconhecido como uma referência indispensável quando se trata de assuntos relacionados com a reabilitação do azulejo em geral e de aplicações exteriores em particular. Ele significa uma tentativa estruturada para atingir a composição integral de duas fachadas e do seu revestimento com material significativo. Inicialmente pensadas e desenhadas com recobrimento a placas de mármore, com os

vãos bem adaptados ao rigor da estereotomia, facilmente aceitaram a malha ortogonal dos azulejos, procurados como material que "traditionnel à Lisbonne, illustre la volonté de rattacher le bâtiment à l'histoire de la ville. Sa couleur inusuelle souligne, encore une fois, l'identité publique de l'édifice immergé dans un îlot d'habitations." O edifício mantém o equilíbrio entre uma cércea no limite de percepção e identificação do azulejo e o impacto que procurou, e obteve, como edifício azulejado. A aplicação do azulejo, como peça individual, apresenta quase o máximo rigor possível na adaptação aos paramentos. O respeito absoluto da sua malha aos acidentes da arquitectura responde às exigências de uma modulação de escala tão pequena e relativa. Não há, praticamente, um corte de azulejos em qualquer das suas duas fachadas, nem mesmo no forro das espessuras dos pilares. Eis a prova de uma concepção global com rigores de pormenores construtivos indispensáveis em qualquer obra de mérito.

Esteticamente, o esquema concebido por Cargaleiro apresenta uma distribuição aleatória de manchas sem relação com a morfologia do edifício. Essa distribuição sugerindo *patine*, com "azulejos déclinés dans différentes nuances de blanc et fabriqués artisanalement", não se coordena com os acidentes da arquitectura, não atende as variações de plano dos paramentos.

Construtivamente, a aplicação não foi executada numa base apropriada. E os resultados estão à vista.

Estação ferroviária de Benfica

de Carmo Fialho

A "nova" estação de Benfica está incluída no plano de transformação da linha ferroviária suburbana, Lisboa/Sintra. As obras já efectuadas constituem uma verdadeira reformulação nos hábitos urbanos como resposta a um novo conceito de estação, que da usual localização da periferia de um aglomerado habitacional se transformou num "interface" integrado na sua malha.

Este tipo de equipamento urbano, pela sua natureza específica, proporciona linhas puras, horizontais, extensas, por vezes grandes superfícies verticais de muros de suporte. A sua amplitude concede a um urbanismo de reconhecida, grande e desordenada concentração, um atributo de espaços abertos, invejáveis, apropriados para usufruir revestimentos decorativos.

O Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, responsável pela programação e coordenação dos estudos e das obras, é constituído por uma equipa consciente destas transformações e sensível a estes aspectos estéticos, com um espírito que deixa antever outros correctos revestimentos ornamentais, no arranjo interior e exterior de outras estações.

A estação de Benfica foi uma das primeiras obras deste plano a ser executada. Projectada em 92-93, terminou em 1994. O projecto foi confiado à Enarco, tendo sido seu autor e coordenador o arquitecto Carmo Fialho; o estudo decorativo do revestimento é da autoria da pintora Ana Correia Fialho.

A concepção considerou desde o início um revestimento cerâmico num destacado muro de suporte. Isso está registado em memória descritiva: "No revestimento dos lambris das paredes do átrio da estação e do largo fronteiro, dada a importância das suas dimensões, será elaborada uma composição decorativa a ser definida pelo projectista face à paleta de cores dos mosaicos cerâmicos vidrados que forem adoptados."

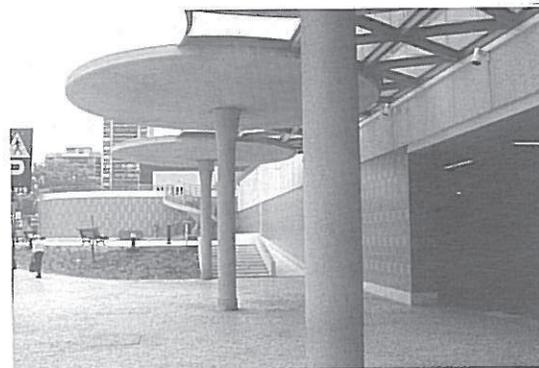
O desenvolvimento dos estudos foi confirmando aquela opção e, como se verifica, os autores do revestimento rejeitaram o azulejo e recorreram a placas cerâmicas, por razões pragmáticas. De facto, em revestimentos exteriores, as placas cerâmicas vulgares comparadas com o azulejo dão mais garantia de homogeneidade, apresentam maior estabilidade cromática e, ainda, são mais acessíveis.

Esta obra constitui um dos raros exemplos recentes em que se reafirmam princípios de integração da cor na paisagem do dia a dia corrente dos cidadãos. A autora da composição, jogando com a forma e as cores do material adoptado, criou ritmos e manchas diversificados que acentuam a geometria das superfícies revestidas e impõem a sua presença no ambiente urbano envolvente. É uma intervenção plástica que, embora de menor dimensão e evidente limitação orçamental, está na linha do revestimento cerâmico do Muro da Av. Calouste Gulbenkian, em Lisboa, terminado em 1982, que constitui um marco da arquitectura paisagística urbana.

Os exemplos dados registam cinco revestimentos distintos e cobrem, na prática, todos os tipos de aplicação possíveis: interior ornamental dialogando com a arquitectura (B.N.C.); interior adjectivando a concepção arquitectónica (C.M. de Matosinhos); e exterior em áreas resguardadas (Fac. de Psicologia); exterior em fachadas (Institut Franco-Portugais); exterior em paisagem urbana (Estação de Benfica).

Estas obras, entre algumas outras de igual importância, simbolizam a garantia da continuidade da nossa Tradição, forjada durante três séculos, como veremos no próximo artigo.

Arquitecto. Projectou diversas obras azulejadas com destaque para a loja da TAP em New York, (1966). Publicou o livro "Azulejo e Arquitectura ensaio de um arquitecto" (1994). Intervenção no "Encontro sobre história da azulejaria" no Palácio Fronteira, 1995.

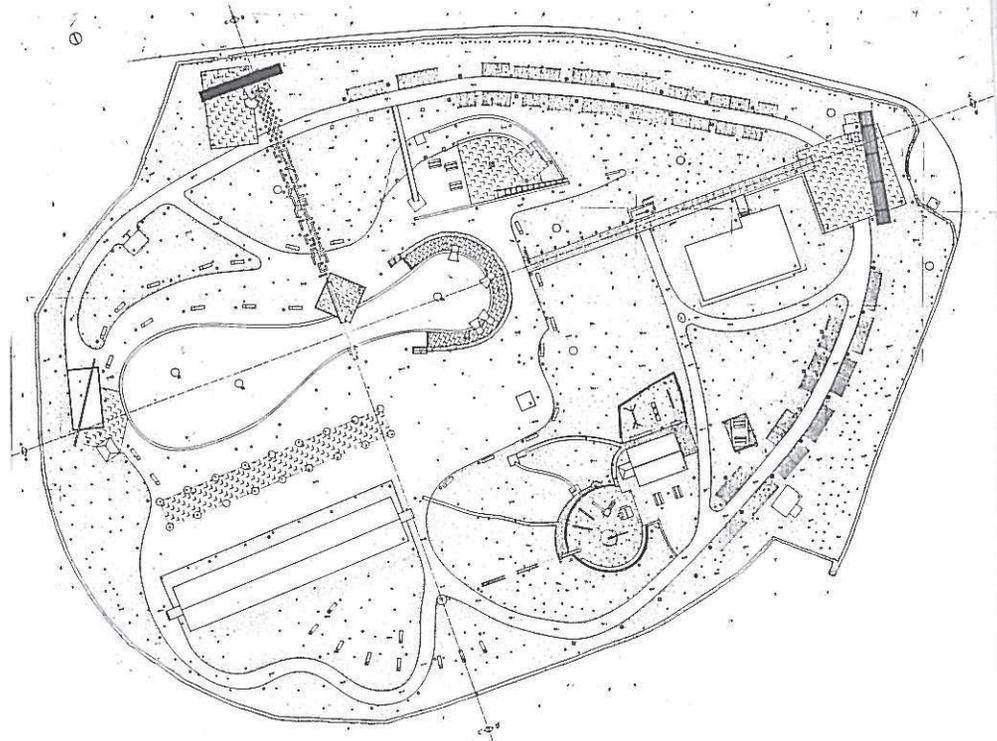
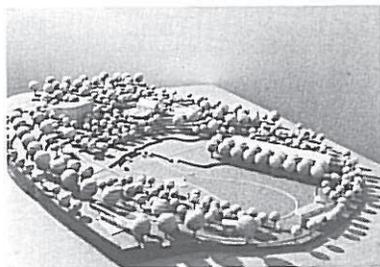


Estação Ferroviária de Benfica
A cor e o desenho acentuam a geometria das superfícies

Renovação do Parque Municipal da Guarda

Nuno Martins
Jorge Carvalho
Leonor Picão

Paisagismo Maria da Paz Moura Colaboração Pedro Matos, Manuela Ferrão, Rui Alce, Sílvia Brazão, Vicente Carvalho Estabilidade e Redes de Infraestrutura António Américo Rodrigues Redes e Instalações Eléctricas 4E Lda., Jorge Godinho Medições e Orçamentos Ana Cristina Santos Construção Conegil, Lda. Valor da Obra 160 000 contos Duração da Obra 11 meses Data da Conclusão Julho 1994



À partida havia um parque degradado, mas que tinha um lago com aparência de amiba mesmo no meio da sua forma geral ovalada, com uma topografia que estendia os seus declives em direcção a essa água central. Caminhos ondulantes e uma ocupação maioritária de árvores de bom porte acrescentavam a uma caracterização romântica de jardim informal querendo repetir os acidentes da Natureza em oposição às formas de geometria regular tão do agrado da nossa tradição clássica.

Os arquitectos pegaram nos dois eixos da oval, que coincidem em cada um dos seus extremos com entradas principais e marcaram-nas com caminhos e acontecimentos, privilegiando hierarquicamente o mais longo que tem a mais importante entrada numa ponta e o bar/snack bar na outra, atravessando o lago longitudinalmente. O outro eixo dilui-se finalmente em três bancos, mas atravessa efectivamente o lago no seu ponto mais estreito com uma ponte retráctil.

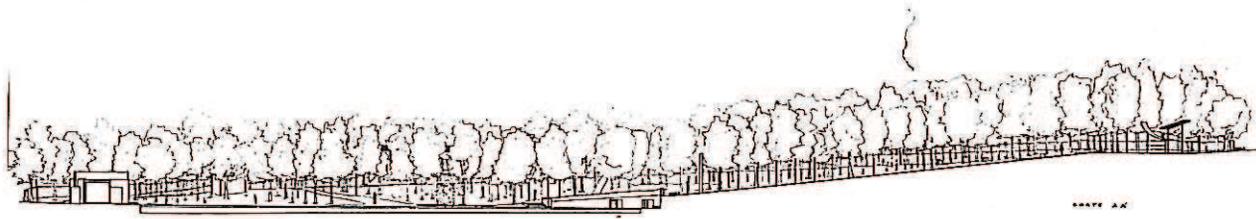
As quatro partes do parque, entre eixos, têm dimensões diferentes. Uma centra-se no parque infantil com ludoteca, outra numa área de estar, outra no remodelado pavilhão para exposições e outra, a mais pequena, sem qualquer acontecimento arquitectónico notável.

Em torno do lago a pavimentação expande-se, permitindo uma ocupação mais activa e densa, e, à volta do parque, um caminho circundando-o é ladeado parcialmente por plataformas para os expositores das Festas da Cidade.

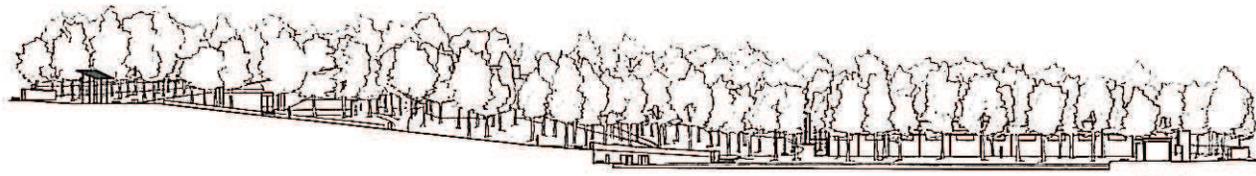
Equipamentos diversos e mobiliário espalham-se por entre as árvores, permitindo uma utilização diversificada.

Assim diversificada e informal, mas com uma estrutura geral compatível e interpretativa do existente, é a intervenção dos arquitectos que compreenderam o parque como espaço lúdico a ser utilizado de vários modos em vários tempos semanais e anuais da cidade da Guarda, fragmentando a sua visível existência tectónica numa concha de verdura formada pelo terreno, as árvores e a relva com o lago ao meio - as várias cores, texturas e formas devidamente identificadas apontam para fruições e utilizações próprias.

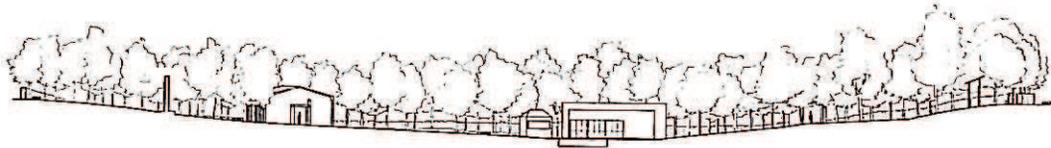
M.T.



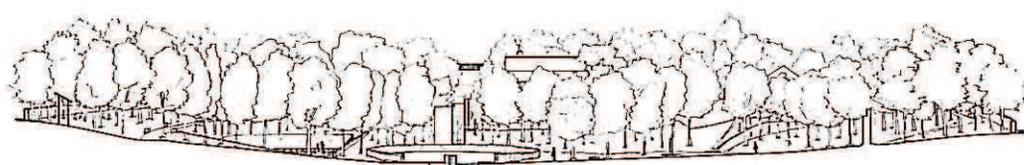
PARTE A-C



PARTE B-D



PARTE E-F



PARTE G-H



PARQUE MUNICIPAL DA GUARDA

A Herança

O Parque Municipal da Guarda, ocupando uma área de mais de 2 ha relativamente próxima do centro histórico e situado acima dos 1000 m de altitude, ocupa parte de uma antiga mata da cidade. Ao longo das últimas décadas tem vindo a ser gradualmente "roubada" para instalação dos mais variados equipamentos: Estado Municipal, Escola Secundária (antigo liceu), Piscina Municipal, Pavilhão GimnoDesportivo da Inatel, Centro de Dia e Instituto da Juventude.

Juntamente com o Parque de Campismo anexo e com a Cerca do antigo Sanatório - actual Hospital Distrital - constitui o grande pulmão verde da cidade, para além de ser, de há muito, o seu maior espaço de lazer público.

Sofreu ao longo da sua existência poucas intervenções de vulto, das quais destacam-se as construções mais ou menos aleatórias de alguns edifícios de pequeno e médio porte, com linguagens arquitectónicas de difícil integração.

O "Parque", como é simplesmente conhecido pelos habitantes da cidade, foi um forte polo de atracção para mais de uma geração e, animado periodicamente pelas retumbantes "festas da cidade", conseguiu prolongar os seus tempos de glória até princípio dos anos 80, sendo, até recentemente, o local preferido e parte da memória mais íntima de quem, como o autor destas linhas, passou a maior parte da infância e juventude na cidade mais alta de Portugal.

A erosão natural e a degradação generalizada - aliada à falta de manutenção - a inadequação das estruturas existentes e a chegada de novos tempos, com novos hábitos e costumes, resultou fatal para tão concorrido espaço.

Aquando da realização do Concurso de Ideias promovido pela Câmara Municipal da Guarda, e que deu origem ao Projecto que veio a ser encomendado e executado, o diagnóstico do Parque era verdadeiramente desolador:

- Material vegetal destruído, doente e mal tratado.
- Inexistência de "entradas" condignas.
- Caminhos mal dimensionados e sem definição ou hierarquia.
- Equipamentos e mobiliário escassos, desactualizados, pouco diversificados, pouco resistentes e em péssimo estado de conservação.
- Total ausência de ordenamento paisagístico e de um plano de manutenção.
- Edifícios existentes degradados e desadequados a nível funcional e estético.
- Um lago belo no seu desenho, mas em avançado estado de degradação, desprovido de animação e articulação com a envolvente.
- Redes de infraestruturas obsoletas e uma deficiente iluminação.
- Inexistência de circuitos de emergência, sistemas e equipamentos de segurança e combate a incêndios.

Dar resposta a estes problemas e inverter a situação existente foi o desafio que se colocou à equipa projectista.

Os Princípios

O Parque é dotado de uma topografia irregular que conduziu, ao longo do tempo, à definição natural de vários sítios com ocupações muito próprias e distintas, embora complementares, característica que veio a ser acentuada pela construção não planeada de edifícios avulsos, sem articulação.

Aceitando a relutância da Câmara em proceder a demolições, a par das habituais restrições orçamentais, o primeiro esforço da equipa projectista foi no sentido de claramente "identificar" esses diferentes sítios e, partir para a sua revitalização.

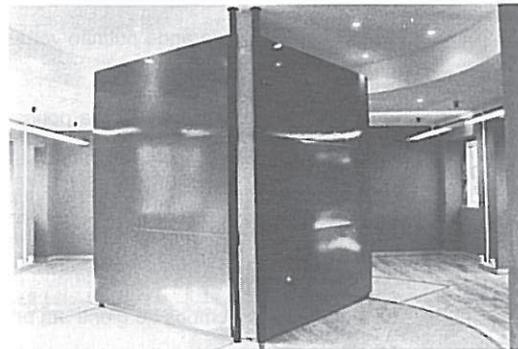
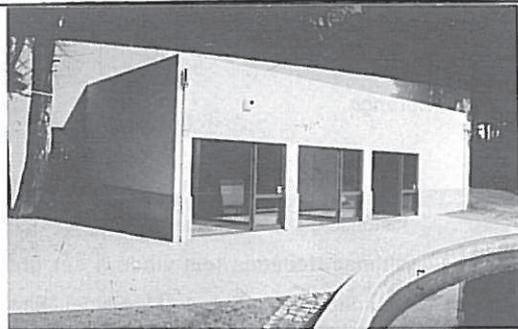
Depois, resultou útil e necessário articular estes sítios segundo a morfologia do terreno existente e segundo a centralidade geométrica e topográfica do lago, mantendo para o Parque em geral as características de "mata", onde alternam as grandes copas altas com arbustos dispersos de pequeno porte, deixando sempre livre, no primeiro plano, a linha de visão.

Projectar para tão belo, diversificado e degradado espaço, representou tarefa porventura mais fácil e, sem dúvida, um desafio menos apaixonante do que confrontar memórias duma infância e juventude perdidas num tempo não muito distante com a inevitável atitude rigorosa de quem, delineando geometrias e fixando imagens, procura, debruçado sobre o estirador "cruzar um programa com um sítio".

Síntese da Intervenção

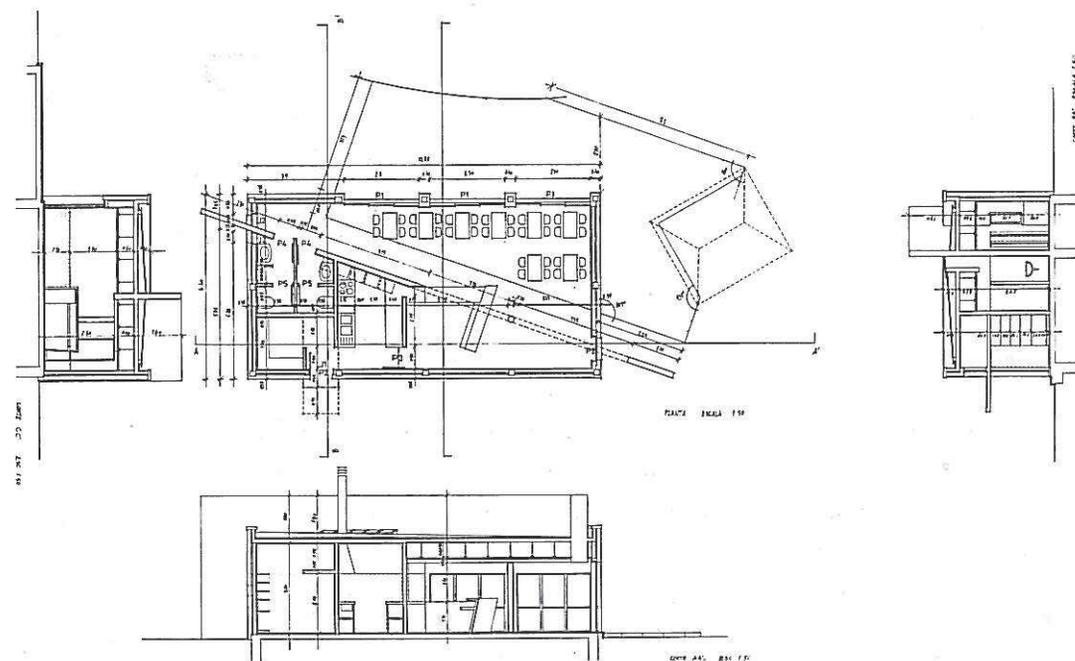
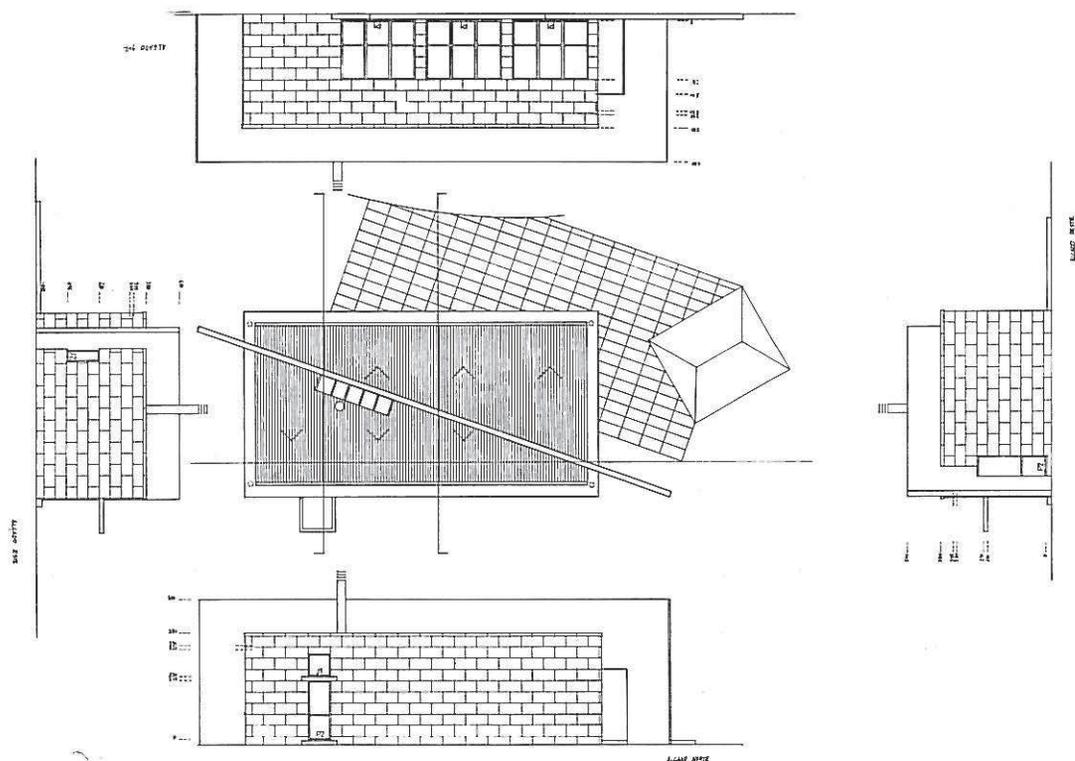
Retomando a génese do projecto:

"Conseguir um espaço de lazer, regado por uma estrutura linear forte (circulação principal/lago), criando



PARQUE MUNICIPAL DA GUARDA
Bar/Snack

40



zonas diferenciadas que permitam ocupações distintas, sendo o elemento gerador pela sua posição dominante no terreno.

A utilização do Parque no dia a dia será como espaço de descanso/passeio, principalmente para três grupos etários (crianças, idosos e "namorados"). Como utilização pontual terá as festas da cidade e mais regularmente espectáculos/concursos e situações de ocupação provisória do Pavilhão.

Daqui surge a necessidade da criação de zonas diferenciadas e da existência de vários percursos."

As duas entradas principais iniciam os dois percursos principais do Parque que estabelecem uma nova hierarquia em função do elemento central - o lago.

No primeiro percurso descobrimos o lago a partir de jardim, no segundo olhamos o jardim a partir do lago.

Uma sebe viva circundante, novas "entradas", percursos redesenhados pontuados por objectos e acontecimentos vários, um lago dotado de vida própria com um palco, "habitat" para aves e esplanada, mobiliário urbano totalmente novo, estruturas e objectos que servem a realização das festas da cidade, um pavilhão renovado para exposições temporárias e, finalmente uma afirmação deste grande Espaço de Lazer como um Espaço Verde por excelência.

Reflorestação, introdução de novas espécies - árvores, arbustos e relva - integrando um todo paisagisticamente ordenado.

Façamos agora um reconhecimento de alguns "sítios" do projecto:

Bar/Snack

O Bar Self-Service ao fundo do jardim, junto ao Lago surge da ideia de marcar o fim de um percurso-eixo que se definiu em fase anterior.

A implantação surge da articulação do Lago - grande espelho de água e de uma pequena construção existente, alguns percursos já definidos e a vontade geral de abater o menor número possível de árvores.

O edifício, que constitui um autêntico pano de cenário ao Lago funciona com bar/self-service e esplanada, um local que se pretende preferencial de concentração de pessoas. Aí poderão dispôr de refeições ligeiras, ou simplesmente fazer uma pausa, disfrutando de uma das vistas mais perfeitas do Parque.

O Pátio dos Pardais

Este pátio surge numa zona muito agradável do Parque. É uma pequena área plana, envolta por um declive que se desfaz para deixar ver o Lago. Será uma zona de recreio passivo, onde as pessoas mais idosas se poderão encontrar.

Esta ideia do pátio surge do terreno que o envolve, da vegetação existente (árvores de folha caduca que permitem uma boa exposição solar tanto de Verão como de Inverno), e da proximidade a percursos importantes, sem contudo se deixar atravessar.

Poderá ser um dos locais mais calmos do parque, mesmo em dias de festa.

Parque Infantil

O Parque Infantil é definido em 2 plataformas já existentes. Numa, o elemento caracterizador é a madeira que coexiste com os muros existentes e define a cerca de troncos que envolve as peças de equipamento, projectados também em madeira. Esta área será equipada com bancos e dispõe de zonas destinadas aos acompanhantes das crianças e um parque de merendas.

A partir desta área ramificam quatro percursos diversificados e caracterizadores deste local.

Ludoteca

Ao criarmos a Ludoteca "na antiga casa do guarda" tivémos como intenção primordial simular um espaço único, imaginado como um todo e de acordo com as necessidades e desejos das crianças.

Quisémos desta maneira que sentissem a Ludoteca como um espaço feito especialmente para elas, estimulando assim uma maior apropriação.

Um grande "relógio" faz a separação dos vários espaços, colocado no centro da Ludoteca, criando diferentes pavimentos, pensados em linóleos de várias cores, que convidam as crianças a dar-lhe vida. Este "relógio" é constituído por 2 paredes rotativas segundo um eixo - o centro do relógio, sendo estruturado por uma parede fixa - o ponteiro maior das horas.

Últimas Notícias: Acaba de ser atribuído a esta obra o Grande Prémio de Arquitectura 1995 do Ministério do Planeamento e Administração do Território

A arte pública e os novos meios de informação urbanos

O conceito de Arte Pública tem vindo a ser reformulado ao longo das últimas décadas de modo a alargar o seu âmbito, tentando-se, deste modo, responder com mais cuidado às necessidades das populações e às exigências sócio-económicas e tecnológicas da sociedade actual.

O novo conceito, relacionado sobretudo com os centros urbanos, engloba nomeadamente:

- esculturas ou monumentos
- mobiliário urbano (iluminação, bancos, baldes de lixo, paragens de transportes públicos, etc.)
- pontos informativos e de venda de bilhetes
- postos sinalizadores e informadores de tráfego (estáticos ou interactivos)
- estruturas culturais
- jardins, parques e outros locais de lazer e encontro
- qualidade estético/funcional dos conjuntos edificados.

A Arte Pública passou, portanto, a ser o resultado da interrelação de diversos factores e de várias disciplinas envolvidas num mesmo projecto urbano. Esta interdisciplinaridade é desenvolvida especialmente em novos projectos e arranjos de espaços públicos, em que se pretende qualidade e bem estar social. Em regenerações de áreas antigas, é por outro lado, mais difícil de se conseguir esta interdisciplinaridade, pois as malhas urbanas estão muito sedimentadas e têm, na maioria dos casos, falta de espaço disponível.

Entendida no seu todo, a Arte Pública (A.P.) é, acima de tudo, uma forte mediadora entre o indivíduo/habitante e a cidade; é um elo de ligação entre o indivíduo e os outros habitantes do mesmo centro urbano. Esta característica é inerente à A.P., pois ela pelo facto de ser observada, vivida e sentida em público, passa a "pertencer" por uma apropriação mental e sensorial a todos aqueles que vivem, passeiam ou se deslocam numa mesma cidade. Ela é um elo de ligação entre pessoas, na medida em que os olhares de todos os indivíduos/habitantes percorrem essas peças de A.P., que a todos pertencem e ao mesmo tempo não pertencem a ninguém, passando a fazer parte da memória de cada um.

No conjunto de elementos que englobam o actual conceito de A.P. são, ainda, as peças escultóricas de grandes dimensões os mais nítidos factores de coesão social. Elas são impulsionadoras de memórias e sensibilidades colectivas, que têm muitas das vezes carácter histórico ou de adoração e que são, sobretudo hoje em dia, referenciais de comportamento e de atitudes estéticas comuns aos cidadãos.

Nos casos em que há inserção de peças escultóricas, com inegável interesse, num contexto urbano, há que distinguir entre as que são integradas à posteriori e as que são planeadas em conjunto com o projecto global.

As peças integradas à posteriori resultam como apenas sendo decorativas e não influem directamente numa definição dos espaços e arquitectura envolventes. Pelo contrário, as peças elaboradas em consonância com os projectos de arquitectura e urbanismo são elementos de definição urbana e, também, elos de interrelação com os edifícios que se vão construir. Isto só é possível nos casos em que a malha urbana é planeada como um todo, englobando ao mesmo tempo edificações e espaços públicos. Com este modo de projectar obtém-se, na maioria dos casos uma A.P. mais qualificada, capaz de ser um elemento definidor do espaço urbano e não como um mero apêndice do lugar.

Com a A.P. pretende-se contribuir para a melhoria da qualidade de vida e de entre vários objectivos a atingir destacam-se: a oferta de mais e melhores espaços de encontro, de lazer e de recreação; a promoção de encontros sociais tanto em qualidade como em quantidade; o desenvolvimento de espaços que estimulem a actividade criativa e que permitam melhores interacções sociais.

A qualidade dos espaços públicos é, portanto, um factor de satisfação social e consequentemente de melhor coesão social.

Dado que o fundamental interesse da melhoria da A.P. é agradar aos habitantes (não esquecendo os turistas e outros indivíduos que permaneçam só de passagem), é de focar que a integração de peças num determinado contexto urbano se refere, também, ao modo como cada pessoa ou a comunidade em geral entende, acolhe e se revê nessa A.P.

Deste modo pode-se entender como é pertinente fazer consultas à população, acerca de remodelações que podem afectar o carácter ou o uso de espaços. Em zonas já habitadas, cujas estruturas carecem de renovação, seja por antiguidade ou por inadaptação, essas consultas são desejáveis e possíveis. Em novos projectos urbanos, como ainda não existem utentes, os projectistas

terão de contar com a sua própria intuição e com estudos elaborados em outros locais, cujas características sociais, económicas e culturais sejam semelhantes às dos futuros residentes. De qualquer modo há que contar com o factor tempo para ajudar a sedimentar a imagem de núcleos e da cidade no seu todo.

No momento presente e com vista ao futuro assistimos à integração de novas tecnologias nas infraestruturas das nossas cidades, seja nas grandes ou nas pequenas. O que ainda é desconhecido do grande público começa a ser já uma realidade e as transformações futuras na sociedade poderão ser bastante profundas, o que se poderá considerar como o desenvolvimento de uma "revolução" silenciosa e limpa.

"As novas tecnologias de informação e comunicação vêm, aparentemente, dar um contributo na criação de um espaço comum (repertório partilhado), porque abrem novos horizontes de acesso à informação e de troca de perspectivas."¹ Isto que poderá parecer pouco ligado ao futuro dos meios de informação urbanos e da Arte Pública, na verdade é-o bastante.

No que toca aos espaços públicos é certo que deverão surgir todo o tipo de pontos informativos interactivos, nos quais o utilizador será um real orientador da informação, estimulando a máquina segundo a sua vontade. "O sujeito não é um simples receptáculo asséptico. Neste aspecto, cada vez mais se ouve falar, a nível dos ambientes tecnológicos, da questão da interactividade (que está em vias de revolucionar os tradicionais *mass-media* unidireccionais) e que é de facto fulcral no desempenho didáctico para o respeito/promoção da individualidade (não confundir com individualismo)."²

Para a integração destes sistemas haverá a necessidade da criação de novos locais no domínio público, que ao estabelecerem novos espaços sociais determinarão readaptações no imaginário mental dos cidadãos, levando-os a noções de espaço abstracto: "The texts that follow reimagine architecture and urbanism in the new context (...) - that of the digital telecommunications revolution, the ongoing miniaturization of electronics (...), and the growing domination of software over materialized form."³

No domínio do tráfego, o mais adequado será utilizar postos informativos que estejam em constante actualização, com dados acerca de vias alternativas, parques de estacionamento, etc. Ao nível dos condutores - sobretudo nos centros urbanos - o ideal será dotar cada um deles de um computador de bordo que lhes dará a cada momento as mais actualizadas novidades acerca do comportamento de trânsito. Deverá estar conectado com um centro coordenador promovido pelas entidades oficiais competentes. Este sistema que está já implantado (por ex. na cidade de Paris) deverá ser no futuro uma aposta para todas as cidades, especialmente nas mais vastas e complexas.

As fontes de comunicação deverão ser cuidadas e atentas, ajustando o código ao conteúdo, tendo em conta que se dirigem a um público vasto.

Em qualquer tipo de comunicação (verbal ou interactiva) é de ter em atenção que os receptores envolvidos não têm o mesmo repertório logístico, experimental e cognitivo. Dever-se-á, portanto, colmatar as diferenças que entre eles existem usando linguagem simples e acessível.

A democraticidade e a crença no acesso à totalidade da informação serão, contudo, noções falíveis. Apesar de toda a informação poder vir a estar disponível interactivamente e de o diálogo se poder vir a fazer no confronto com a diversidade, isto nem sempre será possível porque nem todos os cidadãos estarão preparados linguística e culturalmente para captar essa informação.

É de salientar, também, que o incremento das novas tecnologias de informação e comunicação (N.T.I.C.), se por um lado permitirá multiplicar as relações sociais e culturais, por outro estabelecerá uma nova "sociabilidade (...)" em que o laço social se torna metafórico e em que o outro é simultaneamente próximo e inacessível."⁴ O laço social passa a ser mais ficção do que acção.

Ao contrário da hipotética transparência e coesão que se julgava que as N.T.I.C. introduziriam no mundo, assiste-se a uma "dissolução" da realidade, porque esta, com a intensificação de possibilidades de informação, não é mais que uma multiplicidade de imagens e interpretações do Mundo em concorrência entre si. "Com a diversificação e multiplicação das imagens do mundo, com o contacto com a diversidade cultural e a aceitação da legitimidade dessa diversidade, perde-se a visão unitária da realidade. Afinal a (minha) realidade é uma, entre outras possíveis; afinal a (minha) realidade é o conjunto de imagens que me foi apresentado (...)."⁵

Deste modo as utopias que visavam o total e absoluto deixam de fazer qualquer sentido. As certezas do mundo concreto passam a ter um carácter mais local e regional.

Os mass-media passam a ter um papel fundamental na democraticidade da sociedade. Mais do que o papel da A.P., que por seu lado se revelará ainda mais como factor de coesão social, de deleite e auto estima das populações. A cidade é por excelência o prolongamento dos espaços privados (não fictícios ou virtuais).

Pois à medida que a sociedade perde cada vez mais uma visão unitária e se fragmenta em múltiplas interpretações, aceitando-se a relatividade de experiências e de visões da realidade, compreender-se-á que os referenciais do mundo concreto ganhem mais importância e relevo.

É pois por esta razão que o papel da A.P., que, como já foi referido anteriormente, engloba noções variadas - desde peças escultóricas a edifícios culturais, passando pelo mobiliário e sinalização urbanos - se poderá tornar, futuramente, ainda mais relevante como elemento de unificação da sociedade.

¹ Da Silva, Lúcia de Jesus, *Análise do Potencial da Exploração Pedagógica das Redes Avançadas de Comunicações*, Tese de Mestrado na área de Ciências da Educação especialidade de Tecnologia Educativa, Universidade de Aveiro, 1995.

² Da Silva, Lúcia de Jesus: op. cit.

³ Mitchell, William J., *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*, MIT Press, Massachusetts, 1995.

⁴ Da Silva, Lúcia de Jesus: op. cit.

⁵ Da Silva, Lúcia de Jesus: op. cit.

Alberto Souza Oliveira

Uma perspectiva diferente

sobre a gestão e estrutura da AAP

Quem observa a AAP deseja-lhe um novo rumo.

Quem está na profissão sente como é distante a AAP.

Quem é eleito para a AAP propõe-se, actualmente, a ser um gestor institucional, arriscando-se, alguns, a serem simplesmente executivos, que abdicam do exercício da profissão.

Concorrer à AAP é assim entendido por muitos profissionais como uma quase condenação: um interregno na prática da profissão.

Assim, quem exerce a profissão vê o desempenho daqueles cargos públicos como uma abdicação.

Por outro lado, quem não é eleito parece que não pode intervir, que não lhe cabe qualquer responsabilidade, olhando-se a AAP como uma estrutura distante do arquitecto.

Alguma coisa está errada na vida da AAP:

É solicitado aos arquitectos eleitos uma gestão excessivamente executiva e profissionalizada, sem que a AAP assuma o papel e as responsabilidades que lhe são exigidas como Instituição de Direito Público.

Existirá alternativa para que mais arquitectos possam participar na vida associativa?

Importa reestruturar a AAP para perspectivar uma outra dinâmica de vida associativa, para responder ao desafio exigível a uma Associação de Direito Público.

Haverá que eleger ou mandar arquitectos fora das estruturas convencionais da AAP, para que a Associação surja com maior intervenção na vida pública, exercendo a sua intervenção num campo tão vasto como é o da arquitectura e ambiente urbano.

Como fazer participar os arquitectos, reconhecidos como bons projectistas, num trabalho de equipa que envolva a AAP?

Como lhes dar incumbências e representação em tão vastos campos como: a Habitação, o

Código Urbanístico, o Ambiente, o Património ou a Regionalização?

Afigura-se-me que esta participação deverá ser na base de uma estrutura de comissariados: alguém que fique responsável por um assunto importante e que, publicamente, o saiba expôr, defender.

Invoquei, inúmeras vezes, que os dirigentes da AAP não se devem substituir aos arquitectos, sendo o papel de quem é eleito o de dinamizar e organizar a vida associativa.

É comum os dirigentes da AAP solicitarem, por amizade ou por reconhecido mérito e desempenho, a colaboração de profissionais, quantas vezes limitado a um parecer ou a uma participação em mesas redondas.

A AAP não resolveu, hoje em dia, o problema de conseguir envolver um vasto grupo de arquitectos, dando-lhes incumbências e representação em assuntos de elevada responsabilidade.

Quantas vezes os arquitectos não pertencentes às estruturas dirigentes são conhecedores dos problemas que interessam ao País e à Arquitectura e são os mais capazes para intervir, (debatida que fosse a incumbência), em nome da AAP, junto de inúmeras instâncias, variados públicos ou audiências?

É necessário promover um debate aberto sobre o "modo de estar" da AAP como Instituição e Associação de Direito Público e, o modo como esta pode abrir, de novo, os dossiers que interessam ao País.

Há que institucionalizar a AAP como colectivo de arquitectos e dar-lhe uma estrutura associativa e uma vida mais autêntica, permitindo-lhe intervir na vida pública portuguesa e europeia.

É minha convicção que, hoje em dia, a AAP está longe de ser reconhecida como uma Instituição de Ideias e projectos de modernidade, perante o pesado cenário suburbano que nos assoma quotidianamente ou perante a degradação de um património e a devastação irreversível das paisagens.

Há que promover um debate que possibilite alargar, a mais e bons arquitectos, a incumbência de trazer para o domínio público a posição, quantas vezes desconhecida ou ignorada, dos arquitectos portugueses sobre temas tão importantes como: "conceitos de habitar", o "ordenamento do território" ou "o valor dos sítios e das paisagens".

Haverá que saber identificar a AAP como um colectivo de profissionais que representam a Associação e que, por direito cívico, intervêm na defesa do futuro das cidades portuguesas, ou se preocupam com o estado e valor do n/ património.

Em tempos idos, a AAP assumiu essa atitude com Keil do Amaral, quando executou o levantamento da Arquitectura Popular em Portugal.

De novo, e em nome do interesse público e da arquitectura, afigura-se-me que a AAP deverá ter os melhores profissionais a representá-la em questões fundamentais como sejam: a desertificação do interior do País, um novo Código Urbanístico ou a salvaguarda do litoral português.

Não creio que a AAP tenha conseguido, à data, responder à vocação da Associação de Direito Público que todos ambicionamos.

Também não creio que uma mudança possa surgir de uma atitude isolada de alguns dirigentes sem que haja uma reflexão mais profunda sobre esta problemática.

Daqui, dirijo pois, um convite para que se dê início a um debate sobre "como podem os projectistas participar na vida da AAP, representá-la e levá-la a ocupar o lugar que merece como Instituição de Direito Público"?

Proponho que a AAP lute pela elaboração de um património de modernidade e saiba afirmar: **Pare-se com a devastação do território urbano... a cultura arquitectónica aprende-se desde o banco das escolas...**

Revistas em Portugal

O panorama da publicação de revistas em Portugal onde a Arquitectura é tema importante ou central, nunca foi extenso. O facto prende-se concertemente pelo escasso número de arquitectos que havia (mas hoje não) e pelo entendimento generalizado de que a Arquitectura é tema para especialistas (os arquitectos), assente na ideia de que os espaços construídos para o Homem se inscrevem maioritariamente ou no conceito de Construção ou no conceito de Urbanismo.

Já não vale a pena "bater no ceguinho", como se costuma dizer, adiantar queixas sobre este estado de coisas e sobre a indiferença com que todos, incluindo até uma boa parte da classe profissional dos arquitectos, encaram os locais onde habitam, trabalham, circulam, aprendem ou se divertem.

Já não vale a pena desfazer o equívoco da Estética. Ainda há alguns dias quando um jornalista do jornal "Público" interrogava o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre o Plano da Avenida da Liberdade e este afirmava que a sua qualificação estaria na sua arquitectura, o jornalista replicava que não estava a referir-se a questões estéticas.

Assim dos três vectores vitruvianos, o jornalista só reconhecia um, negando inclusivamente a dimensão urbana da Arquitectura e mesmo o Desenho Urbano como um dos seus ramos.

Enfim esta situação está empedernida, tão sólida que só uma revolução de mentalidades o poderá mudar. E não serão concertemente as revistas de Arquitectura existentes, com a sua pequena divulgação e, conseqüentemente, pouco impacto público, a fazê-la. Enquanto as revistas de temas gerais, os jornais ou a televisão continuam ignorando o tema apesar do programa de Manuel Graça Dias no canal que menos gente vê e a horas impossíveis, ou umas quantas críticas a acontecimentos ditos culturais que envolvem a Arquitectura nalguns jornais, ou ainda as crónicas intermitentes de José Manuel Fernandes no "Expresso" ou de Nuno Teotónio Pereira no "Público".

Curioso será lembrar que as chamadas revistas de Cultura desapareceram em Portugal. Pelos anos 50 elas interessavam-se moderadamente pela Arquitectura. Nas décadas seguintes esqueceram-na. Afinal ainda não se conseguiu fazer aproximar a ideia de Arquitectura do cidadão, mesmo daquele que faz parte do que se chama elites. Mas este objectivo faz obrigatoriamente parte da revolução de mentalidades desejável.

Sendo assim, quer este escrito lembrar algumas vontades editoriais recentes que se têm traduzido na produção de revistas onde a Arquitectura é tema importante ou central, para além das duas que têm assegurado com continuidade e regularidade a sua sobrevivência, ou seja, a *Architècti* e o *Jornal Arquitectos*.

1. O primeiro lugar dá-se aqui a uma revista publicada por uma Associação de Estudantes duma escola de Arquitectura, a FAUP, pois é iniciativa de gente que será arquitectos e architectas e se propõe ir além das questões internas do seu meio pedagógico, entrevistando gente fora da escola, abordando áreas que não a Arquitectura, seguindo até um tipo de revista que se poderá dizer próxima da saudosa revista de Cultura. A revista **Unidade**, assim se chama ela, provavelmente com algum tom irónico, publicou quatro números desde 1988 sempre com um grafismo cuidado mas variado já que cada um dos quatro foi produzido por gente diferente acompanhando, concertemente, as variações dentro da própria Associação de Estudantes, se bem que os três primeiros tiveram um mesmo director e dinamizador do projecto, Jorge Figueira.

O número 4 saiu este ano, mas, desta vez, tendencialmente temático sobre o desenho/projecto, mas sempre dentro do tipo de revista com uma multiplicidade de interesses em cada número. Este **Unidade 4** desenvolve-se a partir do estável universo da Escola do Porto. Basta verificar que os dois primeiros artigos são sobre Scarpa e Terragni cumprindo-se assim a conexão italiana. Logo a seguir um texto de Manuel Mendes mais uma vez reafirma a especificidade portuense, e as duas moradias que se lhe seguem revelam da admiração por Adolf Loos (Manuel Botelho) ou a memória entre Aalto e Mies (José Manuel Soares). Já o texto de Wilfred Wang grande admirador estrangeiro de Siza e alguns outros e editor da 9H, revista de tendência publicada em Londres, reforça a teoria

da ausência de pesquisa formal pelo desenho como caminho a seguir, favorecendo assim um mecanismo intelectual de escamoteamento do peso das imagens, desvalorativo do mundo popular contemporâneo e dos processos tecnológicos tão presentes hoje e formadores quer do imaginário quer influenciadores de todos os tipos de ver/conhecer.

Mas os desenhos publicados, por exemplo os de Carlos Henriques, opõem-se a essa leitura que outros textos ao falarem de Fotografia, CAD, Banda Desenhada reforçam, para acabar em duas contribuições, uma de António Quadros e outra de Alberto Carneiro sobre o Desenho como pedagogia e base da produção artística, numa perspectiva (oficiosa) cara à própria escola.

2. Fundada o ano passado, a revista semestral **Monumentos** editada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pretende dar "informação sobre a actividade dos serviços e da manutenção de uma agenda de cariz cultural" estando "vocacionada para a abordagem de temas relativos ao património construído" conforme editorial do seu Director-Geral que prefere, como se vê, o conceito (ou palavra?) Construção a Arquitectura.

Perante isto perguntar-se-á se **Monumentos** vem substituir a publicação dos antigos boletins em que cada número fazia sobretudo um registo desenhado e fotografado das obras feitas, assente na ideia de mostrar o estado inicial e o final que, não sendo pormenorizado nem acompanhado por uma memória suficientemente esclarecedora ou textos especializados de intervenção técnica específica, mas apenas um breve resumo da história do edifício sem sequer uma análise crítica arquitectónica, tinha essa qualidade de registar para a posteridade e até para os seus leitores uma visão genérica da intervenção.

Por isso hoje pode-se compreender genericamente a extensão e profundidade do "restauro" dos Monumentos Nacionais durante o tempo áureo do Estado Novo e apreender melhor as dimensões teóricas e ideológicas de uma acção que foi uma das bases da sua propaganda.

O primeiro número de **Monumentos** aborda em vários artigos a recente pintura e tratamento da pedra dos edifícios da Praça do Comércio em Lisboa, todos eles explicativos e/ou contendo opiniões que nunca põem em causa a solução escolhida: a cor que procura a original dando-se assim um salto de séculos sobre vários rosas, um vermelho escuro ou o verde seco de Raul Lino, fazendo prevalecer a Origem Projectual como critério dominante, apesar de se saber quanto a praça é diferente da sua existência em 1775, ano da inauguração da estátua equestre de D. José, ou mesmo do projecto original conforme se pode ver na recentemente divulgada pintura existente em S. Luis do Maranhão (Brasil). Outros artigos trazem à luz do prelo estudos sobre a praça e sua história.

Há assim um aprofundamento sobre o objecto de intervenção que os antigos boletins não faziam, nem sequer a História ou a Teoria da Arquitectura desses anos 30/40 estavam à altura de o fazer em Portugal, não só pela situação disciplinar, como também ideológica e política do País.

O segundo número centra-se mais no mosteiro e igreja de S. Vicente de Fora onde por descrição do projecto e obra se percebe da sua correcção material, mas não há interrogação sobre a utilização ou reutilização de tão grande "fábrica" que já chegou a albergar o Liceu Gil Vicente e é hoje utilizado por vários serviços do Patriarcado, tendo recentemente acolhido uma grande exposição sobre a Missionação portuguesa (Lisboa 94).

Já o terceiro **Monumentos** dedica a maior parte dos seus escritos e imagens ao mosteiro e igreja de S. Gonçalo em Amarante, onde uma intervenção contemporânea de Alcino Soutinho coloca o tão debatido novo no velho ou o problema da reabilitação. De facto, se bem que as interrogações de fundo, que estas três intervenções e outras expostas na revista **Monumentos** levantam, não sejam debatidas pois afinal trata-se das questões de Património, da sua valorização e actualização aos olhos de hoje, para uma sociedade cujos valores são bastante diferentes do passado, esta revista tem o mérito de trazer ao público interessado essa "actividade dos serviços" que são do Estado e agem sobre isso a que se chama Património e onde se entende haver valores colectivos.

Mas desta revista como projecto ficam algumas interrogações:

Em primeiro lugar será que a sua existência implica a não publicação de um registo sistemático de cada obra como pretendiam os antigos boletins?

E como se articula esta acção editorial com a do IPPAR, igualmente um serviço do Estado cujas competências parecem sobrepôr-se em parte a esta Direcção-Geral?

E por fim pode-se perguntar senão valeria a pena abrir um espaço mais crítico e teorizante na revista, já que se trata de uma área em constante alteração na medida em que quer os conhecimentos quer as perspectivas valorizativas e culturais envolvidas acompanham as mutações do tempo.

3. Apesar de já ter saído há uns meses o seu número zero (Inverno de 94/95), deu-se agora a oportunidade de falar de uma revista nova, o **D.A. Documentos de Arquitectura**. O Editorial apresenta-a como "uma publicação periódica de debate sobre a Arquitectura Nacional e Internacional" acentuando a sua postura crítica e alargando-a a textos de "não arquitectos e de não arquitectura".

No interior os artigos sucedem-se, sendo o primeiro sobre a falta de sensibilidade para a Arquitectura, trazendo o exemplo de Lisboa e a sua acelerada descaracterização, facto para o qual nem Tanner nem Wenders conseguiram, com os seus filmes, chamar a atenção segundo o seu autor. Logo a seguir vem um texto sobre Wordiczko e como este artista se serve da Arquitectura para reflectir sobre o poder através da sua obra. Mas é com a entrevista a José Llinas que o centro

deste número zero se reconhece. Nela o arquitecto catalão expõe o seu método de projectar e linhas teóricas que o orientam e fazem entender a Arquitectura de um certo modo, em consonância com Alejandro de la Sota - fazer um edifício é organizar, encerrar e cobrir - o que Llinas diz ser mais cerebral e menos desenho ou forma, chegando a afirmar que não pretende comunicar, mas sim encontrar uma lógica, fazer uma coisa racional. Curiosamente termina com uma referência à importância de Rafael Moneo ter ensinado em Barcelona, e assim ter introduzido a cultura, directamente na escola.

Depois de uma biografia e um texto sobre Alberto José Pessoa recordam um arquitecto de que pouco se fala, mas foi importante figura do Movimento Moderno em Portugal, um dos autores do conjunto da Infante Santo em Lisboa ou dos edifícios de Fundação Calouste Gulbenkian.

E finalmente o **D.A.** zero desenvolve uma abordagem ao pavilhão de Barcelona de Mies Van der Rohe, interrogando a sua reconstrução numa perspectiva ideológica.

Será esta talvez uma das linhas mais em destaque em **D.A.** (ou neste número zero), o tom crítico apoiado ideologicamente, numa publicação que se quer "executada com meios pobres" e que apenas se vende na AAP e nas livrarias das Faculdades de Arquitectura, a baixo preço.

Pela sua postura voluntariosa e querer assim colocar-se como uma "pedrada no charco", há que desejar sucesso, dentro dos objectivos a que se propõem os seus mentores.

de fora para dentro

Apesar de, predominantemente, três ou quatro arquitectos portugueses serem conhecidos e publicados fora de fronteiras, fazendo com que se tenha uma muito reduzida ideia da produção contemporânea por cá, algumas publicações têm-se interessado de outro modo, rompendo com esse estreito panorama e até dando outra profundidade histórica. Mas isto é ainda um pequeno passo. Será que outros se seguirão?

1. A **Rassegna**, publicação dirigida por Vittorio Gregotti, orientada tematicamente e inscrita no universo de Casabella (que tem o mesmo Director) publicou recentemente um número sobre Lisboa. Organiza-se com uma série de artigos dos quais dois são do tradicional olisipógrafo José-Augusto França, sendo a Lisboa anterior a este século tratada por historiadores e a do século XX vista maioritariamente por arquitectos. Pedro Vieira de Almeida propõe-se desfazer os mitos que ainda persistem sobre a "fase" Modernista e a "fase" Estado Novo (Português Suave) na capital portuguesa, enquanto Ana Tostões mostra o seu rigor histórico e crítico em "Lisboa: Arquitectura nos anos 50", uma década que muitos tendem a esquecer porque pertenceu temporalmente ao Estado Novo e onde, paradoxalmente para quem comunga com aqueles mitos, floresceu uma Arquitectura Moderna que pôs em causa a visão nacionalista oficiosa da década anterior.

Depois disto é a visão planeadora que domina os artigos, um sobre o concelho de Lisboa (Bruno Soares) e outro sobre a paisagem urbana da Área Metropolitana entendida historicamente por Jorge Gaspar.

Mas, no meio destes artigos seriamente escritos por autores mais ou menos conhecidos, aparecem umas páginas intituladas "Arquitecturas dos últimos anos" com um pequeno texto não assinado e uma visão absolutamente distorcida e desconhecida do panorama lisboeta que é visto unicamente sob o prisma portuense, e ainda mais grave para a seriedade e respeito pelos autores cujos textos ocupam as outras páginas, dessas quatro páginas uma tem unicamente fotografias do Centro Cultural de Belém da autoria do director da **Rassegna**.

Já se sabia que Vittorio Gregotti não perdia nenhuma oportunidade para divulgar a sua obra e até criticar os vencedores dos concursos que "às vezes" também não ganha, mas chegar a este ponto é descaramento a mais!

2. A **AU-Arquitectura & Urbanismo** é uma revista brasileira que tem procurado dar um alargado panorama da produção do País e fora dele, publicando sempre uma biografia crítica e ilustrada de um arquitecto já com vasta obra no Brasil. No seu número 57, de Dez 94/Jan 95, esta secção é dedicada a Delfim Fernandes Amorim, um arquitecto português que fez parte da Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM) que foi, com o ICAT, um dos grupos organizados da nova geração da segunda metade da década de 40, propulsora das transformações bem visíveis no 1º Congresso dos Arquitectos realizado em 1948.

Por motivos políticos, quatro anos depois de se formar na Escola de Belas Artes do Porto, partiu para o Brasil em 1951, instalando-se na cidade do Recife onde foi professor na Escola de Belas Artes da universidade local. No Recife deixou uma extensa obra filiável no Movimento Moderno e em consonância com as preocupações dos arquitectos brasileiros na adaptação ao clima, que nesta cidade é quente e húmido, e na elaboração de tipos arquitectónicos que foram formando o ambiente urbano legal no grande país. Mas Delfim Amorim não terá esquecido algumas das suas raízes lusitanas pois usou o azulejo em grande profusão, talvez demonstrando um percurso de influência que fez com que os arquitectos brasileiros como Oscar Niemeyer usassem esse material, por vezes com desenhos de grandes pintores como Portinari, e assim mostrassem aos arquitectos portugueses dessa geração da segunda metade de 40, uma certa conciliação entre tradição e modernidade dentro do quadro do Movimento Moderno. Mas um Delfim Amorim, português dessa geração emigrado para o Brasil não terá ele feito "torna viagem" com os azulejos?

A interrogação fica, mas demonstra quanto o saber da relação entre os dois países pode explicar alguns fenómenos das respectivas arquitecturas.

RECTIFICAÇÕES

A pior gralha cai no melhor papel, parafraseando o célebre ditado popular. Ultimamente o JA foi exemplo disso, fazendo com que certos nomes se tornassem irreconhecíveis ou certas autorias desaparecessem. A todos os lesados pedimos as mais sinceras desculpas, publicando aqui as devidas correcções.

No JA 149, o texto da página 34 e seguintes, sobre o **Plano Integrado de Aveiro-Santiago é do Arq. Alberto Souza Oliveira** e não de Alberto Souza Vieira.

No JA 151, no texto de abertura do **G.T. da Madragoa** saltou o nome do seu autor **Arq. José Silva Carvalho**. Os **desenhos da pág. 66**, referentes à Rua das Madres e Rua da Esperança, são da **autoria do Arq. Vitor Vaz**. O texto da página 69, referente aos **Núcleos Dispersos** é da autoria do **Dr. Mendonça Dias**.

No texto do **Projecto Integrado Chafariz de Dentro em Alfama**, pág. 45, falta a última frase que transcrevemos "as necessidades actuais, constitui igualmente um dos objectos do Projecto Integrado". Na Ficha Técnica do **Projecto Integrado Palácio Marim Oihão**, pág. 58, incluir no Item **Desenho: OZ - Levantamento e Diagnóstico de Monumentos e Edifícios Históricos**.

LEITURAS

ANOS 60 - ANOS DE RUPTURA ARQUITECTURA E PERSPECTIVA DA ARTE LIVROS HORIZONTE / LISBOA 94

Os anos 60 na globalidade da arte portuguesa foram o grande tempo de ensaio e afirmação de novos valores que os anos próximos viriam a consolidar. A mecânica idade dos anos 60, que potencialmente se poderia vir a tornar num cartoon de pastiche pelo conceito de estilo que entretanto encenou, montou esquemas que se vincularam decididamente ao futuro. Este "estilo" dominante de ruptura, experimentação e mecanicismo, foi totalmente subjacente e significativa para a aceitação definitiva do abstracto como essencial a toda a arte final do século. Da constante valorização da velocidade e da celebração das constantes descobertas quase sempre efémeras na urgência da sociedade, passou-se, entretanto, à importância da capacidade de resistência; da euforia mediática do resto do mundo ocidental, em Portugal, passou-se à afirmação das autorias e da coerência dos trabalhos perante a restrição e castração do regime. Na ausência de fenómenos de moda que singravam por toda a Europa, consolidou-se a possibilidade de critérios de qualidade, reconhecendo-se itinerários seguros que mereceram uma continuada

atenção posterior.

Os anos 60 viram confirmar, com algumas notoriedades espectaculares, percursos que lentamente se definiram e se protegeram de oscilações especulativas, originando obras que demonstraram energia criativa e situações de reconhecimento gradual. A arte oficial dos anos 60 foi sobretudo uma arte resignada a pensar em si mesma, tendo em conta o contexto moralista e capitalista, impossibilitada de criar no artista o mecanismo de poder contestar o mundo e de ser autêntico e mediaticamente eficaz. A nova arte dos anos 60, seja nas artes plásticas ou na arquitectura, permitiu que os artistas pudessem falar a sua verdade através dela, animados por coordenadas independentes do espaço português onde se moviam e do tempo concreto, ou seja, das circunstâncias socioculturais. **A perspectiva das artes plásticas portuguesas é agrupada pelas secções da opulência da imagem, da desidentificação da imagem, da tensão e comportamento, do gesto e do signo, das estruturas oscilantes, das contaminações,** seguidas das biografias e antecédidas de **Quem há-de ser contemporâneo** de António Areal. Toda esta resenha, configura-se como uma geografia que se desenrola cinematicamente, exigido por uma epopeia vivida pelos artistas, encontrando soluções cénicas e metáforas de solução estimulante.

A arquitectura portuguesa, cuja introdução denominada **Anos 60 - anos de "consequência"?** de José Manuel Fernandes, é constituída por um catálogo de obras dos principais intervenientes - Conceição Silva, Manuel Tainha, Chorão Ramalho, Teotónio Pereira e Nuno Portas, Tomás Taveira, Siza Vieira, Vieira da Costa, Amâncio Guedes, seguida de uma cronologia dos principais eventos dos anos 60. Nestas obras existe uma ordem profundamente manifesta, coerentes na ambição alegórica de projecção futura dos ideais, que até ali pareciam fugidios, insondáveis, ameaçadores. Estas duas obras reportam-nos a um tempo onde a invenção parecia constituir a etapa original sobre a possibilidade de invenção de novos objectos inquietantes, quando agora parece tudo tão fácil e tão consolidado. Estão assim tão distantes os anos de ruptura. Tal como a ruptura de Sonic Youth em Washing Machine e Electrafixion em Burned.



COPIAR SOFTWARE É CRIME

VOCÊ SABIA QUE A DUPLICAÇÃO ILEGAL DE PROGRAMAS INFORMÁTICOS PODE CUSTAR-LHE PESADAS MULTAS OU MESMO PENAS DE PRISÃO ATÉ 3 ANOS?

Usar programas originais significa contribuir para um melhor desenvolvimento tecnológico, maior investimento na adaptação de produtos às necessidades Portuguesas e a criação de novos postos de trabalho. Em Portugal, estima-se que, anualmente, se copiam cerca de 20 milhões de contos de software, implicando uma evasão fiscal, apenas em IVA, superior a 3 milhões de contos, e a negação de 400 novos postos de trabalho."

Usar programas originais significa dispôr de toda a assistência necessária e apoio por parte do fabricante: linha telefónica de informação, garantia de substituição de programas defeituosos, instruções para a sua boa utilização e os mais altos níveis de qualidade e eficácia.

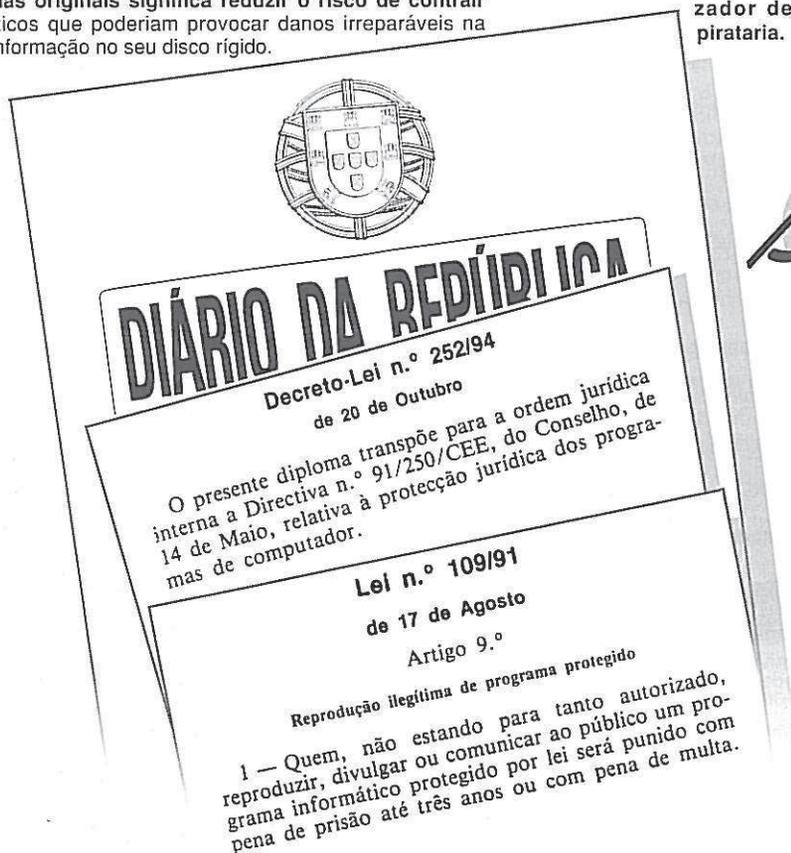
Usar programas originais significa poder aceder a versões sucessivas de um programa, com todas as actualizações correspondentes, a um preço reduzido.

Usar programas originais significa reduzir o risco de contrair vírus informáticos que poderiam provocar danos irreparáveis na totalidade de informação no seu disco rígido.

Usar programas originais significa dispôr também de manuais de utilização originais e a documentação completa para um correcto uso do programa adquirido e significa também participar nos cursos de formação oferecidos por organizações/entidades autorizadas pelos fabricantes com formadores especificamente habilitados para ensinar o uso correcto do programa adquirido.

Usar programas originais significa reconhecer os direitos de autor dos criadores e programas. Na Europa e em outros países do mundo, os programas de computador, assim como a sua documentação preparatória, têm a mesma protecção que a estipulada para as obras literárias na Convenção de Berna, a de serem consideradas como uma criação intelectual própria do seu autor. Estes direitos estão tutelados pelas legislações de todos os países.

Usar programas originais significa ser um verdadeiro utilizador de software... e não cúmplice da pirataria.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Para informações adicionais
contactar a ASSOFT:
☎ 01-794 05 06
FAX: 01-794 05 07

CUMPRE A LEI - USE APENAS SOFTWARE ORIGINAL

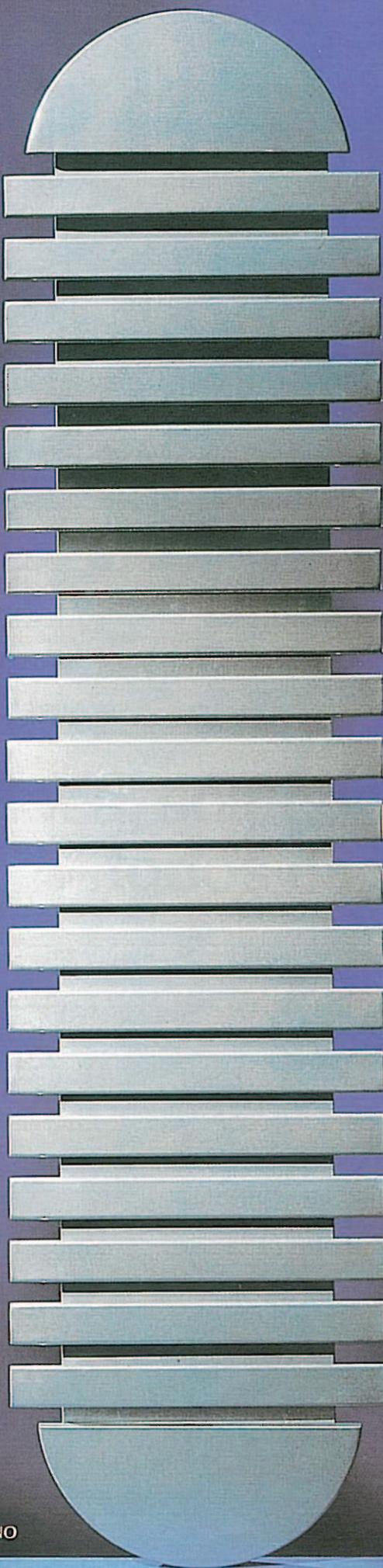
BR
BRANDONI®

Suoni - Sinfonia de cores e de formas

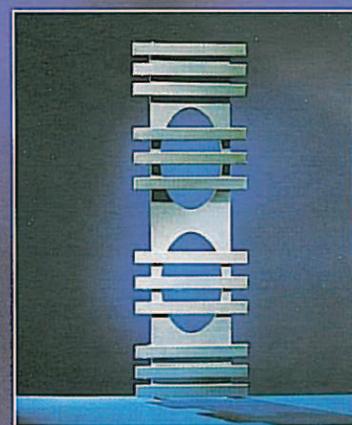
Nos modelos de radiadores "Tenore", "Semitono", "Tono", "Mezzo Soprano" e "Soprano", as cores das notas musicais tomam a sua forma entrando na arquitectura de interiores com a simplicidade e elegância de uma perfeita realização tecnológica.

Rica em sugestões musicais, que se encontram nos pormenores das soluções construtivas, esta série de emissores de calor é de fácil integração em ambientes decorativos de vanguarda.

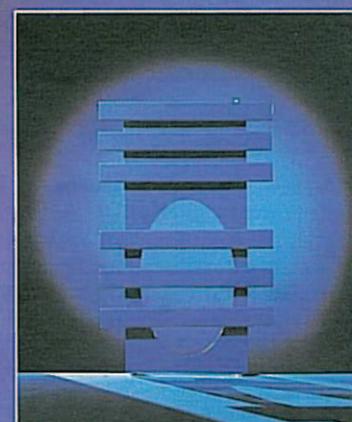
O seu design provém da experiência de um Arquitecto e de um Escultor, que, gradualmente, criam as notas e a cor de objectos contemporâneos que estão sempre presentes na nossa memória.



mod. TONO



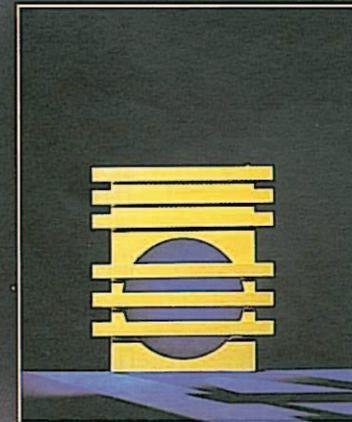
mod. SOPRANO



mod. MEZZO SOPRANO

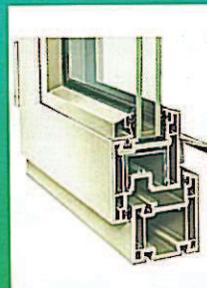
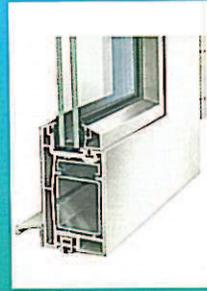


mod. SEMITONO



mod. TENORE 70

Liberdade Criadora



DECEUNINCK. A geração de sistemas em P.V.C. de alta tecnologia para todos os estilos de construção e renovação. Sem limitações. Resistentes aos agentes atmosféricos e inalteráveis com o tempo, os perfis de carpintaria e decoração em P.V.C. DECEUNINCK adaptam-se perfeitamente seja qual for o seu nível de exigência profissional e criativa.



Peça agora mesmo a sua informação gratuita através deste cupão.

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Telefone: _____

Preencha este cupão em maiúsculas e remeta para Deceuninck Iberica

DECEUNINCK IBERICA S.A.
AVENIDA DE LA INDUSTRIA, 25 - 28820 COSLADA (MADRID)
PORTUGAL: APARTADO 14187 - 1000 LISBOA

TEL: (01)6731723 FAX: (01)6731867
TEL: (01)4762715 FAX: (01)4762776

deceuninck®



S
T
T
E
T
A
R
A

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

CIDADE _____

PAÍS _____

CONTRIBUINTE _____

TELEFONE _____

INÍCIO ASSINATURA (Nº) _____

FIM ASSINATURA (Nº) _____

ESTUDANTE _____

OUTROS _____

ESTUDANTES
6.500\$00

CONTINENTE
8.000\$00

REG. AUTÓNOMAS
8.500\$00

MACAU E PALOP
11.000\$00

ESPAÑA
8.500\$00

EUROPA
10.500\$00

EXTRA-EUROPA
12.500\$00

Assinatura por 1 ano (10 números). Enviar cheque endossado à Associação Arquitectos Portugueses - Trav. do Carvalho, 23 1200 Lisboa - Tel: 3432454/9 Fax: 3432451. Se é estudante envia fotocópia (frente e verso) do cartão.



Radiadores Roca, soluções para todos os estilos

Roca e Aquecimento Central são duas palavras inseparáveis. Depois de muitos anos a tratar dos mais diversos sistemas de aquecimento central, com todo o profissionalismo e entusiasmo, a Roca goza de um nível técnico inquestionável em todo o tipo de instalações. Por isso, a Roca tem as soluções mais adequadas para

que em sua casa disponha do máximo conforto com o mínimo consumo.

Roca

Roca Cerâmica e Comércio, S.A.

LISBOA

Rua José Duarte Lexim, Lote 6
2675 Odivelas
Tel. (01) 937 55 39 - 937 76 67
Fax (01) 937 54 05

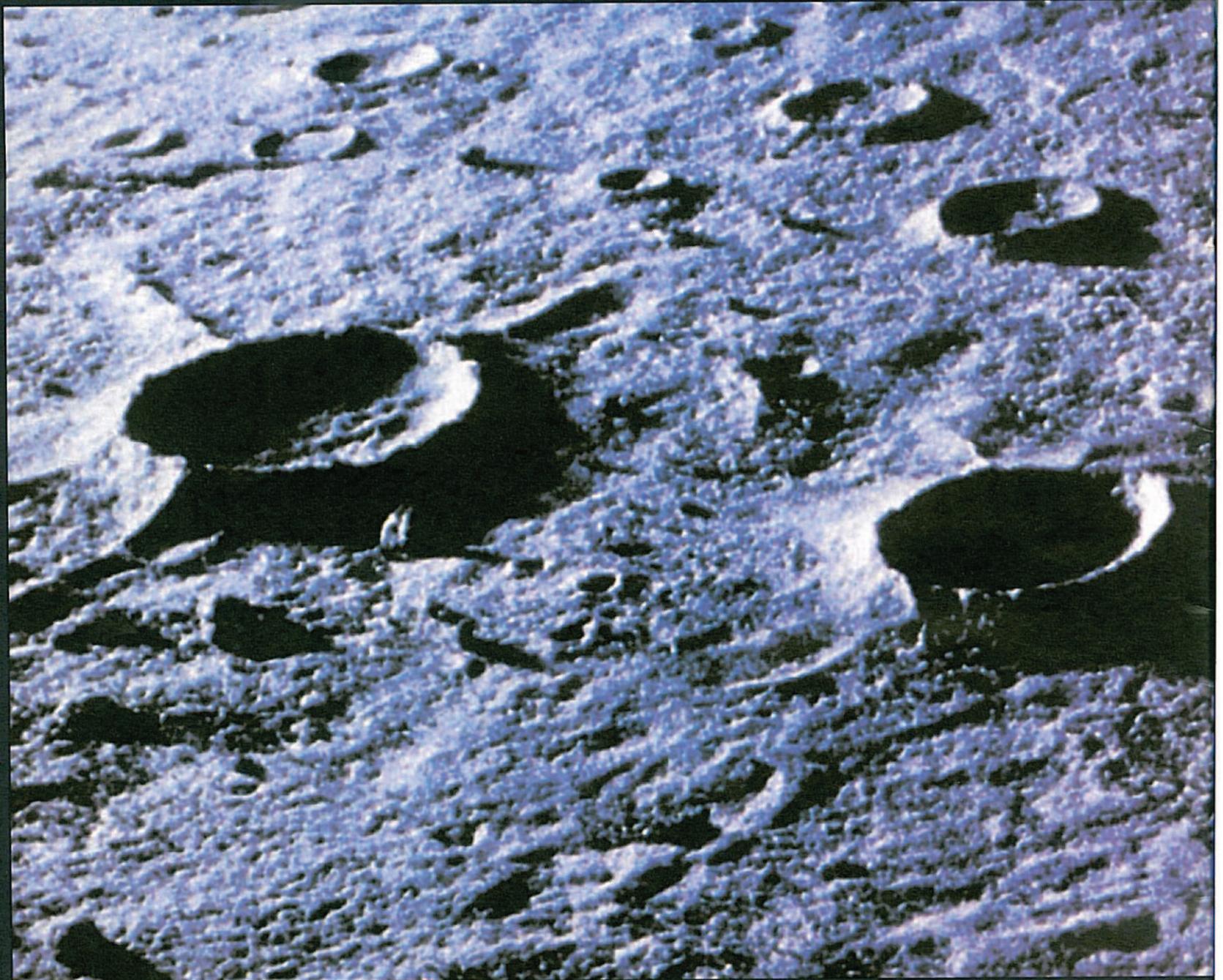
LEIRIA

Aptdo. 575 Madalena
2400 Leiria
Tel. (044) 92711 - 92203
Fax (044) 92373

PORTO

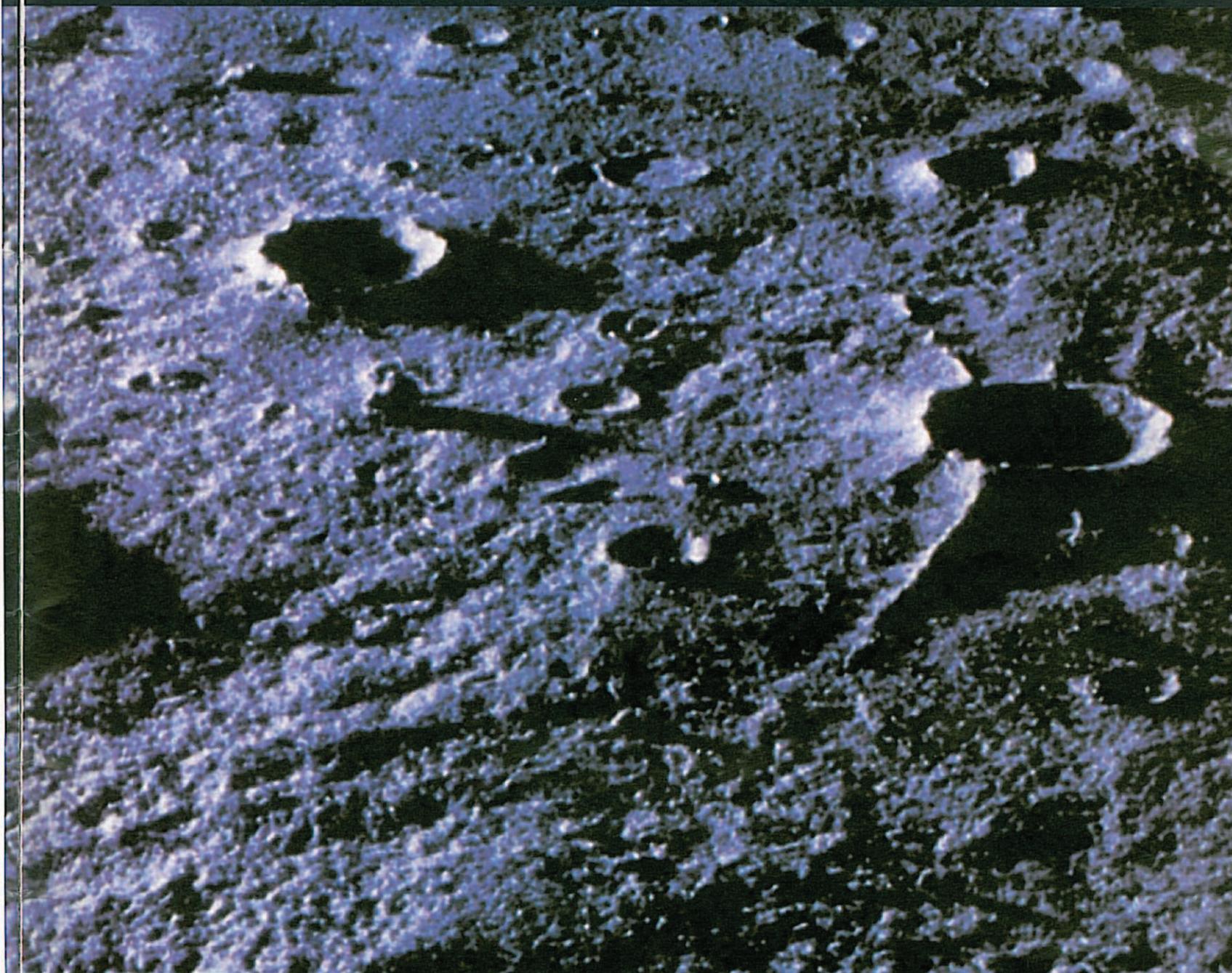
Rua do Freixo, 259
4300 Porto
Tel. (02) 530 01 28 - 530 00 41
Fax (02) 530 03 31

UM DOS SÍTIOS ONDE AINDA N



**O MEIO DE PAGAMENTO
VÁLIDO EM TODO O MUNDO**

ÃO ESTAMOS ÀS SUAS ORDENS



**COM O CARTÃO CAIXAUTOMÁTICA *ELECTRON*
ESTAMOS CONSIGO EM TODO O MUNDO**

A Caixa Geral de Depósitos alargou a utilização do cartão CAIXAUTOMÁTICA a todo o mundo, criando o novo cartão CAIXAUTOMÁTICA *ELECTRON*. Este cartão permite-lhe agora o acesso à sua conta de depósitos à ordem para fazer levantamentos e efectuar pagamentos em estabelecimentos comerciais. Em Portugal e em mais de 50 países, o CAIXAUTOMÁTICA *ELECTRON* é a forma mais prática e segura de usar o seu dinheiro.

Peça já, na sua Agência da Caixa Geral de Depósitos, o seu novo cartão CAIXAUTOMÁTICA *ELECTRON* e beneficie dos SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA que lhe estão associados.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Conte Connosco

Clarabóia Universal, ambientes mágicos de luz



Quem nunca sentiu o fascínio da luz captada por uma clarabóia? Claridade que lembra a infância. Ambientes mágicos de luz. Mas no vasto mundo das clarabóias há diferenças fundamentais. As clarabóias da Braas, representadas exclusivamente em Portugal pela

LUSOCERAM

são verdadeiramente inovadoras pela sua universalidade, adaptando-se na perfeição a qualquer tipo e modelo de telha ou material para telhados inclinados. O caixilho com estrutura em PVC reforçado, preparado para enfrentar o mau tempo e a acção dos raios U.V.A., permite, pelas suas características e reduzido peso, uma fácil colocação em obra. O avental, de um material plástico flexível e reforçado por uma malha metálica, molda-se manualmente e sem necessidade de ferramentas, adoptando o perfil de qualquer telha ou placa, garantindo uma total estanquidade do conjunto. A tampa, em policarbonato transparente, é de uma tal robustez que a protege contra golpes e rupturas, mantendo-se inalterável com o tempo. Esta clarabóia universal encontra-se disponível em vermelho, castanho e antracite. Se pretender informações mais pormenorizadas, envie este cupão devidamente preenchido para:

Lusoceram -
Empreendimentos Cerâmicos SA.
R. Castilho, 39-8º A/D-1200 LISBOA
☎ (01) 386 43 06 - Fax: 386 07 40

Agradecia que me enviassem informações mais pormenorizadas sobre as Clarabóias Universais.

Agradecia que me enviassem documentação sobre: _____

Pretendo a visita de um vosso técnico para demonstração deste produto.

Colar o cupão num Bilhete Postal e não esquecer de mencionar o nome e morada do remetente

Garantia total fornecida pela **LUSOCERAM**

Construção de Futuro

Na **KNAUF** queremos contribuir para a construção de um futuro melhor. Para que as nossas próximas gerações disfrutem de uma melhor qualidade de vida.

Muitos deles serão arquitectos, construtores, ou simplesmente, pessoas interessadas em trabalhar e viver com o melhor sistema de construção e renovação de interiores.

Pensando nessas futuras gerações, e porque não em você, **KNAUF** desenvolveu sistemas baseados no gesso, material ecológico da terra, que transformado em placa e montado sobre uma sólida estrutura metálica lhe dará confiança e segurança num ambiente pessoal e acolhedor.

Sistemas criados para as exigências e desenhos mais atrevidos. Com grande variedade de aplicações no que respeita a isolamentos térmicos, anti-humidade, protecção ao fogo, etc.



KNAUF
Tecnologia na Construção.

COMEÇAMOS
POR ESBOÇAR
UM SORRISO
E ACABAMOS
COM UMA OBRA
FELIZ.

Sim senhor.
Todos reconhecem
uma obra bem conseguida.
Uma secretária digna de se
admirar pela elegância do
tratado e perfeição dos
acabamentos. Além
de que é sólida e

resistente
ou não fosse ela
feita a partir da melhor
selecção de materiais. Sobre
uma secretária destas, você
vai de certeza criar obras
que o vão fazer sorrir
de satisfação.



 Levira

DECIDA-SE PELA BOA DISPOSIÇÃO.

Formica 50 Anos

ESPAÑHOLA, S.A.

A experiência destes anos contribuiu para reforçar a posição da nossa marca FORMICA "como líder" do mercado de laminados Decorativos de Alta Pressão.

O nosso departamento de investigação e desenvolvimento, conjuntamente com todos os restantes das companhias Formica internacional, têm apresentado, periodicamente, inovações pontuais que supuseram avanços técnicos nos requisitos e melhoras do desenho do mobiliário ou no interiorismo na arquitectura.



**Como prelúdio para festejar
uma etapa dourada**

COLEÇÃO DO Cinquentenário

LANÇAMENTO PRELIMINAR



FORMICA ESPAÑHOLA, S. A. mantém rigorosamente, na fabricação de Laminados Decorativos de Alta Pressão o cumprimento da Norma vigente ISO de Qualidade Homologada.

FORMICA OLHANDO PARA O FUTURO
Formica Española, S. A. - Txomin Egileor, 54 - Galdácano-Vizcaya



DISTRIBUIDOR PARA PORTUGAL

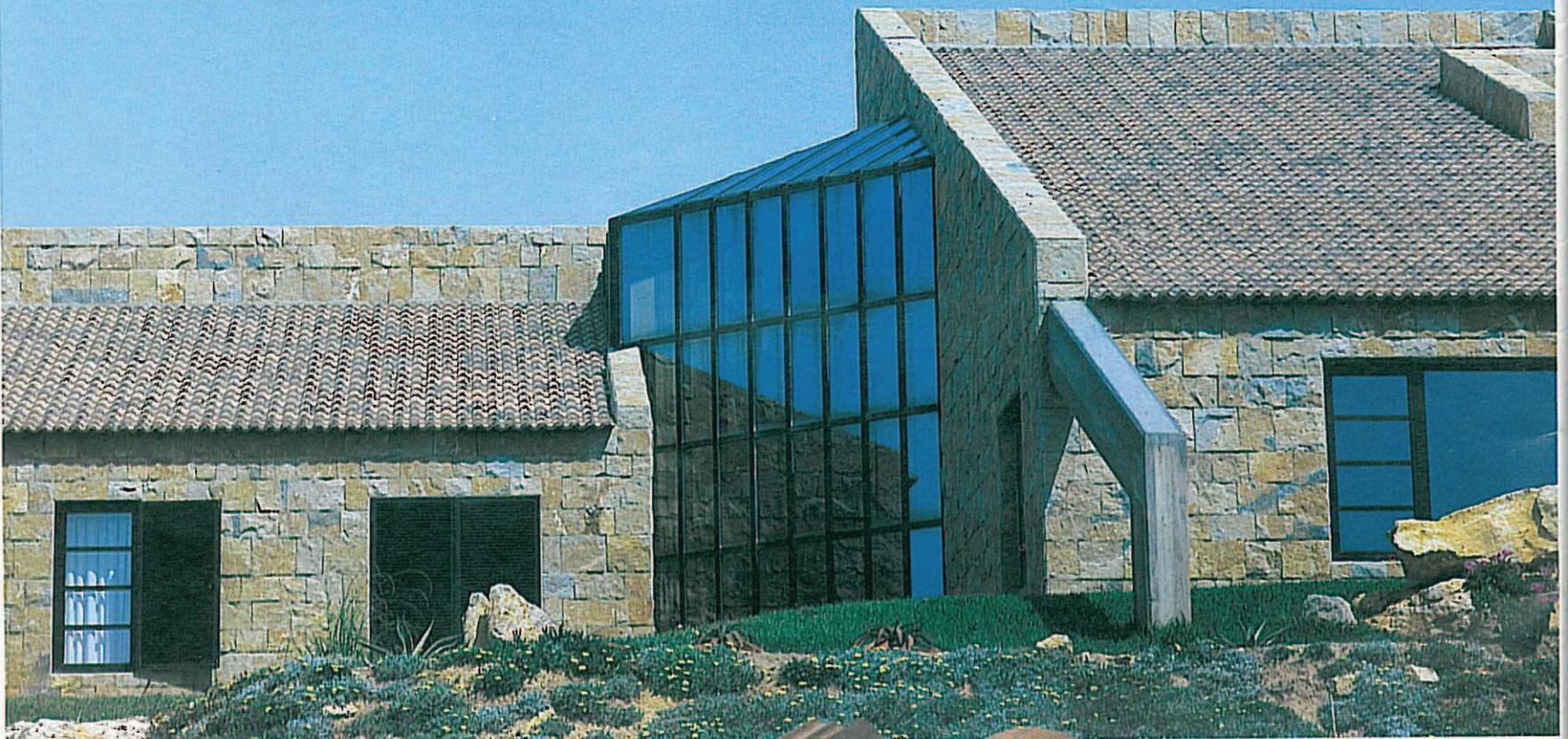
SARDINHA & LEITE, S. A. SEDE: Rua de Voltinha - Apartado 66 - 4415 CARVALHOS CODEX
Tel. (02) 784 95 11 - Fax (02) 784 97 36 - 784 86 03 - Telex 29128

Estrada Nacional, n.º 10, km. 129,6 - Apartado 230 - 2615 ALVERCA DO RIBATEJO - Telefone (01) 957 63 37 BAL



TELHA LATINA CERÂMICA RÚSTICA

A construção de uma casa não começa, logicamente, pelo telhado, mas este deve ser um ponto importante a considerar desde o primeiro momento. Afinal, da qualidade do telhado vai depender a segurança da casa e dos seus bens, e o conforto dos seus ocupantes. As telhas Argibetão respondem não só a este tipo de necessidades, como abrem também novos horizontes à criatividade, respeitando a personalidade arquitectónica de cada região e permitindo um perfeito enquadramento paisagístico, quer se trate dum ambiente rural ou urbano. No que respeita às suas características físicas, as telhas Argibetão constituem a defesa perfeita contra as agressões do clima - graças à elevada compactação das argamassas, as telhas são altamente resistentes ao gelo e ao salitre. De fácil e rápida colocação, as telhas Argibetão contribuem para uma grande economia de mão-de-obra e de material, já que são necessárias somente cerca de 10 telhas por m2.



Azenhas do Mar - Sintra



A Telha Latina Cerâmica Rústica dá ao telhado um aspecto envelhecido pelo que é particularmente indicada para retelhamentos e para construções de estilos clássicos e tradicionais.



SOCIEDADE DE NOVOS PRODUTOS DE ARGILA E BETÃO, S.A.
Av. Fontes Pereira de Melo, 19 - 5º 1050 Lisboa
Tel. (01) 315 71 54 Fax (01) 315 45 00
Fábricas em Braga, Ovar, Cartaxo e Azeitão

O alumínio

NOVA GERAÇÃO

A Technal, uma vez mais inovou perante o mercado, apresentando uma paleta única e exclusiva de novos coloridos anodizados e lacados, consequência do fabrico, também ele exclusivo nas suas instalações industriais. A vontade de simplificar e regressar à matéria original vêm caracterizar esta nova geração do alumínio assegurando as mesmas garantias de qualidade e comportamento a que o nome Technal já vos habituou. Muitas variações em torno do cinzento, novas cores e novos aspectos de superfície; as tendências actuais estão nas suas mãos... Da subtil alusão da natureza que encontra no verde acinzentado, ao relevo e textura que se sente ao toque no cinzento granulado, poderá encontrar a harmonia perfeita entre os materiais contemporâneos, o betão e o vidro. Com os novos coloridos Technal, os grandes clássicos evoluem, o alumínio abandona o seu ar impessoal e assume relevo assegurando uma luminosidade perfeita.



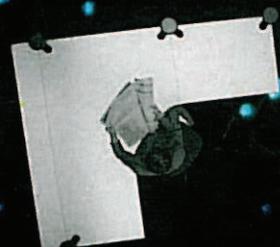
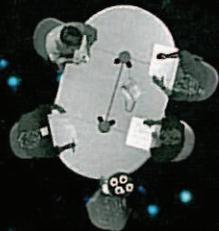
TECHNAL® 

Nem todo o alumínio é igual!

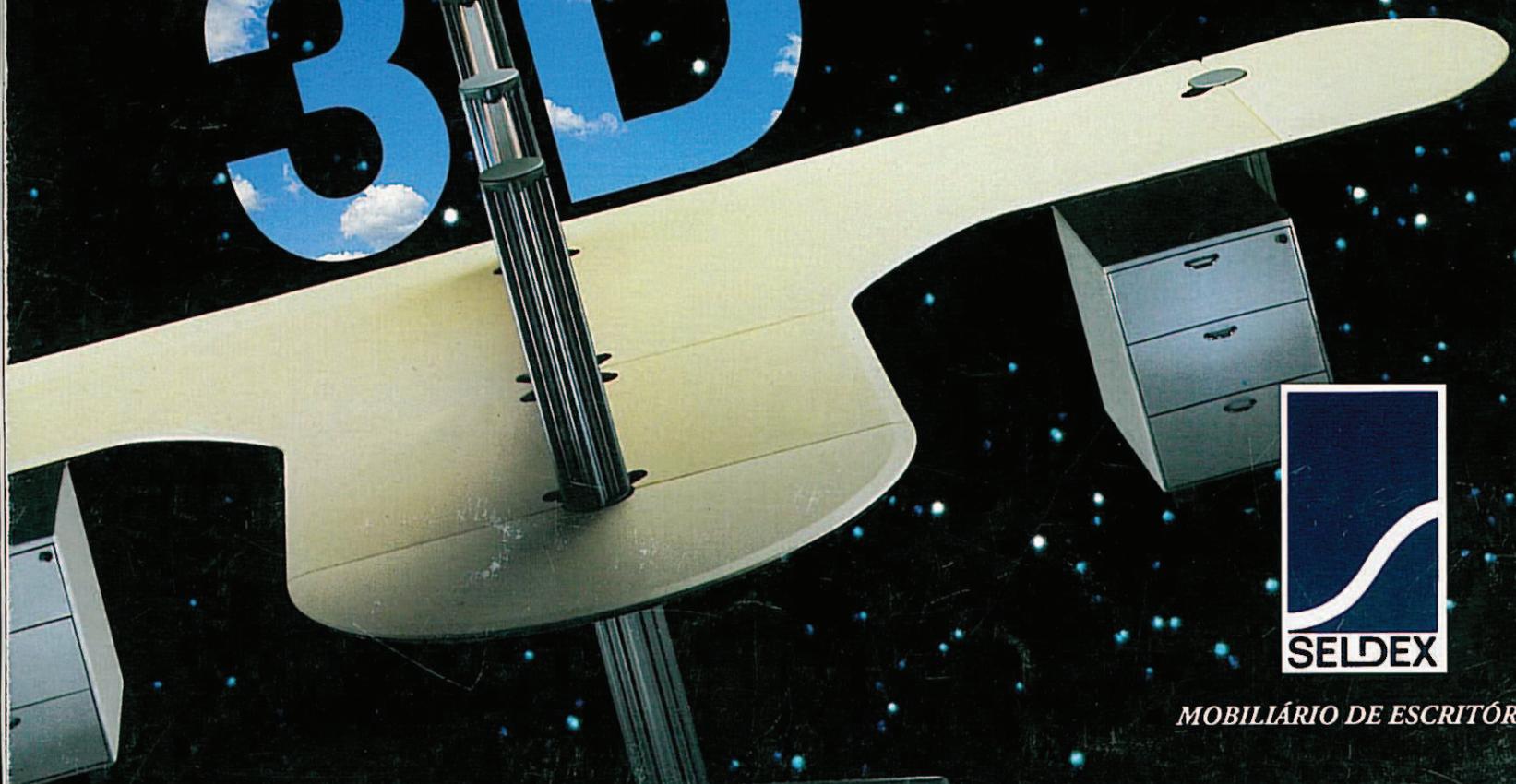
ENTRE NUMA NOVA DIMENSÃO

3D é a solução mais inteligente para um posto de trabalho. Este sistema desenvolve a partir de uma coluna toda a flexibilidade e versatilidade que uma boa gestão de espaço exige. 3D é uma linha perfeita. Ela consegue otimizar um posto de trabalho em m², sem que este perca toda a sua eficiência e conforto. 3D devolve a privacidade aos open-space com toda a elegância do design italiano. Mas para apreciar todos os pormenores que a nossa linha oferece, venha vê-la ao vivo... e entre numa nova dimensão.

grupo barro



3D



MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO

HAWORTH
EUROPE

Queluz - Est. de Barcarena - Apart. 15 - 2746 QUELUZ CODEX - Tel.: (01) 4367172 - Fax: (01) 4362250
Porto - Rua Guedes de Azevedo, 204 - 4000 PORTO - Tel.: (02) 2001424/5 - Fax: (02) 2081315